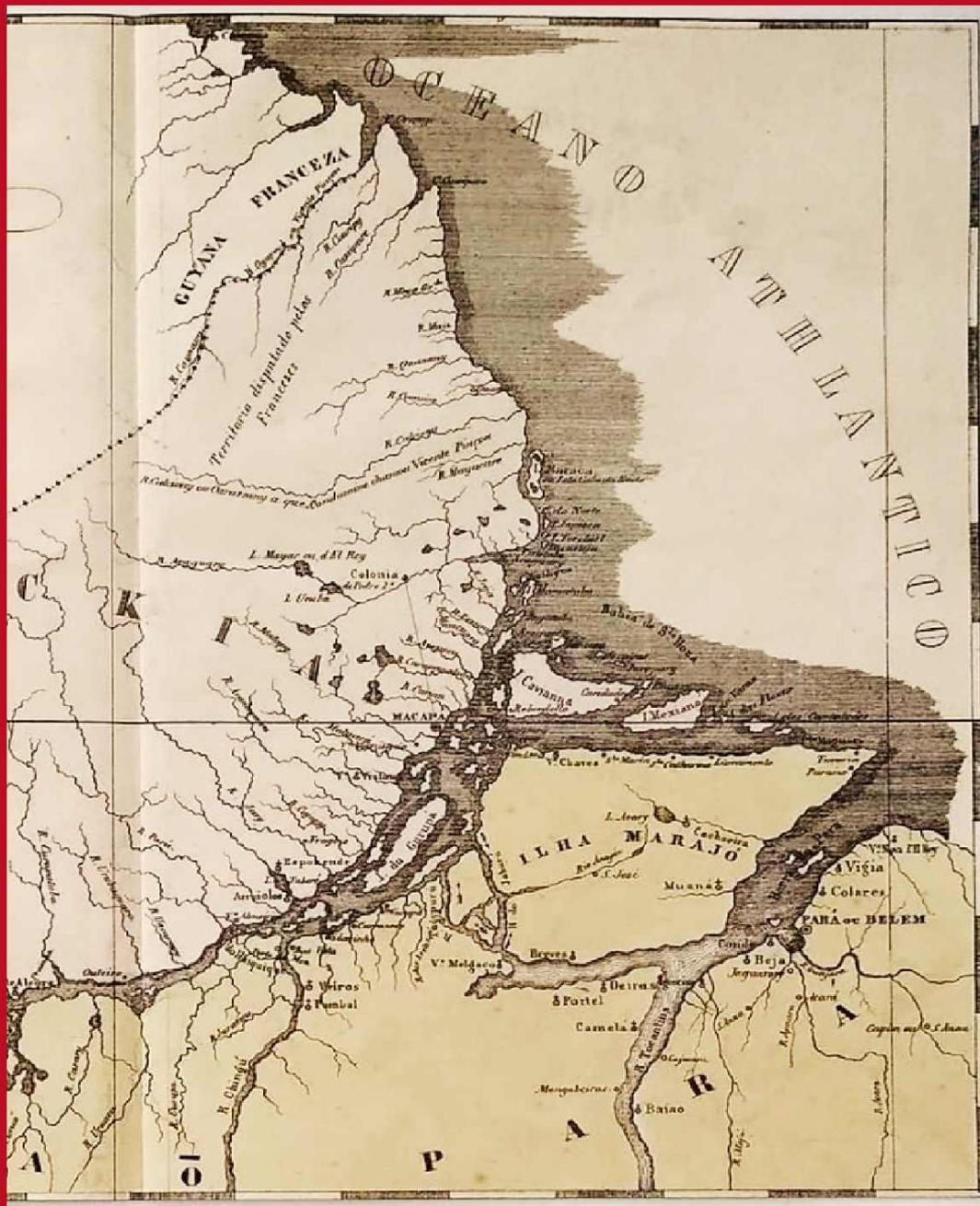


AMAPÁ: OITENTA ANOS DE NOVAS ACIONALIDADES E DINÂMICAS TERRITORIAIS (1943 - 2023)

JADSON PORTO (Org.)



2023

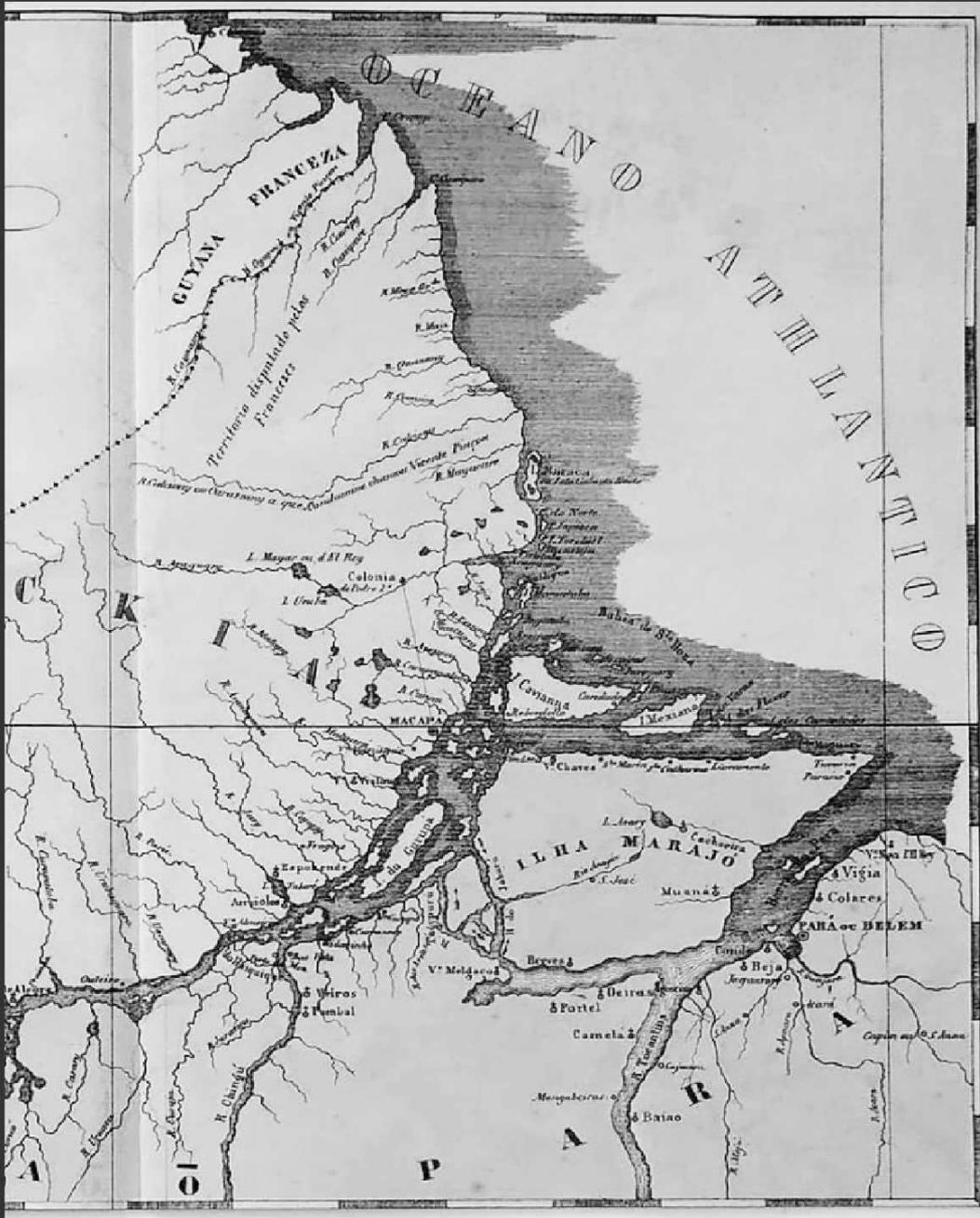
Uniedusul

Observatório do
Desenvolvimento
Regional

ANOS
Academia Amapaense de Letras
1943 - 2023

AMAPÁ: OITENTA ANOS DE NOVAS ACIONALIDADES E DINÂMICAS TERRITORIAIS (1943 - 2023)

JADSON PORTO (Org.)



2023

© Copyright © 2023 - Todos os direitos reservados aos autores desta obra

Capa e contra-capas: Mario Barata

Imagens capa:

Visão parcial da Carta Topográfica da Província de Oyapockia (1853).
Base aérea do Amapá.
Porto da Icomi, Acervo da Icomi.
Doca de Santana, Jadson Porto.
Rio Oiapoque e ponte binacional, Jadson Porto.
Marcos da linha do Equador em Macapá, Santana e Mazagão, Jadson Porto.

Imagens capa:

Porto graneleiro de Santana, Valdenira Ferreira.
Vista aérea de do porto de Santana, Antônio Feijão.
Ponte sobre o rio Matapi, Jadson Porto.
Ponte sobre o rio Oiapoque, Jadson Porto.
Estação Norte Conectado/Unifap, Jadson Porto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A484 Amapá [livro eletrônico] : oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023) / Organizador Jadson Porto. – Maringá, PR: Uniedusul, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5418-051-1

1. Amapá – História. I. Porto, Jadson.

CDD 981.16

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

doi: 10.51324/54180511

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

O organizador informa que as revisões ortográfica e de digitação são de responsabilidade dos autores.

EPÍGRAFE

Por embarcações chegaram em terras que não se conhecia
Era um grande negócio que ali nascia
Foi dado um nome às terras, que se chamaria
Nueva Andaluzia.

Já foi chamada de capitania
Cabo Norte, Bento Maciel receberia
O Rei português lhe concedia
Por serviços prestados, ganharia.

Também foi identificada por província
Inicialmente Oiapóquia seu nome seria
Posteriormente, alterou-se para Pinzônia
Sua implantação não conseguiria.

Foi cobiçado! Riquezas ali teria
Foi expandido! França ali queria
Uma República, a do Cunani se tentaria
Até os EUA a ela reconhecia.

400 anos após Nueva Andaluzia, quem diria
Um ente federativo, há 80 anos, ali nascia
Território Federal, então seria
A ocupação da fronteira se intensificaria.

De ocupação em ocupação, vivificaria
De intenções em intenções, vitalizaria
De usos e desusos se configuraria
Pela política, estadualizaria.

Na busca de novas economias
Intenções de desenvolvimento se buscaria
O grande negócio se consolidaria
E políticas territoriais se concebia.

Em breve, 480 anos de Nueva Andaluzia
385, Cabo Norte, a capitania
175, Oiapóquia; 170, Pinzônia
140, a República do Cunani completaria.

Mas foi como Território Federal que geraria
Novos e outros usos do território, ocupação que se expandia
Configurações espaciais, aptidões que se construía
Políticas territoriais, a magnitude do Estado se manifestaria.

Hoje, como Estado, ainda em busca de sua autonomia
Um espaço transfronteiriço que se amplia
Um porto que a outros espaços brasileiros se articularia
Outras funções na economia-mundo, o Amapá teria.

SAGA AMAPAENSE
Jadson Porto

SUMÁRIO

PREFÁCIO	06
<i>Adalberto Carvalho Ribeiro</i>	
INTRODUÇÃO	08
<i>Jadson Porto</i>	
CAPÍTULO 01	
DINÂMICAS E EXPECTATIVAS DO ESTADO DO AMAPÁ: 80 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E ECONÔMICAS (1943-2023).	14
<i>Jadson Porto; Filipe Guimarães</i>	
doi: 10.51324/54180511.1	
CAPÍTULO 02	
OITO DÉCADAS DA ECONOMIA DO AMAPÁ	31
<i>Cláudia Chelala; Charles Chelala</i>	
doi: 10.51324/54180511.2	
CAPÍTULO 03	
SANEAMENTO BÁSICO NO AMAPÁ: ARQUITETURA DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	54
<i>Jennefer Lavor Bentes; Eliane Superti</i>	
doi: 10.51324/54180511.3	
CAPÍTULO 04	
REGISTRO DA PRODUÇÃO PROJETUAL DO ARQUITETO OSCARITO ANTUNES DO NASCIMENTO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1970-1988)	76
<i>Danilo Augusto Oliveira de Barros; Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues; Anneli Maricielo Cárdenas Celis</i>	
doi: 10.51324/54180511.4	
CAPÍTULO 05	
O PAPEL DA LBA NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ	91
<i>João Wilson Savino Carvalho; Solane Soraia Coutinho Carvalho</i>	
doi: 10.51324/54180511.5	
CAPÍTULO 06	
SAUDADES DA BEIRA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ NO PERÍODO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1943 - 1988)	104
<i>Eloane Cantuária; José de Vasconcelos</i>	
doi: 10.51324/54180511.6	

CAPÍTULO 07	
CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS E FUNDIÁRIOS NO AMAPÁ	118
<i>Roni Mayer Lomba; Alessandra Cunha Tavares; Higor Raillan de Jesus Pereira; Ana Margarida Castro Euler</i>	
doi: 10.51324/54180511.7	
CAPÍTULO 08	
FITOFISIONOMIA DAS SAVANAS DO ESTADO DO AMAPÁ, BRASIL	141
<i>Salustiano Vilar da Costa Neto; Izildinha de Souza Miranda</i>	
doi: 10.51324/54180511.8	
SOBRE OS AUTORES	153

PREFÁCIO

O organizador deste livro é um especialista em Amapá. Desde sua tese de doutoramento, no ano de 2002, Jadson Porto não parou mais de se perguntar sobre “A Questão do Amapá”. Neste livro, ele reúne cientistas de primeira linha que trazem diferentes abordagens de um dos lugares mais intrigantes do Brasil. Vem em excelente hora as reflexões sobre as novas acionalidades e dinâmicas territoriais nestes oitenta anos que abarcam desde o Território Federal do Amapá até aos dias atuais, portanto, com o recorte de 1943 a 2023.

Neste livro, caro leitor, se encontra sofisticadas reflexões, não somente sobre as interessantes mudanças territoriais e econômicas ocorridas no período; como também, estudos sobre saneamento básico nesta parte do Brasil; sobre o papel de uma importante institucionalidade nacional - já extinta - a Legião Brasileira de Assistência (LBA); além de revelar as mudanças de caráter mais interno com as transformações urbanas pelas quais a cidade de Macapá passou e vem passando. Não obstante, ainda contém, este livro, o que me parece uma justa homenagem a um dos arquitetos mais proeminentes do Amapá, em especial durante as décadas de 1970 e 1980.

Os autores do livro, incluindo seu organizador, rastreiam, assim, fenômenos diversos - passados e presentes - e revelam as potencialidades que o Estado do Amapá tem e, por que não dizer, apontam sobre as vocações possíveis para o desenvolvimento deste rincão. Contudo, mostram toda a sorte de mazelas, vergonhosas, ainda existentes.

A categoria conceitual “condição transfronteiriça”, utilizada há algum tempo por pesquisadores da área, é uma ferramenta potente para a compreensão da “A Questão do Amapá”; assim como, continua a incomodar aos estudiosos da economia amapaense a “magnitude do setor público”, em que pese novas potencialidades que surgiram nas últimas décadas, mais recentemente a “economia da soja” apontando como uma possível alavanca para o desenvolvimento local por meio de pesados investimentos, inclusive, na logística portuária.

Um dos indicadores que mais envergonham o povo do Amapá é o do saneamento básico. Neste quesito, parece que esta unidade federada ainda se encontra no tempo da Idade Média. A privatização de empresas estatais se apresentou como solução para malgrado condição e os resultados, que estão por vir, não se sabe ainda o impacto deles nos setores mais pobres da população. Isto porque, dadas as características locais, a assistência social e o atendimento às populações rurais são imprescindíveis, como sempre foram. Contudo, de fato, as transformações urbanas ocorridas durante o período estudado pelos autores chegam a ser radicais.

Este livro, portanto, tem muitos méritos. O maior deles é atualizar importantes problemáticas sobre o Amapá e deixar ao leitor a inquietude que os autores e autoras, de um ou outro modo, provocam.

Para aqueles que apreciam estudos científicos sérios sobre desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local, neste caso, com foco no jovem estado do Amapá, encontrará aqui belas reflexões, grandes provocações.

Boa leitura!

Belém, 30 de julho de 2023

Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro
Professor permanente do Programa de Pós-graduação de Educação (PPGED/UNIFAP);
Vice coordenador do GT 14 ANPED;
Ex-Secretário de Educação do Estado do Amapá (2012-2013).

INTRODUÇÃO

Oito décadas de existência do ente federativo, ex-Território Federal, Estado do Amapá!

Em sua historicidade, registros de sua ocupação é de no mínimo 500 anos, pois havia nativos aqui habitando e foram registrados pelos exploradores europeus que passaram pela foz do rio Amazonas (SANTOS, 2013), a exemplo do navegador Duarte Pacheco Pereira, pouco conhecido na história amapaense (SANTOS, 2003), embora seja reconhecido por Portugal, ao inserir o seu nome na coleção numismática portuguesa sobre os 500 anos das expedições deste país (Figura 1). Há registros que este navegador passou pelo litoral amapaenses antes de Pedro Álvares Cabral.



Figura 1 - Coleção Descobrimientos Portugueses, série a Descoberta do Brasil (1999).

Foto: Jadson Porto (2023).

Se forem resgatados os estudos e levantamentos arqueológicos efetuados pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (NUPArq/IEPA) e pelo professor da Universidade Federal do Amapá, Dr. Ednaldo Pinheiro Nunes Filho (2014), os registros de ocupação atingem 800 anos.

Assim passou uma temporalidade na fronteira setentrional brasileira, fronteiriço, integrante da Região das Guianas (SILVA, 2021; SILVA; GRANGER, 2021). Para o objeto de reflexões desta obra, passados 80 anos do ex-Território Federal do Amapá, novos usos do território foram se manifestando; novas espacialidades foram se materializando; novas territorialidades foram se formando e se regulamentando; novas interagibilidades foram se articulando; ou seja, em suas temporalidades, foi sendo acionado em suas diversas funções estabelecidas de sua inserção nas economias mundo, nacional, regional e local.

Além da necessidade de constantes e sérias reflexões capazes de permitirem avanços, inicialmente, sociais e, conseqüentemente, econômicos e da geração de conhecimentos capazes de consolidar as tomadas de decisões políticas, o registro também gera memória. E esta memória pode ser de diversas maneiras para além de um material escrito, a exemplo da medalha dos primeiros dez anos do Amapá como Território Federal (Figura 2), da medalha

de 50 anos da atuação da Icomi no Amapá¹ (Figura 3) e do selo dos 80 anos do Amapá como ente federativo pelos Correios (Figura 4).



Figura 2 - Medalha comemorativa aos primeiros 10 anos do Território Federal do Amapá.
Coleção Aílton Nóbrega.



Figura 3 - Medalha comemorativa aos 50 anos de atuação da Icomi no Amapá.
Coleção Ortiz Vergolino.



Figura 3 - Selo comemorativo aos 80 anos da criação do Amapá.

¹ A coleção de medalhas sobre as atividades do Grupo Caemi é composta por 11 unidades, sendo quatro delas referentes a: Inauguração da Icomi (1957), sendo esta alusiva à primeira exportação do manganês amapaense; inauguração da Brumasa (1967); Usina de Pelotização de Manganês (1972); inauguração da Companhia Ferro Liga do Amapá.

Diversas escalas de análise sobre o Amapá já foram observadas e analisadas em suas mais de 9 mil dissertações e teses defendidas sobre este ente federativo, sendo que mil delas foram defendidas na Universidade Federal do Amapá, em seus 18 anos de ações e 20 programas de pós-graduação *stricto sensu*. Evidenciando, assim, diversos “Amapás”.

Assim se passaram 80 anos! O repensar sobre este espaço é necessário (PORTO, 2022b), pois diversos “Amapás” foram se evidenciando nesta temporalidade.

Sigamos ao seu centenário, certeza que outros usos e funções de seu território serão construídos. Durante a elaboração desta obra, a possível exploração do petróleo na costa setentrional amapaense, fronteira com a Guiana Francesa, acenava como a mais recente *expectativa de desenvolvimento* indicada ao seu possível mais recente uso e função do Amapá na economia-mundo. Mas não houve indicações de instalação de uma refinaria neste Estado brasileiro. Muda-se a matéria prima explorada. Mantém-se o espaço como fornecedor de matéria-prima sem o mínimo de agregação de valor.

Embora haja pesquisas referente ao espaço atual amapaense desde final do século XIX; outras investigações foram aparecendo após a década de 1940, com a criação do Território do Amapá, notadamente sobre os levantamentos geológicos por conta da ocorrência manganésifera e sua exploração entre as décadas de 1950 e 1990; a pesquisas executadas pela Embrapa na década de 1980 e; com maior intensidade, após a instalação da Universidade Federal do Amapá (Unifap) no último decênio do século XX.

A década de 1990, então inicia uma nova geração de conhecimento sobre o Amapá, com o início de cursos de graduação de ensino superior, em um ente federativo com um novo formato político-administrativo: O Amapá é transformado em Estado. O ensino superior gerou trabalhos de conclusão de curso em graduação, em especializações, sendo alguns deles foram transformados em dissertações defendidas fora do Amapá.

No primeiro decênio do século XXI, inicia a pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Amapá, com o *Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional* (PORTO, 2022a). Em 2023, este curso passou a ser denominado como *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável* e a Unifap aprovou seu 21º mestrado na Capes, o Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política.

Reflexões em coletâneas sobre o Amapá tem sido adotado como alternativas à divulgação de pesquisas, notadamente de programas de pós-graduação de mestrados e doutorados interinstitucionais aqui executados, bem como da aproximação de intelectuais locais que retornaram de suas qualificações *lato e stricto sensu*, ou de atividades de pós-graduação de sala de aula de pós-graduação *stricto sensu* ou eventos efetuados na Unifap². Em 2022, a Unifap registrou a sua milésima dissertação defendida de seus 20 programas *stricto-sensu* ali existentes.

A obra aqui introduzida é composta por intelectuais que atuam em suas atividades profissionais como docentes do ensino superior no Amapá, que vem refletindo sobre o Amapá em suas pesquisas e expondo em suas obras, conferências; alguns desses autores

² Das coletâneas para se discutir o Amapá, em suas mais variadas abordagens há: Gomes (1999); Oliveira e Rodrigues (2009); Frota e Frota (2011), resultado do Mestrado Profissional em Planejamento Público com a Universidade Estadual do Ceará; Amaral, *et. al.* (2011); Guimarães; Silva; Lucas (2020), coletânea de 3 volumes resultado do evento alusivo aos 75 anos de Macapá como capital do Estado do Amapá; Porto, Tostes, Gomes (2021), livro resultante de uma atividade no Mestrado em Desenvolvimento Regional, durante o apagão elétrico de 20 dias no Amapá, em novembro de 2020; Silva (2023) e; Tostes (2023) oriundo do Dinter em Planejamento Urbano e Regional entre Unifap e UFRJ.

atuaram como gestores de políticas públicas no Estado do Amapá; outros envolvidos diretamente em atividades de pesquisa e pós-graduação.

Enfim, este livro é uma pequena amostra reflexiva sobre este magnífico espaço, sobre um mesmo ente federativo com duas configurações político-administrativas distintas (Enquanto Território Federal e enquanto Estado), cujos intelectuais construtores são partes integrantes de uma massa crítica instalada de no máximo 30 anos de investigações por eles iniciadas.

Que esta leitura estimule novos escritos, gere novos leitores e incite a formação de novos intelectuais. Pois, será interessante rever este material quando o Amapá completar seus 90 anos e, perceber qual foi o aprendizado territorial ao completar o seu centenário, em 2043.

Jadson Porto
Macapá, 21 de julho de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A.; OLIVEIRA, A.; SANTOS, D.; CAMBRAIA, P.; LOBATO, S. **Do lado de cá**: Fragmentos de História do Amapá. Belém: Ed. Açai, 2011.

FROTA, F. H.; FROTA, M. H.P. **No meio do mundo, esquina com o rio Amazonas**: Reflexões políticas sobre o Amapá. Fortaleza: Ud. EUCE, 2011.

GOMES, F. S (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII / XIX. Belém: Ed. UFPa, 1999.

GUIMARAES, D. C.; SILVA, M. V.; LUCAS, C. M. B. **Amazônia urbana em questão**: Macapá 75 anos de capital. Maringá: Uniedusul, 2020. 3 vols.

NUNES FILHO, E, P. **Desenvolvimento Cultural em terra firme**: condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período pré-colonial. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2014.

OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, R. (ORGs.). **Amazônia, Amapá**: Escritos de História. Belém: Paka-tatu, 2009.

PORTO, J. L. R. Prólogo. In: GOMES, A. F.; QUARESMA, P.; SANTOS, V. F.; PORTO, J. L. R. (Orgs). **Mestrado em Desenvolvimento Regional**: 15 anos, na busca de sinergias, possibilidades e expectativas de desenvolvimento. Maringá: Uniedusul, 2022a.

PORTO, J. L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações. **Confins** (Paris) p. 30-45, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.45717>.

PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GOMES, A. F. **De apagão a apagado**: Ensaio sobre a questão energética amapaense. 1 ed. Maringá: Uniedusul, 2021. 127 p.

SANTOS, F. R. **Amapá no século XV**: Rota de expedições de reconhecimento. Belém: Grafi Certa, 2003.

SANTOS, F. R. **História da conquista do Amapá**. Fortaleza: Premius, 2013.

SILVA, G. V. Expressões cartográficas da região das Guianas. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 25, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.175029>

SILVA, G. V. (Org). **Escritos sobre o Amapá e suas relações internacionais**. Rio de Janeiro, Terra Escrita, 2023

SILVA, G. V.; GRANGER, S . Territorial formation of the Guianas Region. **Revista Ra'e Ga** ; Espaço Geográfico em Análise, v. 52, p. 42-59, 2021. DOI: [10.5380/raega.v52i0.76301](https://doi.org/10.5380/raega.v52i0.76301).

TOSTES, J. A. **Urbanismo no Amapá**. Maringá: Uniedusul, 2023.

Capítulo 01

DINÂMICAS E EXPECTATIVAS DO ESTADO DO AMAPÁ: 80 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E ECONÔMICAS (1943-2023)

Jadson Porto
Filipe Guimarães

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial as terras do atual Estado do Amapá, têm atraído interesses de estrangeiros, seja pelos seus recursos naturais (REIS, 1949; IBGE, 1957; DNPM, 1988; SILVEIRA, 2000); na intenção de expansão territorial, os quais foram expressos na construção de fortes (CASTRO, 1999, p.129-193); na criação de vilas e povoados (ZANCHETTI, 1986, p. 08; SANTOS, 1994); na criação de novos modelos de unidades federativas, os Territórios Federais (PORTO, 2003; 2020b; PORTO; SUPERTI, 2018); seja na gradual execução e uso de estratégias de vivificação e vitalização do território (PORTO, 2022a; PORTO; SUPERTI, 2022; 2021; 2020; SUPERTI; PORTO; OLIVEIRA (2020). Desde a criação do Território Federal do Acre, em 1904, novos Territórios Federais foram sugeridos, dentre os quais aparece a primeira manifestação política local para a implantação do Território Federal do Amapá, em 1920 (REIS, 1949, p. 178-180; SANTOS, 1998, p. 20).

Desmembrado do Pará, o Território Federal do Amapá teve sua área organizada a partir dos municípios de Almeirim, pelo seu distrito de Arumanduba, Mazagão (a união dessas duas áreas, originaram o município de Mazagão), Macapá e Amapá. A partir de então, passou por reestruturações territoriais municipais resultantes de: preocupações geopolíticas (Oiapoque), atuação de empresas nas suas áreas (Santana, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Vitória do Jari), pela exploração aurífera (Calçoene), pela construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Ferreira Gomes) e de movimentos políticos locais (Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal e Pracuúba).

Este texto objetiva refletir sobre os 80 anos de transformações territoriais e econômicas do ex-Território Federal do Amapá (1943-2023), cujas dinâmicas dessas transformações se assentaram em expectativas pela busca do desenvolvimento e as configurações de seu território para se estimular e acioná-lo como um grande negócio (seja na exploração de suas potencialidades naturais, seja como receptor de investimentos públicos).

Visando atender ao objetivo acima exposto, o capítulo está dividido em três subseções. O primeiro discute os Territórios Federais no Brasil e os motivos da criação deste modelo administrativo federal em terras paraenses, originando o Amapá; o segundo identifica três períodos econômicos para a experiência amapaense. E o terceiro aborda os desafios econômicos que este Estado possui.

OS TERRITÓRIOS FEDERAIS NO BRASIL.

As primeiras experiências de administração de um território em escala federal ocorreram nos Estados Unidos, em meados do século XVIII e, em seguida, foi replicada em todo continente americano (MEDEIROS, 1946; PORTO; SCHWEITZER, 2018). No

caso brasileiro, houve dois modelos de origem e temporalidades. O primeiro ocorreu com o atual estado do Acre (1904), cuja origem deu-se por processo de anexação, a partir da compra de seu território da Bolívia; o segundo, ocorreu pelo processo de desmembramento territorial de unidades federativas brasileiras já existentes (Estados do Pernambuco, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina) (Figura 1), durante a segunda guerra mundial, na década de 1940.

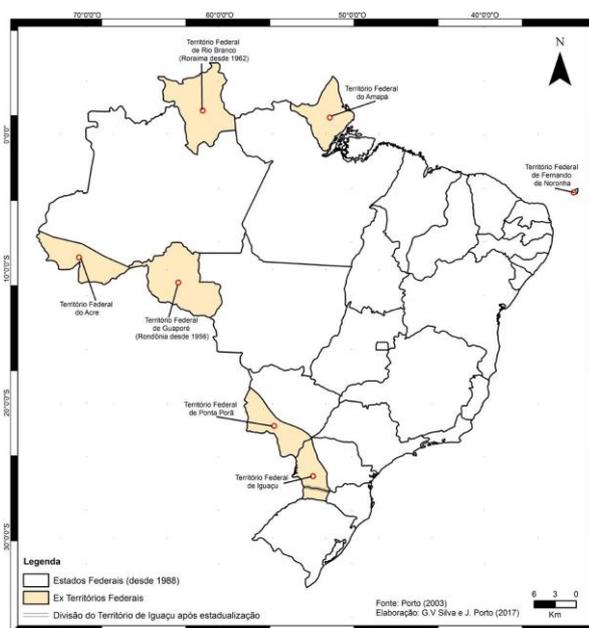


Figura 1 - Territórios Federais no Brasil.

Para Territórios Federais instalados no espaço amazônico, foram adotadas as seguintes justificativas: Apresentavam grandes extensões; o discurso de "vazio demográfico" e; localizavam-se em áreas fronteiriças que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico³. Apesar da ideia da criação dessas entidades no Brasil ter sido discutida desde a Constituinte do Império, com 3 anteprojetos para sua criação e uma emenda constitucional (REIS, 1963), foram efetivadas somente a partir do início do século XX.

Até a Constituição de 1937, o Território Federal caracterizava-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em Estado-membro da Federação, cuja única experiência de estrutura administrativa fora o Acre (MAYER, 1976, p. 24). A novidade dessa Carta Magna reside na sua substancial mudança na concepção política e jurídica deste ente federativo por três motivos (PORTO, 1999): 1) por definir o Brasil como um Estado Federal, constituído pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais; 2) porque foi a primeira e a única que os implantou efetivamente, sob a orientação de um processo legal; e 3) por apresentar melhores justificativas e diretrizes que a anterior, assim expressas no seu artigo

³ Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Capes (1957); Rosa (1972); Temer (1975); Freitas (1991) e; Porto (2003).

6º: a) apresentou uma justificativa para a sua criação, “no interesse da defesa nacional”; b) determinou que as suas áreas seriam oriundas de “partes desmembradas dos Estados”; c) a sua administração seria regulada por Lei Especial.

Os Territórios Federais criados foram Fernando de Noronha (1942) (arquipélago desmembrado do Estado de Pernambuco), Amapá, Rio Branco (hoje se constitui no Estado de Roraima), Guaporé (atualmente é conhecido como Estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguazu (1943). Segundo Jacques (1977, p. 188) a expectativa dos Territórios Federais “como núcleos de civilização nesses recantos longínquos do território nacional era prestar grandes serviços ao país não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social”.

Essas Unidades Federativas, contudo, não se resumiram somente às suas experiências administrativas. Há também outros fatores de análise que devem ser considerados para o melhor entendimento de suas participações nos cenários nacional e regional, tais como:

- Compreender suas dinâmicas de vivificação e vitalização de seus territórios⁴. Após a criação e instalação desses entes federativos, uma série de ações para a vivificação e vitalização ao uso do território foram estabelecidas, materializadas em investimentos, políticas públicas, intenções de planejamentos e desenvolvimento e; em sua urbanização até se criarem regiões metropolitanas em seu território, ocorrendo extremos, tais como: Até a elaboração deste texto, o Acre não apresentava uma Região Metropolitana; Em Roraima, por sua vez, possui 3 delas, ocupando 80% da área total deste Estado;
- Analisar suas configurações jurídicas territoriais, a fim de garantir a gestão de seus territórios e a legalização de suas terras após as suas estadualizações;
- Analisar as configurações políticas de suas institucionalidades territorializadas, considerando que a maior parte de seus territórios são de gestão federal (FUNAI; INCRA; ICMBIO; Segurança Nacional);
- Refletir sobre as institucionalidades, as espacialidades, temporalidades, as territorialidades, as acionalidades e as interagibilidades que esses entes federativos exercem sobre o uso e as funções de seus territórios.
- Analisar os seus processos de estadualizações.
- Analisar as transformações realizadas e as permanências instaladas após a(o)(s): entrada de novos elementos e categorias econômicas; instalações de infraestruturas visando, em suas justificativas de implantação, a sua integração física; proporcionar os seus acionamentos a novos usos e interações de seus espaços às dinâmicas nacionais e globais; e elaborar e implantar políticas ao seu cotidiano, modificando o seu espaço e suas relações tradicionais, seja na ampliação da sua urbanização e da sua infraestrutura, seja aumentando a exploração de seus recursos naturais (PORTO, 2021; PORTO; SUPERTI, 2022a).
- Analisar os avanços e as dialéticas sobre a inserção dos ex-Territórios Federais nos programas de privatização dos seus serviços (energia elétrica, saneamento, aeroportuário).

⁴ Para Superti, Porto, Oliveira (2020) *vivificar*, diz respeito ao estímulo das políticas públicas na conformação do território; ao passo que *vitalizar*, expressa o uso do território em si, seja em ações formais ou informais. Porto (2022a, p. 205), por sua vez, expõe que “As vivificações e as vitalizações do território são resultados de uma série de fatores construídos social, econômico, cultural e politicamente, decorrentes do uso e função do território exercidos em temporalidades e espacialidades distintas. Para o caso amazônico, à medida que seus espaços foram conquistados, acionados e usados, ajustes espaciais foram necessários e instalados a fim de garantir a melhor e maior mobilidade dos fluxos comerciais tanto em escala regional, quanto internacional”.

Enfim, por mais que esses entes tivessem existido por 84 anos na realidade brasileira, não conseguiram estabelecer uma visão clara sobre o que significou essa experiência na organização espacial da região e muito menos sobre as suas atuações no federalismo brasileiro. Mas ficou claro que esses Territórios eram verdadeiros “*Estados em embrião*” (FERREIRA FILHO, 1975, p. 57), com vários movimentos políticos locais e no Congresso Nacional visando suas estadualizações, visando o fim das precariedades política, econômica, institucional e político-administrativo para que se tornassem autônomas, estimulando o crescimento e o desenvolvimento do *embrião*.

DO POVOAR AO VIVIFICAR E VITALIZAR: NOVOS USOS DO TERRITÓRIO AMAPAENSE (RE)CONSTRUÍDOS

Em 1944, o então Presidente Getúlio Vargas, resumiu em três palavras o programa de organização e desenvolvimento dos Territórios Federais: Sanear, educar e povoar ⁵ (VARGAS, vol. X, p. 270). Assim ele definia os eixos da política de defesa nacional para essas regiões, indissociáveis e reflexivas entre si. Sobre o *povoar*, este não é somente ocupar o território, mas ir além disso. Ou seja, haveria a necessidade de investimentos para se avançar na ocupação, construção e vivificação da fronteira (PORTO; SUPERTI, 2022).

Reis (1949, p. 123), acrescentou, ainda, os perigos advindos do abandono em que se achavam aquelas regiões, sugerindo que fossem criadas políticas para que *procedesse a recuperação humana, cultural e econômica da fronteira, vivificando-a, vitalizando-a* (Destaque nosso). À medida que a fronteira foi ocupada, novas dinâmicas foram executadas, exigindo novos ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. Este autor foi o primeiro a expressar a necessidade de se vivificar e vitalizar a fronteira pelos Territórios Federais.

Assim, uma série de ações e investimentos foram gradativamente executadas na Amazônia. Assim, a esta região gradativamente se vai se configurando como integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Ou seja, gradativamente deixa de ser *periférica* para gradativamente se tornar *estratégica*, mais integrada, conectada e acionada pelo capital externo aos contextos nacional e internacional. Com as suas estadualizações (Acre, em 1962; Rondônia, em 1982; Roraima e Amapá, em 1988) construíram-se novas configurações político-administrativas, econômicas, com novas relações federalistas, bem como se alavancou a criação/construção de condições fronteiriças e o seu avanço para ações transfronteiriças (PORTO; SUPERTI, 2022).

Em 2023, os ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima completam 80 e o Acre 119 anos. Neste período, a intenção exposta pelo Pres. Getúlio Vargas foi alcançada,

⁵ Segundo Vargas (*Idem, ibidem*), **SANEAR** - criar centros de puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente, por uma assistência social desvelada e completa, aos núcleos esparsos de população.

EDUCAR - criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria.

POVOAR - colonizar, distribuir a brasileiros terras ainda incultas, de modo a gerar núcleos compactos e ativos que sejam sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e de rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transporte, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro, facilitando, assim intercâmbio de todos os produtos nacionais.

não na sua totalidade, pois não basta povoar, mas tem que se ter condições para que este povoamento se mantenha com qualidade de vida. Na tabela 1 percebe-se que o atual estado de Rondônia (Ex-Território Federal do Guaporé) foi o que mais cresceu demograficamente⁶ e o de Roraima (Ex-Território Federal do Rio Branco) o que menos atraiu. Contudo, no conjunto, esses entes federativos possuem, segundo o censo de 2022, mais de 3,7 milhões de habitantes. Somente esta dinâmica demográfica exigiria uma análise mais aprofundada, seja em suas particularidades, seja em sua regionalidade.

Ex-Territórios Federais	1950	2022
Acre	114.755	830.026
Amapá	37.477	733.508
Rondônia	36.935	1.581.016
Roraima	18.116	636.303
Total	207.283	3.780.853

Tabela 1 - População dos ex-Territórios Federais (1950 e 2022)
Fonte: IBGE (2023).

Quanto aos outros elementos contribuidores para a configuração espacial (Políticas públicas nas mais diferentes frentes; atividades econômicas ali estabelecidas; relações espaciais nas escalas nacionais e internacionais, com ênfase à sua condição transfronteiriça), além daquelas três expostas pelo Presidente Vargas, tal contexto reforça a interpretação do Território Federal como um “Estado em embrião” (MAYER, 1976); como também a necessidade de entender as suas ações para vivificar e vitalizar a fronteira exposta por Reis (1949; P); entender como foram acionados (PORTO, 2021).

Segundo Porto e Superti, (2022), a partir da década de 1970, aqueles Territórios Federais com posição de continentalidade (Acre, Rondônia e Roraima) passaram a contar com outro modelo de acessibilidade além das vias potamográficas: As rodovias. Assim, os Territórios Federais precisavam ser conectados; uma vez estabelecidas as conexões, garantir a densidade de fluidez da conexão. Feito isso, este espaço estaria apto a ser acionado, desacionado e reacionado pelo capital na medida em que houvesse interesse das novas funções econômicas para ali estabelecidas.

Quanto à ocupação da fronteira da fronteira, pelos Territórios Federais, mediante às novas estruturas estabelecidas, também novas articulações com o externo foram elaboradas. Passam a ser uma zona de contato onde relações transfronteiriças locais, outrora efetuadas independentemente das relações internacionais, passam a ser institucionalizadas, mediante acordos diplomáticos que ensaiam novas relações; são instalados *sistemas de engenharia* e dos *ajustes espaciais* nesses entes federativos, ampliando-se as conexões de sua linde ao circuito global e em rede; suas interações espaciais extrapolam o *efeito-barreira* para se criar/construir o *efeito-cooperação*, formador de uma condição transfronteiriça (PORTO; SUPERTI, 2022).

⁶ Rondônia foi o único ex-Território Federal a atingir o status milionário demograficamente; e não foi o primeiro a se estadualizar. Somente a população deste Estado corresponde a 41,82% do total desses entes federativos.

AMAPÁ: OITO DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS, ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS

Quais foram os motivos que contribuíram para a criação do Território Federal do Amapá? Porto (2003; 2021), a sua origem está embasada nos seguintes aspectos: A criação do Território Federal do Acre (1904); questões geopolíticas fronteiriças; extração mineral; influência de políticos locais; características regionais do norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Revisão Territorial (1933); justificativa militar; defesa nacional e; jurídica.

Porto (2003; 2020a; 2022b) salienta, também, que o Amapá tem se destacado como um espaço de *grande negócio*, seja porque se apresenta como fornecedor de matérias-primas, notadamente minerais, alimentos (soja, açaí), seja porque a magnitude do Estado (CHELALA, 2008) na sua sócio-economia; Produtor de energia elétrica e os contratos de distribuição ao Sistema Elétrico brasileiro (PORTO; TOSTES; GOMES, 2021); bem como na recepção de investimento privado, público ou por transferência de recursos de bancada política. Assim, à medida que o Amapá se vivificava e vitalizava, novos “Amapás” eram inventados ou apareciam, novos espaços e potencialidades eram acionados, expondo necessidade de analisá-lo em suas multiescalaridade e pluralidade.

Após Amapá como ente federativo em 1943, Porto, et al. (2010) indica sete maneiras de regionalizações amapaenses; Santos (2013) apresenta uma regionalização amapaense mais dinâmica e fluida sobre o uso do território para além do espaço juridicamente delimitado deste Estado brasileiro) e; Porto (2022b) indica dez propostas para se para se analisar o uso e a função do território amapaense, sendo uma delas dizem respeito às indicações de periodizações didáticas (oito sugestões são sugeridas).

Por oito décadas, três atividades vêm se destacando nas dinâmicas econômicas amapaense, ei-las: na escala local, as atividades do setor de serviços, notadamente no eixo Macapá-Santana; na escala estadual, as exportações de *commodities*, em destaque ao minério, madeira (cavacos); a partir da década de 1990, questões ambientais são inseridas nas políticas públicas governamentais estaduais, seja na elaboração de sistemas de normas, seja na instalações de unidades de conservação de grande extensão territorial, chegando a ocupar 5 áreas municipais amapaenses e uma, paraense; a partir do segundo decênio do século XXI, exporta, também, alimentos (carne, soja e açaí) e; após o terceiro decênio, produção e exportação de energia elétrica pelo Sistema Integrado Nacional, deixando de ser um sistema isolado. Assim, por mais que o Amapá tivesse passado por essas dinâmicas, a industrialização não foi atingida, nem com a decretização da Zona Franca Verde no Amapá.

Quanto à urbanização, Porto (2022a) ao resgatar o pensamento de Wilson Cano e organizadas por Miranda, Mioto e Araújo (2021), sobre o caso brasileiro, sua construção apresenta quatro fases: Da urbanização suportável à explosiva (1930-1979); bases da urbanização caótica e o neoliberalismo (1980-2002); as contradições da urbanização caótica (2003-2014) e; a urbanização deplorável e o agravamento da crise (Pós-2015). Para se entender as manifestações da urbanização no espaço amapaense Porto (*op. cit*) sugere: Na primeira fase, Transferência de Capital amapaense para Macapá; instalação dos municípios de Oiapoque e Calçoene; instalação de duas *Company towns*; instalação do Beiradão (Hoje Município de Laranjal do Jari) e do Beiradinho (Atual Vitória do Jari), no entorno da sede e do Complexo Industrial do Jari; elaboração de 3 Planos Diretores de Macapá (Grumbilf; Jonas Pinheiro e H. J. Cole). Na segunda, criação de novos municípios; instalação da ALCMS; assinatura do Acordo Quadro Brasil-França; instalação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas. Na terceira, instalação da Região

Metropolitana Amapaense; construção de 3 UHEs (Ferreira Gomes; Porto Grande e; Santo Antônio do Jari); elaboração dos Planos Diretores de Macapá, de Santana, Ferreira Gomes e Porto Grande⁷; conexão ao Sistema Elétrico de Integração Nacional; retorno das atividades minerária. Na quarta, exportação da produção do Agronegócio (Soja); instalação do porto de grãos em Santana; inserção de Mazagão na Região Metropolitana Amapaense; regulamentação da Região Metropolitana Amapaense e; elaboração e aprovação do Plano Diretor de Oiapoque.

Para este autor, no caso amapaense, a urbanização do Amapá ainda não saiu da primeira fase. Mas recebe todas as consequências de cada fase indicada por Wilson Cano, notadamente as *caóticas e deploráveis*; como também, além de apresentar condições urbanas diferenciadas de seus municípios por conta do uso e funções de seus territórios, desde 2003, quando foi criada a Região Metropolitana no Amapá, envolvendo inicialmente Macapá e Santana e em 2016 inserido o município de Mazagão, se vem construindo a sua condição urbano-metropolitana, sendo esta ainda concentrada no eixo Macapá-Santana.

Quanto à transfronteirização, esta é a nova fase a ser trabalhada sobre o espaço relacional amapaense, pois a gradual mudança de comportamentos de *efeito-barreira* para *efeito-cooperação*, notadamente estimulada pela assinatura do Acordo Quadro Brasil-França (1996) e pela conclusão da ponte sobre o rio Oiapoque (2010), embora a sua liberação tivesse ocorrido somente em 2017. Assim, buscam-se novos usos da fronteira amapaense e criam-se novas expectativas para a *interação transfronteiriça* em substituição às *relações fronteiriças* (PORTO, 2022b). São novas interações a serem articuladas, na busca de novas integrações espaciais e econômicas. Contudo, suas dinâmicas ainda detêm manifestações de tempo-lento miltoniano.

Quanto à institucionalidade, embora haja uma série de ações institucionalizadas neste espaço, enquanto integrante do território do Estado do Pará até 1943. Com a criação do Território Federal, tem-se a sua primeira institucionalização pelo Decreto-Lei 5.812/1943. A partir de então, pode-se iniciar a se refletir o caso amapaense. Pois, além de começar a ser organizado como um novo ente federativo brasileiro, buscando-se a sua identidade como a conhecida “Mística do Amapá” (NUNES, 1962; LEAL, 2009), novas políticas territoriais também foram geradas. Assim, espaços institucionalizados são instalados em palimpsestos ao juridicamente definido na década de 1940, seja na criação de novos municípios, na delimitação territorial de órgãos federais em unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos agrícolas e faixa de fronteira (ICMBIO; FUNAI; INCRA; Forças armadas), na transferência da capital amapaense do município do Amapá para Macapá (250 km mais ao Sul), seja na criação de uma nova regionalização política-administrativa urbana interna (região metropolitana). Tais manifestações implicaram na necessidade de ajustes espaciais, novas diretrizes políticas e administrativas, infraestruturas e incentivos para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Quanto às territorialidades institucionalizadas existentes no espaço amapaense, essas são perceptíveis nas áreas de gestão de instituições, em suas governanças espaciais, a exemplo dos espaços definidos juridicamente das unidades de conservação (Geridos pelo ICMBio); terras indígenas (Funai); assentamentos agrícolas (Incra); faixa de fronteira e Calha Norte (Ministério da Defesa) e; as terras do Estado. Esses palimpsestos territoriais em um Estado

⁷ Os Planos Diretores dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande foram elaborados para atender uma medida compensatória pela construção da UHE de Ferreira Gomes. Devido à proximidade desses municípios, os impactos desta UHE também se produzem à montante, chegando em Porto Grande. Por isso a UHEFG elaborou os planos diretores de ambos municípios (Katrícia Correa, em entrevista).

juridicamente delimitado em muito afeta suas intenções de governabilidade e de desenvolvimento.

No que tange à acionalidade, desde o período colonial o espaço referente ao atual Estado do Amapá tem sido acionado pelas forças externas, devido a dois fatores: enquanto espaço fronteiriço; ocorrência de produtos naturais (Drogas do sertão, commodities); possuidor de potencialidades turísticas⁸ e; detentor de condições para geração de energia elétrica. Porto (2021), assevera que uma vez a Amazônia conectada, articulada e cada vez mais integrada ao mercado nacional, esta periferia mais bem-dotada de recursos foi mais acionada. Assim, sendo o Amapá inserido no contexto amazônico, conclui o autor (*Op. cit.*, p. 374):

Constantemente a Amazônia é tratada como periférica, tanto que foi necessário integrar este espaço à economia nacional. Uma vez integrada, passou a ser constantemente acionada na busca pelas articulações e complementaridades ao mercado nacional por rodovias, embora o acionamento pelos interesses internacionais já havia se manifestado desde o período colonial usando a sua integração pelos rios. Gradativamente a região foi se tornando estratégica, pela sua potencialidade de recursos naturais.

Quanto à interagilidade, a criação do ente federativo Território Federal do Amapá e de novos municípios, implicaram na necessidade de criação de novas interações espaciais⁹, seja nos novos acessos, ocupações e dinâmicas sociais, econômicas (Quadro 1); novas políticas territoriais e; na instalação de novas infraestruturas para maiores articulações e interações do/com o espaço amapaense, desde a escala local à internacional, de fronteiriço à transfronteiriço. A partir do segundo decênio do século XXI, a interagibilidade física por uma ponte interligando a margem direita do rio Amazonas, ainda não ocorreu. Mas pelo posteamto energético, sim.

Neste sentido, é de fundamental importância ressaltar a formação de redes econômicas e institucionais se interagindo para a instalação de um sistema complexo de articulações rodoviárias, ferroviária, aeroviária e portuária¹⁰ no espaço amapaense para a consolidação da interação espacial e conectando de novos espaços visando a sua integração (PORTO, 2022a).

Ao completar oito décadas de existência, a nova “intenção de desenvolvimento” propalada ao Estado do Amapá é a prospecção, exploração do petróleo próximo ao litoral

⁸ A interagibilidade também pode ser fomentada pelo turismo, a exemplo do turismo indigenista. O território amapaense conta com um produto turístico indígena com visibilidade internacional, embora ainda seja pouco aproveitado economicamente. Em 2003, a etnia Wajãpi teve o privilégio de ter suas expressões orais e arte gráfica, chamada Arte Kusiwã (pintura corporal e arte gráfica da tribo), reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, se tornando o primeiro patrimônio cultural imaterial nacional a entrar para esta seleta lista. Apenas sete patrimônios imateriais brasileiros foram incluídos nesta seleta lista, a saber: Expressões Gráficas e Oraís dos Wajãpi (2003), Samba de Roda (2008), Ritual Yaokwa (2011), Frevo (2012), Círio de Nazaré (2013), Roda de Capoeira (2014), Complexo Cultural Bumba-meu-boi do Maranhão (2019) (Vide GUIMARÃES, 2021).

⁹ Segundo Corrêa (1997, p. 279), *as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.*

¹⁰ Sobre a importância de se entender a fluidez do capital pelo Complexo Portuário de Santana (AP), vide Sardinha (2022).

do município de Oiapoque. Contudo, a lógica da década de 1950 é mantida. Ou seja, ainda se mantém a extração das *commodities*, e não foi percebido até a elaboração desta obra, o seu beneficiamento. Extrai-se o petróleo, mas não se instala uma refinaria.

Esta lógica de não investir em parques que não agregam valores às potencialidades naturais do Amapá vem se repetindo desde a exploração manganêsífera, na década de 1950; a plantação de pinheiros e eucalipto, na década de 1970; na extração aurífera, após a década de 1980; na extração do óleo do breu branco, na década de 1990; no agronegócio (pecuária e soja), no primeiro decênio do século XXI; na produção de energia elétrica, no segundo decênio e; no terceiro decênio, aparece o petróleo.

Sobre a possível uma possível exploração petrolífera na costa amapaense, esta vem se apresentando como um novo tipo de mineração: mineração pré-sal; uso de tecnologias não adotadas no continente, em terra firme como ocorreram nas explorações do manganês, ouro, caulim e ferro; modo de exportação; uso de técnicas e tecnologias não em terra firme, mas na plataforma continental oceânica. Se o Município do Oiapoque será acionado em seu novo uso do território, somente será possível perceber tal comportamento, quando se entender como este espaço marítimo e municipal será acionado pelo capital petrolífero.

O Amapá como um grande negócio, mais uma vez é evidenciado.

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1988	- Transformação do Território Federal do Amapá em Estado.	- Promover a reestruturação política e administrativa nacional.
1989	- Instalação da Mineração Yukio Yoshidome S.A.	- A Extração aurífera mecanizada em Lourenço (Calçoene).
	- Criação da Floresta Nacional do Amapá.	- Manter a diversidade ecológica, amostras de ecossistemas em estado natural e apoiar o desenvolvimento florestal dos demais recursos naturais.
1990	- Criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari.	- Viabilizar a exploração autossustentável de exemplares naturais pertencente à biota, sem prejuízo da conservação ambiental.
1991	- Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS).	- Promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.
	- Demarcação da Reserva Indígena dos Uaçá.	- Regularizar terras indígenas no Estado do Amapá.
1992	- Saída da Mineração Yukio Yoshidome.	- Promover a extração aurífera mecanizada em Lourenço (Calçoene).
	- Regulamentação da ALCMS.	- Organizar e regulamentar a ALCMS.
	- Demarcação da Reserva Indígena dos Juminá.	- Regularizar terras indígenas no Estado.
	- Instalação da Mineração Água Boa Ltda.	- Promover a extração aurífera em Mazagão.
	- Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.	- Proteger e conservar os recursos ambientais e os ecossistemas ali existente.
	- Plano de Ação Governamental do Amapá.	- Primeiro Plano de Governo do Estado do Amapá, que articula no aspecto estadual as políticas regionais, segundo a identificação e exploração regional de suas potencialidades. Neste Plano o destaque está no incentivo ao turismo.

	- Criação dos Municípios de Pedra Branca do Amapari; Serra do Navio; Cutias; Pracuúba; Porto Grande e Itaubal, por desmembramento do Município de Macapá.	- Realizar a reorganização territorial e política-administrativa do Amapá.
1994	- Criação do Município de Vitória do Jari, por desmembramento do Município de Laranjal do Jari.	- Promover a reestruturação política e administrativa nacional.
1995	- Implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá - PDSA.	- Redirecionar as estratégias de desenvolvimento para o Estado do Amapá, sob a ótica da sustentabilidade
	- Saída da Mineração <i>Novo Astro</i> .	- Encerramento das atividades empresariais
1997	- Saída da Icomi.	- Encerramento das atividades empresariais
	- Demarcação da Reserva Indígena Parque Tumucumaque.	- Regularizar terras indígenas no Estado.
	- Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.	- Explorar o potencial florestal da reserva no Vale do Rio Jari, notadamente a castanha-do-Brasil.
1998	- Revisão da criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.	- Disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que vivem nesta APA; resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.
2000	- Compra do Complexo Industrial do Jari pelo Grupo ORSA.	- Ampliar a produção de caulim, da bauxita; aprimorar o domínio biotecnológico do eucalipto, destinado à fábrica de celulose da Jari; construção Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Jari
2002	- Criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.	- Assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.
2003	- Instituição da Região Metropolitana Amapaense	- Instalar a região metropolitana no Amapá.
2006	- Criação da Floresta Estadual de Produção do Amapá	- Fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no estado do Amapá, visando à exploração dos produtos madeiros e não madeiros de forma racional (sustentável).
2012	- Linhão de Tucuruí conecta o Amapá	- Inclusão do Amapá no Sistema Integrado Nacional de energia elétrica.
2014	- Implantação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes	- Ampliação da produção energética amapaense e a sua inserção ao Sistema Integrado Nacional.
	Início da produção energética da Usina Hidrelétrica do Jari.	- Ampliação da produção energética ao Complexo Industrial do Jari e a sua inserção ao Sistema Integrado Nacional.
2015	- Início da produção energética da Usina Hidrelétrica de Porto Grande	- Produção de energia elétrica para industrialização e urbanização nacional.
	- Instalação portuária para o agronegócio	- Ampliação de oferta de serviços portuários para exportação da soja do centro-oeste brasileiro.
2016	- Regulamentação da Região Metropolitana Amapaense	- Criar condições de sustentabilidade jurídica à gestão da Região Metropolitana Amapaense.

2021	- Privatizações da Companhia Elétrica do Amapá e da Companhia de Água e Esgoto do Amapá	- Reorganização administrativa das empresas, visando a modernização de seus serviços e equipamentos.
2021	- Instalação do Programa Norte Conectado/Conecta Amazônia	- Expandir a infraestrutura de comunicações e de rede de informática na região Amazônica, promovendo a integração da região e as políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e judiciário.
2022	- Inova Amazônia	- Financiamento <i>start ups</i> na região amazônica.
2023	- Exploração petrolífera na costa Amapaense.	- Intenção da exploração petrolífera na costa Amapaense, fronteira com a Guiana Francesa

Quadro 1 - Principais ações para a organização espacial do Estado do Amapá (1988-2022).

Fonte: Jadson Porto (2003), atualizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passado 8 décadas de existência como ente federativo, o atual estado do Amapá passou por uma série de transformações espaciais, de uso e de função do território. Mas a lógica de uso e função do território permaneceu. A aprendizagem territorial amapaense ainda replica o meado do século XX.

Essas Unidades Federativas, contudo, não se resumiram somente às suas experiências administrativas. Há também outros fatores de análise que devem ser considerados para o melhor entendimento de suas participações nos cenários nacional e regional, tais como: Compreender suas dinâmicas de vivificação e vitalização de seus territórios; analisar suas configurações jurídicas territoriais; analisar as configurações políticas de suas institucionalidades territorializadas; refletir sobre as institucionalidades, as espacialidades, temporalidades, as territorialidades, as acionalidades e as interagibilidades que esses entes federativos exercem sobre o uso e as funções de seus territórios; analisar os seus processos de estadualizações; analisar as transformações realizadas e as permanências instaladas; analisar os avanços e as dialéticas sobre a inserção dos ex-Territórios Federais nos programas de privatização dos seus serviços; analisar as novas dinâmicas da fronteira decorrente da construção e liberação da ponte binacional no rio Oiapoque, as novas relações institucionalizadas transfronteiriças em constantes transformações, embora seja de lentas ações em seus ajustes espaciais, territoriais e políticos, vem se ampliando as conexões de sua linde ao circuito global e em rede; suas interações espaciais extrapolam o *efeito-barreira* para se criar/construir o *efeito-cooperação*, formador de uma incipiente condição transfronteiriça. Neste sentido, à medida que o Amapá se vivificava e vitalizava, novos “Amapás” eram inventados ou apareciam, novos espaços e potencialidades eram acionados, expondo necessidade de analisá-lo em suas multiescalaridade e pluralidade.

Quanto à urbanização, novas leituras foram sendo levantadas seja devido à transferência de capital do Território Federal (único caso no Brasil neste tipo de ente federativo); à criação de novos municípios, sem terras para serem administrados; pela ocorrência de cidades médias formadoras de sua região metropolitana; às expectativas das opções de desenvolvimento estabelecidas ao caso amapaense;

Quanto à transfronteirização, esta é a nova fase a ser trabalhada sobre o espaço relacional amapaense, pois a gradual mudança de comportamentos de *efeito-barreira* para *efeito-*

cooperação, notadamente estimulada pela assinatura do Acordo Quadro Brasil-França (1996) e pela liberação da ponte sobre o rio Oiapoque em 2017. Assim, expectativas para a *interação transfronteiriça* em substituição às *relações fronteiriças* estão em construção.

Há grande influência da institucionalidade, desde o Decreto-Lei de criação do Território Federal do Amapá, em 1943. Depois disso, tem-se a criação de novos municípios; a decretação do desenvolvimento; a instalação de unidades de conservação; terras indígenas, áreas do Incra; instalação da Região metropolitana, tudo isso implicando na necessidade de ajustes espaciais, novas diretrizes políticas e administrativas, infraestruturas e incentivos para o desenvolvimento de atividades econômicas.

No que tange à interagilidade, a criação do ente federativo Território Federal do Amapá e de novos municípios, implicaram na necessidade de criação de novas interações espaciais; novas políticas territoriais e; na instalação de novas infraestruturas para maiores articulações e interações do/com o espaço amapaense, desde a escala local à internacional, de fronteiro à transfronteiro e; ao sistema energético brasileiro, colaborando para o fornecimento energético para a urbanização e industrialização nacional.

Em 80 anos, o espaço amapaense foi por diversas vezes acionado pelo capital, notadamente para exploração de seus potenciais naturais; desde a década de 1990, inseriu-se no circuito de regimes aduaneiros espaciais e serviços ambientais; no primeiro decênio do século XXI, tem-se a retomada da economia mineira e; após 2010, novos ensaios de transfronteirização iniciaram a ser traçados com a liberação da ponte conectando Amapá/Guiana Francesa, estímulos ao agronegócio, pela implantação de uma logística portuária no Município de Santana, como parte integrante das articulações do IIRSA; pela conexão energética pelo Linhão de Tucuruí, tirando o isolamento deste sistema e integrando-o ao sistema elétrico nacional e, com a construção de três usinas hidrelétricas para produção de energia hidrelétrica à industrialização e urbanização nacional.

A partir do terceiro decênio do século XXI, aparece as expectativas da exploração do petróleo na costa amapaense, próximo à fronteira Brasil/França. Porém, até a conclusão deste texto, não estava prevista a instalação de uma refinaria no Amapá. Ou seja, a lógica de extração de suas potencialidades naturais sem a agregação de valor permanece a mesma de meados do século XX, com a exploração de seus minérios (manganês, ferro, cromita, tantalita, ouro) e que foram reproduzidas nas suas outras atividades econômicas, a exemplo da silvicultura (pinho e eucalipto), madeira, pescado e óleos da castanha e breu branco. Estimulou-se o maior envolvimento do Amapá em um outro *techical time*, os *startups*. Por fim, a ampliação da produção de energia amapaense ainda não foi suficiente para se criar e gerar uma elite tecnificadora no Estado do Amapá. O tempo rápido miltoniano chegou ao Amapá, não do processo produtivo, mas das articulações e conexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M. **Os novos Territórios Federais** (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu): geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

GEA, Governo do Estado do Amapá. Decreto n. 2504, de 18 de agosto de 1998. **Disciplina procedimentos fiscais para operações de importação de mercadorias estrangeiras instituídos pela Lei nº. 400, de 22 de dezembro de 1997, em seu Livro segundo, Título I, Capítulo I, e dá outras providências.**

- CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional** (Territórios Federais). Rio de Janeiro: CAPES, 1957.
- CASTRO, A. H. F. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII / XIX**. Belém: EDUFPA, 1999.
- CHELALA, C. **A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Macapá: MDR/Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- DNPM. **Principais depósitos minerais do Brasil**. Brasília: DNPM/CVRD/CPRM, 1988.
- FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1975.
- FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista: Boa Vista, 1991.
- GUIMARÃES, F. Turismo Indigenista na Amazônia Legal: Atividade sustentável entre os detentores de um Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 283-296, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12706/9135>. Acesso em 25 jan. 2023.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957. XIV vol.
- IBGE. **Censos Demográficos e prévia do censo 2022**. Brasília, 2023.
- JACQUES, P. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. 1977.
- LEAL, M. A mística do Amapá: A invenção do cidadão amapaense-brasileiro. In: OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, R. **Amazônia, Amapá: Escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2002. P. 267-295.
- MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.
- MEDEIROS, O. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MIRANDA, M. L.; MIOTO, C. B. T.; ARAÚJO, J. B. Desenvolvimento e a urbanização deplorável no Brasil pelas lentes de Wilson Cano. In: SANTOS, A. Q.; et al. **A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021.
- MORTARA, G. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**. 2 (16) Jul., 1944.
- NUNES, J. G. **Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território**. Território Federal do Amapá: Imprensa Oficial, 1962.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Toda verdade sobre o Jari**. São Paulo: Record, 1987.

PORTO, J. L. R.; COSTA, Manoel. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana:** questões geoeconômicas. Macapá: O Dia, 1999.

PORTO, J. L. R. **A Influência do Setor Energético nas Transformações Espaciais do Estado do Amapá.** Macapá, 2002. 2º lugar no concurso de monografia CEA/UNIFAP.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000).** Macapá: SETEC. 2003.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional brasileira:** reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013). Maringá: Uniedusul, 2020a.

PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a fronteira Brasileira: A formação da condição fronteiriça amapaense. In: FERREIRA, J. F. C. **Geografia do Amapá em Perspectiva.** 1 ed. Maringá: Uniedusul, 2020b, v.2, p. 34-48.

PORTO, J. L. R. A acionalidade espacial e a Amazônia: de espaço isolado, truncado, à busca pela integração. In: SANTOS, A. Q. et al. **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021. p. 362-377.

PORTO, J. L. R. Entre vivificações e vitalizações espaciais: Entre transferência de capital a novas aglomerações urbanas no território amapaense. In: LEOPOLDO, E.; LIMA, M. C.; SOUSA, I. S. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano e Regional na Amazônia.** Rio de Janeiro: Consequência, 2022a, v.1, p. 40-60.

PORTO, J. L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Revista Confins**, v. 55: 131 - 146, 2022b.

PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano:** inserción de la periferia e institucionalización espacial. Macapá: Edunifap, 2018.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: a atuação dos Territórios Federais in: PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano:** inserción de la periferia e institucionalización espacial. Macapá: Edunifap, 2018, p. 129 -145.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Visões de defesa nacional na formação da condição fronteiriça dos ex-Territórios Federais amazônicos: Da ocupação à vivificação espacial. In: FILOCREÃO, A. S. M.; PIZZIO, A.; THEIS, I. M. (Orgs.) **Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais.** Palmas: Editora da UFT, 2020, v.1, p. 81-94.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Vivificação e vitalização da fronteira setentrional brasileira: a 185 indissociabilidade vice-versa periférica-estratégica da condição fronteiriça. In: PORTO, J. L. R.; OLIVEIRA, N. M. **Entre espaços regionais e locais:** Intenções de desenvolvimento. Maringá: Uniedusul, 2021, p. 185-200.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Peripheral or strategic? The border condition of the amazon frontier in Brazil. **Estudios Fronterizos.** V. 23, p.1 - 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.2219103>.

- PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GOMES, A. F. **De apagão a apagado**: Ensaio sobre a questão energética amapaense. 1 ed. Maringá: Uniedusul, 2021. 127 p.
- PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GONÇALVES, E. M. P.; ALENCAR, O. A.; ISACKSON, S. C. C. Pólos Turísticos Amapaenses: Novas Dinâmicas Territoriais em um Estado em Construção In: **Anais do 4º Congresso Latino Americano de Investigación Turística**, 2010, Montevideu.
- REIS, A. C. F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- REIS, A. C. F. A idéia de Território no pensamento do legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Administrativo** (74). out./dez., 1963.
- ROSA, R. Dos Territórios Federais. **Boletim Geográfico**. 23 (181). jul/ago, 1972.
- SANTOS, E. R.C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do "mundo" das águas às florestas protegidas. Rio de Janeiro: Publít, 2013.
- SANTOS, F. R. **A história do Amapá**. Macapá: Imprensa Oficial, 1994.
- SANTOS, F. R. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do jnarismo. Macapá: FUNDECAP/GEA, 1998.
- SARDINHA, J. C. S. **Complexo Portuário de Santana, Amapá, Brasil: O Uso E O Efeito De Políticas Territoriais**. Macapá: PPGEO/Unifap, 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amapá
- SILVEIRA, O. M. **A Planície Costeira do Amapá**. Dinâmica de ambiente costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias. Belém: Centro de Geociências. Curso de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica. UFPA. 2000. (Tese de Doutorado)
- TEMER, M. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.
- VARGAS, G. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. Vol. X, 1 de maio de 1943 a 29 de maio de 1944.
- ZANCHETTI, S. M. A cidade e o Estado no Brasil colonial: colocações para um debate. **Espaço e Debate**. 4 (19),1986.

Capítulo 02

OITO DÉCADAS DA ECONOMIA DO AMAPÁ

Cláudia Chelala
Charles Chelala

INTRODUÇÃO

Se, no ano de 1943, fosse perguntado aos habitantes da região Norte qual dos Territórios Federais criados pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro, estaria mais desenvolvido economicamente em um lapso de 80 anos, possivelmente parte dos respondentes apostasse no Território Federal do Amapá, e não nos Territórios do Rio Branco (atual Estado de Roraima) e do Guaporé (atual Estado de Rondônia) que foram os Territórios criados na Região Norte, naquele ano.

Tal escolha talvez se justificasse em função dos excepcionais fatores locais existentes, pois o Amapá se situa na foz do rio Amazonas, o que representa maior proximidade marítima com os mercados europeus e norte-americano, tem uma importante costa oceânica, possui fronteira com a Guiana Francesa, além de, já àquela época, ter descoberto jazidas minerais de grande valor para o mercado internacional.

Passadas as oito décadas, sabe-se que aqueles que optassem pelo Amapá perderiam a aposta, uma vez que o Amapá apresentou, neste período, um desempenho econômico medíocre, disputando com o Acre e Roraima as últimas posições no ranking do PIB nacional.

No ano de 2020, o PIB amapaense foi estimado em R\$ 18,5 bilhões, enquanto o PIB de Rondônia totalizou R\$ 51,6 bilhões. Para efeitos de comparação o PIB do Acre, em 2020, foi de R\$ 16.476 bilhões e o de Roraima R\$ 16.024 bilhões (IBGE, 2022). Ou seja, o Estado de Rondônia conseguiu descolar o seu desempenho econômico dos demais, mantendo-se consideravelmente à frente.

O Amapá ostenta indicadores sociais muito negativos: 88% da população não tem rede de coleta de esgoto, 52% sequer possui acesso à água tratada, 49,4% dos habitantes estão abaixo da linha da pobreza, tem a terceira maior taxa de desocupação do país (12,1%) e, para cada trabalhador formal há 1,6 beneficiário do programa bolsa-família¹¹.

Caracteriza-se por históricos problemas de infraestrutura. A sua principal rodovia, a BR-156, que atravessa longitudinalmente o Estado, é a mais antiga obra inacabada do país. As rodovias estaduais também se encontram, em grande parte, inacabadas ou deterioradas e os ramais que fazem ligação entre as comunidades rurais e as sedes dos municípios, em situação de grande precariedade, particularmente no período das chuvas, em que alguns ficam intrafegáveis.

A Confederação Nacional do Transporte destacou que o Amapá tem o pior estado geral das rodovias pesquisadas no país. De acordo com a 21ª Pesquisa CNT de Rodovias em todo o país. No total, 96,6% (488 km) da extensão avaliada apresentou algum tipo de deficiência no estado geral (classificação regular, ruim ou péssimo), ao passo que somente 3,4% (17 km) tiveram classificação ótimo ou bom (CNT, 2017).

¹¹ Fontes: dados de saneamento, Trata Brasil, 2023; pobreza, IJCL 2023; desocupação, IBGE PNADc (2023); Bolsa família em comparação ao emprego formal, Poder360 (2023).

Energia também representa um importante entrave para o desenvolvimento do Estado. Apesar de possuir quatro usinas hidrelétricas: a UHE Coaracy Nunes (78 MW), a UHE Ferreira Gomes (252 MW), a UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW) e a UHE Santo Antônio do Jari (373 MW), os municípios amapaenses sofrem com o insuficiente abastecimento de energia, em razão das dificuldades de transmissão e distribuição. Nem mesmo possui uma estrutura satisfatória de fornecimento para as cidades com maior contingente populacional, que são Macapá e Santana.

Em 2020, o Amapá sofreu um dos maiores blecautes da história do país. Cerca de 700.000 pessoas ficaram 22 dias sem o fornecimento regular de energia. E conseqüentemente sem água e sem internet. O apagão foi provocado pela explosão seguida de incêndio em um transformador de uma subestação em Macapá (Para maiores detalhes, vide PORTO; TOSTES; GOMES, 2021).

O objetivo deste artigo, que compõe a coletânea dos 80 anos da criação do Amapá, é identificar alguns dos motivos que frustraram o processo de desenvolvimento do Estado, por meio de uma breve visita à sua história, à caracterização do perfil econômico atual, às potencialidades e cenários prospectivos.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO AMAPÁ

Dentre os diversos fenômenos e fatos ocorridos em quase um século de existência como unidade da federação, é possível identificar seis marcos históricos que moldaram o perfil econômico do Amapá: i) a criação do Território Federal; ii) o projeto mineral de exploração do manganês; iii) o projeto Jari; iv) o projeto de silvicultura no cerrado; v) a transformação em Estado; e, vi) a instituição de áreas protegidas.

O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

A criação do Território Federal provocou importantes transformações geopolíticas, institucionais e socioeconômicas. Destaca-se a transferência da capital para Macapá¹², a implantação da estrutura de gestão pública e a formação da burocracia local; um relativo crescimento da população com o registro da primeira leva de migrantes, além de intervenções infraestruturais como a construção de escolas, unidades de saúde, as primeiras estradas, prédios administrativos, praças públicas, calçamentos e projetos habitacionais.

Essa fase inicial foi marcada pela gestão de Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Território, que recebeu a missão de Vargas aos 31 anos de idade, permanecendo por um período de 12 anos no comando executivo territorial, de 1944 a 1956.

A ICOMI E O MANGANÊS EM SERRA DO NAVIO

O projeto de extração de manganês, na jazida localizada no município de Serra do Navio, foi a mais considerável ação do capital privado da história do Amapá. Apesar de já haver indícios da ocorrência do minério desde 1934 (DRUMMOND, PEREIRA 2007), o

¹² O município do Amapá deixou de ser a capital por força do Decreto-lei Federal n.º 6.550, de 31-05-1944

início da exploração se fez três anos depois de fundado o Território, com a publicação do Decreto-lei nº 9.858/1946, que estabeleceu as normas para a concessão da exploração.

O processo foi agilizado ante à necessidade imposta, no período da Guerra Fria, de redução da dependência do manganês da União Soviética, maior produtora mundial. A Icomi, uma pequena empresa mineira, associou-se à gigante norte-americana Bethlehem Steel e iniciou as exportações em 1957.

Quarenta anos depois, em 31 de dezembro de 1997¹³ a empresa alegou o esgotamento da jazida e iniciou o processo de abandono do projeto. Nesse período foram extraídas cerca de 52 milhões de toneladas do minério, o que gerou um faturamento bruto total para a empresa de US\$ 1,37 bilhões de dólares (que convertidos para dólares de 1994, alcançam a cifra de US\$ 3,0 bilhões) e *royalties* acumulados de US\$ 56,5 milhões (corrigidos para 1994 atingem o valor de US\$ 131,6), ou 4,12% da receita total auferida¹⁴ (CHELALA, 2008, p.120).

A Icomi construiu a infraestrutura necessária para viabilizar a extração, o transporte e o escoamento do minério, bem como as instalações urbanas e residenciais de seus funcionários e as respectivas famílias, a saber: a ferrovia, o porto, duas vilas residenciais, sistema de tratamento e distribuição de água, sistema de geração e distribuição de energia elétrica, dentre outros. Parte dos *royalties* gerados pela atividade foram aplicados na construção da primeira hidrelétrica do Amapá, a UHE Coaracy Nunes.

Com o encerramento das atividades de exploração de manganês, toda a infraestrutura foi repassada ao poder público, isto é, ao Estado do Amapá e aos municípios de Serra do Navio e de Santana¹⁵, à exceção do Porto.

O PROJETO JARI

O Complexo Industrial do Jari foi idealizado pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig. O projeto estruturou-se na divisa dos Estados do Pará e o Amapá, em meados da década de 1960. Seu objetivo principal era a produção de pasta de celulose, mas também a extração de caulim e bauxita, bem como a produção de arroz e carne bovina para o abastecimento do núcleo habitacional que se formava com os trabalhadores do empreendimento e as suas famílias.

O investimento total do projeto foi estimado entre US\$ 750 milhões e US\$ 1 bilhão (PINTO, 1986). As atividades que se viabilizaram economicamente foram a produção de celulose e caulim.

O empreendimento afetou profundamente a região sul do Amapá, em função do expressivo contingente de trabalhadores que se destinou para lá na expectativa de conseguir emprego no Projeto. Parcela da força de trabalho que não foi absorvida permaneceu na região. Principalmente na localidade denominada Beiradão, que posteriormente se

¹³ Dez anos antes do previsto no contrato original.

¹⁴ Fonte dos dados: Drummond, Pereira (2007, p. 194, 214 e 218).

¹⁵ Relevante destacar o atual sucateamento de toda essa infraestrutura herdada, fruto do descaso das empresas sucessoras da ICOMI e leniência dos governos. Em especial a destruição da ferrovia e do porto, inviabilizando o aproveitamento das riquezas minerais do Amapá, como será abordado mais adiante neste artigo.

transformou no município de Laranjal do Jari e, em Beiradinho, o atual município de Vitória do Jari.

Esses municípios possuem, na atualidade, grandes percentuais de população vivendo em aglomerados urbanos subnormais, respectivamente 41% e 74% de domicílios nessas condições (IBGE, 2010).

Além do impacto social gerado, pelo fato de se tratar de um projeto de enclave, a região sente intensamente as oscilações do empreendimento, especialmente na última década, na qual a atividade entrou em declínio. Atualmente, o projeto experimenta uma importante crise, com insolência para com fornecedores, empresas terceirizadas, empregados, além de uma vultosa dívida junto ao BNDES (PORTAL CELULOSE, 2023).

O PROJETO DE SILVICULTURA NO CERRADO

A Amcel – Amapá Florestal e Celulose S.A. atua no setor de silvicultura no Estado desde o ano de 1976, tendo como acionistas majoritários os grupos japoneses Nippon Paper Industries e NYK – Nippon Yusen Kaisha. Ocupa uma área de 310 mil hectares, sendo 130 mil ha disponíveis para plantio e 180 mil ha de reservas nativas. Seus polígonos ocupam áreas em sete municípios amapaenses: Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Tartarugalzinho e Amapá (AMCEL, 2023).

A sua origem está ligada à diversificação produtiva concebida pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, por meio da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração - Caemi, que incluía, além de participação na Icomi, também diversos projetos como o plantio e beneficiamento de dendê, além de outras explorações minerais e agropecuárias.

O projeto inicialmente previa a plantação de *pinus* para posterior beneficiamento que pretendia incluir até a fabricação de pasta de celulose o que, apesar de estar presente na denominação da empresa, nunca superou a etapa produção de madeira em estilhas, popularmente denominado “cavaco”, cuja fábrica entrou em operação em 1992.

A partir dos primeiros anos da década de 2000, a AMCEL iniciou a substituição das espécies de *pinus* por eucalipto, em função das vantagens de apresentar crescimento mais rápido, com menor período de rotação, ser mais resistente a pragas e de fácil cultivo e reprodução.

Em 1996, a CAEMI repassou os ativos da AMCEL para a empresa Champion Papel e Celulose, que viria a ser adquirida pela Internacional Paper (IP) em 2000. Posteriormente, no ano de 2006, a IP vendeu a empresa aos japoneses, que mantém o seu controle até a conclusão deste capítulo.

A Amcel está instalada na Companhia das Docas de Santana, em uma área de 67.624m² nos quais, além da fábrica, possui espaços de estocagem de madeira, estrutura de correias transportadoras e de embarque de navios (*shiploaders*).

Entre os anos de 1997 e 2022, a empresa exportou, em valores FOB atualizados, o montante de U\$ 1,25 bilhões, uma média de U\$ 50 milhões ano, o que representou aproximadamente 12 milhões de toneladas de produto, mantendo-se sempre entre as primeiras colocações na pauta de exportações do Estado (MDIC – ComexStat, 2023).

Recentemente, no ano de 2017, a AMCEL iniciou o plantio experimental de soja que já chega a mil hectares do grão. Segundo o site da empresa o objetivo é diversificação de sua

produção, utilizando o bioma cerrado para produção de alimentos no Estado do Amapá (AMCEL, 2023).

A TRANSFORMAÇÃO EM ESTADO

A Constituição Federal de 1988 transformou o Território Federal em Estado membro da União, tendo sido efetivamente implantado no ano de 1990, com a primeira eleição para governador, representantes estaduais na Assembleia Legislativa e senadores. O novo Estado nasceu ainda com forte dependência da União, uma vez que quase toda a folha de pagamento dos servidores públicos permanecia sendo custeada pelo governo federal, e algo próximo a 90% das receitas eram originadas de transferências constitucionais.

A instalação do Estado ocorreu quase que concomitante à implantação do Regime Aduaneiro Aplicado em Áreas Especiais: a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, criada em 1991, por intermédio da Lei nº 8.387, provocando a instalação de empresas importadoras e, por conseguinte, o comércio de produtos importados.

Tais fatos impactaram de forma sensível a dinâmica demográfica amapaense, que registrou um crescimento médio de 5,68% ao ano, no período de 1991 a 2000, a mais alta taxa de crescimento demográfico do país. Enquanto a média nacional registrada no período foi de 1,63% ao ano (IBGE, 2010).

A criação do novo Estado também provocou profundas mudanças geopolíticas, institucionais, administrativas e infraestruturais, além das citadas alterações demográficas.

AS ÁREAS PROTEGIDAS

Finalizando a análise dos fatores que formataram o perfil econômico do Amapá, destacam-se as 19 Unidades de Conservação - UCs, sendo 12 delas sob a gestão do Governo Federal, cinco sob a responsabilidade do Governo do Estado do Amapá (GEA), e três municipais. Distribuem-se em territórios de 15 dos 16 municípios amapaenses¹⁶. Quando somadas às cinco Terras Indígenas e aos Territórios Quilombolas demarcados, atinge-se o percentual de 72% da área do Estado, aproximadamente 10 milhões de hectares, de áreas com algum tipo de proteção legal.

Com relação à tipologia das Unidades de Conservação, das 19 existentes, 12 são de Uso Sustentável. A área total destas UCs soma 4.140.710,51 hectares, correspondente a menos da metade do total, ou seja, 46,7%. Já as Unidades de Conservação do tipo Proteção Integral são apenas sete, contudo, perfazem a extensão de 4.725.854,00 hectares, ou 53,3% do total.

Esse quadro de distribuição das modalidades de UCs no Amapá destoa do restante do Brasil pois, independente da jurisdição federativa, as áreas de Uso Sustentável, no país, atingem 84,1 milhões de hectares, contra 42,4 milhões de hectares destinados às áreas de Proteção Integral (CHELALA, ANDRADE, 2007).

Será abordado em seção adiante deste ensaio, o papel que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável deverão desempenhar na economia do Estado, especialmente por meio de concessões florestais para produção de madeira certificada.

¹⁶ Apenas Cutias não possui áreas de seu território ocupadas com Unidades de Conservação.

PERFIL DA ECONOMIA DO AMAPÁ

A participação do Estado no PIB nacional é muito pequena, apenas 0,2%, com reduzida produção agropecuária e industrial (13% do PIB estadual somados nos setores primário e secundário), e uma pauta de exportação concentrada em produtos originados de projetos de enclave. É deficitário no saldo da balança comercial interestadual e permanece com forte dependência do setor público e, consequentemente, das transferências da União.

O Produto Interno Bruto do Amapá, em sua mais recente estimativa do ano de 2020, foi calculado em R\$ 18,5 bilhões, conforme já destacado neste artigo. É o antepenúltimo do país, à frente dos Estados do Acre e Roraima. O PIB *per capita* é estimado em torno de R\$ 21 mil, situando-o na 17ª posição no país, mas que corresponde a apenas 60% do mesmo indicador em escala nacional, que é de R\$ 35 mil.

Entre os anos de 2002 e 2020, a economia do Amapá cresceu em um ritmo de 3,1% ao ano, taxa superior à média brasileira do período, que foi de 2% ao ano. Contudo, distante do melhor desempenho dentre os Estados brasileiros que foi o Mato Grosso, turbinado pelo desempenho do agronegócio, crescendo a uma taxa de 4,7% anuais nessas duas décadas passadas (IBGE, 2022).

A análise qualitativa do PIB amapaense permite inferir algumas importantes conclusões, a partir da análise do Gráfico 1, a seguir.

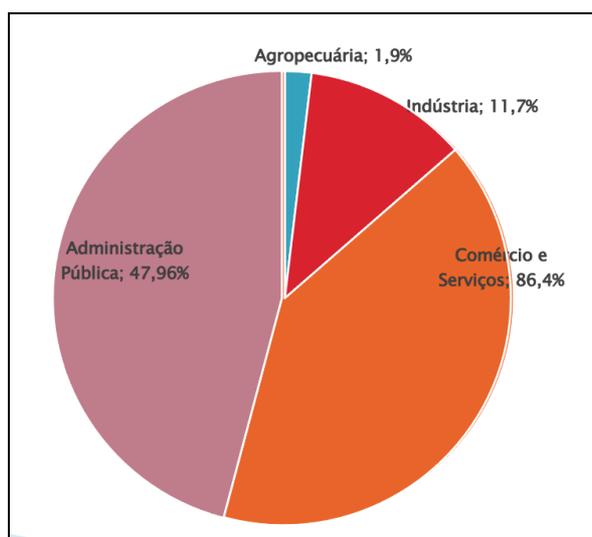


Gráfico 1 – Produto Interno Bruto do Amapá por setores em percentual.
Fonte: IBGE, Contas Regionais (2022).

Observa-se que o setor de comércio e serviços corresponde a mais de 86% do PIB estadual, seguido pela indústria, que inclui a mineração e a construção civil, com 11,7%, e a agropecuária com 1,9%. Uma estrutura produtiva robusta tende a apresentar percentuais mais expressivos na indústria e na agropecuária, setores nos quais se produzem os bens materiais.

Entretanto, o que mais se depreende do Gráfico 1 é o tamanho do Estado na economia amapaense. A atividade econômica denominada nas Contas Regionais como “Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade

social”, que está inserida no setor terciário, responde por 47,96% do PIB amapaense, enquanto no Brasil, este segmento ocupa estimados 16,3% do PIB.

Pode-se afirmar que, no Estado, o pagamento de remuneração e benefícios, além de suas aquisições de bens e serviços, representam o eixo dinâmico da economia local¹⁷, o que tornou comum qualificar o Amapá como “economia do contracheque”, em alusão ao fato de que a movimentação econômica é bem mais ativa nas datas de pagamento dos salários dos servidores públicos do que em outros períodos do mês.

Além da magnitude do setor público na economia, chama a atenção a ausência de elementos de atração de investimentos.

No estudo anual denominado Ranking de Competitividade dos Estados, promovido pelo Centro de Liderança Pública, no qual são analisados dez indicadores¹⁸, o Estado ficou em último lugar na edição de 2022, caindo três posições.

O Amapá ficou nas últimas posições dos eixos temáticos: infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, eficiência da máquina pública e inovação. Obteve uma pontuação média em sustentabilidade ambiental e terminou bem-posicionado apenas em solidez fiscal, capital humano e potencial de mercado (CLP, 2022).

Com relação à balança comercial internacional, desde a sua criação como Território, o Amapá se caracterizou por ser um gerador de divisas, sempre com superávits proporcionalmente significativos, em função de que suas principais atividades econômicas estiveram historicamente voltadas para o mercado externo, seja com o manganês, o minério de ferro, a madeira em estilhas ou com o ouro em barras.

A título de exemplo, em 2011, o Estado exportou US\$ 605 milhões, e importou apenas US\$ 68 milhões, deixando um saldo positivo de US\$ 535 milhões.

Tal situação se inverteu nos últimos dois anos quando, pela primeira na história acumularam-se déficits de US\$ 117,5 milhões em 2021, e de US\$ 563 milhões em 2022 (MDIC, 2023), como se pode observar no Gráfico 2.

A explicação para esta situação pode ser encontrada na implementação do corredor de importações, que é um regime diferenciado para a internalização de mercadorias no Estado, mesmo que não sejam consumidas aqui. A operação é vantajosa para o importador que tem se utilizado do benefício para adquirir vários produtos, sobretudo para combustíveis e lubrificantes, respondendo por 95% da pauta de importações realizadas pelo Amapá em 2022 (MDIC, 2023)¹⁹.

O regime especial também é interessante para o Estado, que obteve uma receita extra de R\$ 151,8 milhões na arrecadação de ICMS, entre os anos de 2020 e 2022 (SEFAZ, 2023)²⁰.

¹⁷ A partir da utilização de indicadores Chelala (2009) estabeleceu um índice de Magnitude do Estado na Economia - IME, cujo número obtido permite comparar a presença estatal em Unidades da Federação selecionadas, ocasião em se constatou que o Amapá é a UF com maior presença estatal. A mesma metodologia foi atualizada em Chelala (2020), com Roraima ocupando então o primeiro posto e o Amapá ficando na segunda colocação.

¹⁸ Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

¹⁹ As saídas interestaduais de mercadorias importadas estarão sujeitas à redução da tributação do ICMS. Além disso, concede-se crédito presumido de 75% do valor do imposto devido pela saída interestadual e prazo para recolhimento do imposto de até 60 dias (Fonte: Cartilha de Incentivos Fiscais para se investir no Amapá: Decreto n.º. 1780/25.04/2019; Lei Complementar 160/2017 e Convênio Confaz 190/2017).

²⁰ Respectivamente: 2020, R\$ 27 milhões; 2021, R\$ 96,9 milhões e 2022 R\$ 27,9 milhões (SEFAZ,2023).

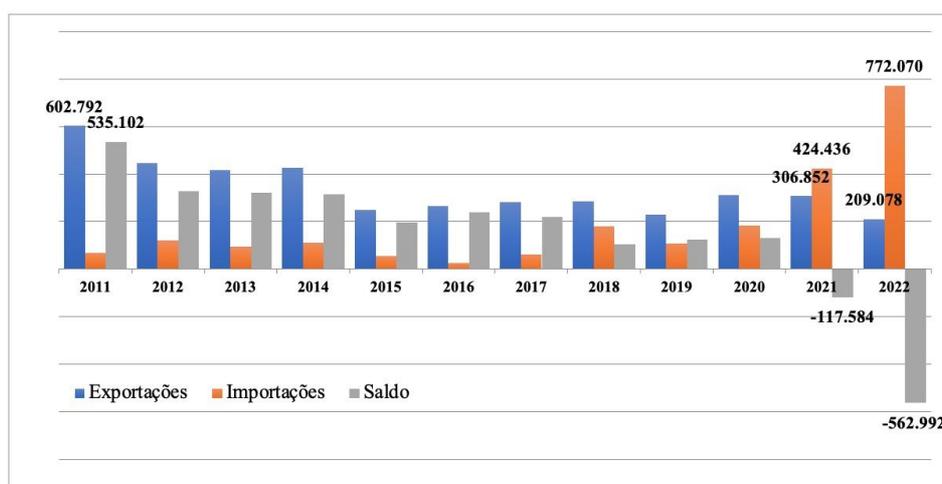


Gráfico 2 – Exportações, importações e saldo do Amapá. Em US\$ mil (FOB).
Fonte: MDIC – ComexStat (2023).

A pauta de produtos exportados historicamente apresenta-se concentrada em poucos itens. Em 2022, dos US\$ 209 milhões exportados, 94,5% desse valor foi obtido por apenas cinco produtos: ouro em barras (US\$ 104 milhões, 50%), madeira em estilhas (US\$ 58 milhões, 28%), produtos à base de açaí (com US\$ 14,7 milhões, 7,1%), minério de ferro (US\$ 14,1 milhões, 6,8%) e soja em grãos (US\$ 5,4 milhões, 2,6%), segundo os dados do MDIC (ComexStat, 2023).

Finalizando os aspectos do perfil da economia do Amapá, analisa-se o comércio interestadual do Estado, cujos saldos estão demonstrados na Tabela 1, a seguir.

	2020	2021	2022
Saldo	-R\$ 6.365.093.082	-R\$ 7.111.076.493	-R\$ 6.878.626.079

Tabela 1 - Saldos das entradas e saídas de mercadorias do Amapá com os demais Estados brasileiros. Em R\$ 1,00

Fonte: CONFAZ. Balança Comercial Interestadual

Amapá é deficitário em aproximadamente R\$ 7 bilhões com as demais unidades da federação brasileiras, com destaque para o Pará, que responde por 29% desse saldo negativo, seguido por São Paulo com 26%. Este montante corresponde a aproximadamente 35% do PIB estadual²¹.

A situação é ainda mais desfavorável porque o déficit está subestimado em função de saldos positivos “fictícios” com os Estados do Rio de Janeiro (R\$ 1,8 bilhões) e Goiás (R\$ 500 milhões), oriundos de operações internas de venda de combustíveis de lubrificantes que não foram produzidos no Amapá, mas apenas internalizadas via corredor de importação, conforme já abordado.

²¹ Dados extraídos de CONFAZ, 2023.

É compreensível que o Amapá seja um Estado importador de produtos de outras unidades da federação, dada sua estrutura produtiva carecer de indústrias de transformação e o setor primário apresentar limitações importantes.

Logo, grande parte dos bens materiais consumidos no Estado não são produzidos localmente. Tal situação não tem perspectiva de mudança no curto prazo, mas é possível elencar uma parcela considerável de produtos importados de outros Estados que poderiam ser produzidos no Amapá: como alguns produtos da cesta básica de alimentos, proteína animal e bens de indústrias residenciais.

Assim, a partir dessas características básicas, serão apontados os segmentos econômicos com melhores perspectivas de desenvolvimento.

POTENCIALIDADES

Nesta seção serão apresentadas algumas das potencialidades econômicas do Amapá, destacando atividades e segmentos que podem vir a ser indutores do sistema econômico proporcionando transbordamentos e fortalecimento de outras cadeias produtivas.

Importante frisar que a definição desses segmentos se deu com base no perfil da economia local e das perspectivas de desenvolvimento.

Em linhas gerais, compreende-se seis as potencialidades latentes para a economia do Amapá: mineração, madeira e produtos florestais, agroindústria do açaí, pesca e aquicultura, agronegócio de grãos e logística portuária. A definição de tais atividades não representa a inexistência de outros segmentos econômicos que também estão sendo induzidos. Refere-se apenas à análise de algumas atividades potenciais da economia estadual.

Mineração

A mineração foi a primeira atividade econômica relevante, a partir da criação do Território Federal e, durante as primeiras décadas do Território, de longe a mais importante na composição do PIB local²².

Em período mais recente, as exportações de minérios chegaram a responder por mais de 90% das exportações amapaenses, como no ano de 2011, com exportações de US\$ 553 milhões em minério de ferro e outros US\$ 12 milhões em cromita (94% da pauta de exportações do Amapá).

Segundo Oliveira (2010), são nove os distritos mineiros, cujo subsolo as principais jazidas identificadas como reservas de minérios são: minério de ferro, aproximadamente 355 milhões de toneladas; ouro: 54 toneladas; bauxita: 15 milhões de toneladas, cromita: 95 milhões de toneladas; caulim: 32 milhões de toneladas, além do manganês, em parte já extraído.

Uma das vantagens que a atividade mineral encontrava no Amapá era a infraestrutura de logística, construída ainda na década de 1950, pela Icomi, particularmente a ferrovia e o porto de minérios. Esses equipamentos se encontram atualmente sem condições de operação.

²² Em 1970, o valor adicionado do setor industrial (que inclui a indústria extrativa mineral) correspondia a 58,9% do PIB estadual (IBGE – Contas Regionais).

A Estrada de Ferro Amapá com 193 km de extensão, que interligava a mina, em Serra do Navio, ao porto, em Santana, está paralisada desde 2013, tendo sido alvo de duas operações da Polícia Federal.

A situação atual é de sucateamento da ferrovia. Está totalmente intrafegável, com trilhos e partes de vagões furtados, sem nenhuma área de servidão em sua parte urbana, no município de Santana e, na recente duplicação da rodovia que liga Macapá à cidade vizinha, o asfalto desconsiderou os trilhos e os soterrou.

O porto, que possuía 270 metros de cais, 12 metros de calado e equipamentos dedicados ao embarque de minérios, operou por mais de meio século até março de 2013, quando desabou causando a morte de seis operários. A causa do incidente teria sido a má operação, com sobrecarga de minérios e de equipamentos na margem, conforme atestou a perícia, cujo laudo foi acatado pela justiça na contenda entre a empresa e a seguradora.

A inviabilização da logística ferroviária e portuária se deu em um processo intrincado de passagem dos direitos de mineração da empresa Anglo Ferrous para a Zamin Mineração, ocorrido entre os anos de 2012 e 2013.

Atualmente não há mineração no projeto de Pedra Branca do Amapari, e as raras atividades de extração mineral necessitam transportar o produto por carretas em rodovias precárias, sendo embarcados por um método que coleta o minério diretamente no piso do cais e não por *shiploaders* como os que haviam no porto que desabou.

Como o custo de logística é fator fundamental na competitividade da mineração, em especial do minério de ferro, para que o Amapá possa aproveitar essa potencialidade terá que reconstruir a infraestrutura.

Madeira e produtos florestais

O primeiro empreendimento de manejo florestal em atividade, no Amapá, é operado pela empresa Transwood Forest, cujo contrato de concessão, de 60 mil hectares, foi assinado em 2016, com previsão de exploração de 40 anos.

Outra iniciativa ocorre na Floresta Nacional do Amapá (FLONA), Unidade de Conservação de Uso Sustentável sob jurisdição da União. Foi realizada, no ano de 2020, a licitação para concessão de quatro módulos de exploração para o manejo sustentável que somam 265 mil hectares, sendo que duas empresas arremataram, cada uma, dois módulos. A RRX Timber Export vai explorar aproximadamente 190 mil hectares e a Viviane Myamura Loch, empresa com matriz no Amapá, cerca de 75 mil hectares. O processo de produção deverá iniciar neste ano de 2023.

Outro empreendimento de porte no setor madeireiro estadual está localizado no sul do Amapá, no município de Laranjal do Jari, vinculado ao Complexo Agroindustrial Jari, que já havia descontinuado o seu próprio projeto de manejo florestal, situado então no lado paraense do polígono sob seu domínio.

Recentemente foi destinada uma área de aproximadamente 120 mil hectares pertencentes à Jari Florestal, localizada integralmente no Estado do Amapá para a produção de madeira certificada. O empreendimento está sendo executado pela empresa Agregue – Indústria, Comércio e Transporte de Madeira. O projeto já iniciou a produção que deverá superar 100 mil m³ de madeira processada ao ano.

Além desses projetos que já se encontram em andamento, em novembro de 2022, durante a COP-27 no Egito, o Governo do Estado do Amapá anunciou parceria com o BNDES para a construção da modelagem que possibilitará a concessão de 600 mil hectares da Floresta Estadual do Amapá. Neste caso para uma ampla gama de serviços florestais (madeireiros, não-madeireiros, serviços ambientais, extrativismo e manejo comunitário).

Para se compreender a importância dessa atividade, é necessário modelar alguns números. A produção média de madeira oriunda de manejo florestal no Brasil é de 18m³ por hectare (IBAMA, 2020). Já o preço da madeira serrada com certificação Forest Stewardship Council (FSC) varia de acordo com a espécie, mas a média geral de comercialização de madeira mensurada pelo portal de indicadores *Trading Economics* no ano de 2022, foi de US\$ 580 por m³, ou R\$ 2.900,00²³.

Levando-se em conta as áreas já destinadas para concessões florestais públicas, somadas ao projeto privado na região do Jari, totaliza-se 531 mil hectares. Observa-se, assim, um potencial de geração de aproximadamente R\$ 28 bilhões nas próximas três décadas, o que corresponde a 150% do PIB amapaense, quase R\$ 1 bilhão/ano só em produção de madeira certificada.

Agroindústria do açaí

O açaí é o fruto de uma palmeira nativa da Amazônia que, a partir da produção de seu vinho, constitui uma das mais importantes bases da alimentação regional. A produção do açaí sempre foi oriunda do extrativismo e o seu consumo, até finais do século passado, era predominante nos Estados do Norte e Nordeste do país, sendo pouco conhecido em outras regiões.

Entretanto, esse quadro começou a mudar a partir de meados da década de 2000, quando o açaí conquistou os paladares dos habitantes das regiões centro-sul do Brasil, sendo consumido hoje em praticamente todo país e exportado para várias partes do mundo.

Com o aumento do consumo, a partir de 2015, a produção do fruto deu um salto em relação aos anos anteriores, passando de uma média de 200 mil toneladas anuais para níveis acima de 1,2 milhões e, chegando a 1,7 milhões de toneladas produzidas em 2021. Assim, o valor da produção alcançou aproximadamente R\$ 7 bilhões, muito superior à média de R\$ 300 milhões no início da década de 2010²⁴.

No entanto, só é possível explicar este salto a partir do surgimento de áreas cultivadas associadas à utilização de técnicas de manejo do açaí nativo, o que propiciou o expressivo aumento da produtividade.

A região Norte concentra 92,1% de sua extração, sendo o Estado do Pará o maior produtor, muito acima das demais unidades da federação. Aproximadamente 90% do volume total nacional, sendo estimada a produção de 1,5 milhões de toneladas.

O Amapá, apesar de estar em quarto lugar dentre os Estados produtores, responde por apenas 0,29% do total produzido nacionalmente, cerca de 5 mil toneladas anuais.

²³ Considerando US\$ 1,00 conversível a R\$ 5,00.

²⁴ Fonte: IBGE - PAM e PEVS. Os valores foram corrigidos pelo IPCA até janeiro de 2023.

A ainda inexpressiva produção do Amapá decorre do fato de que quase toda a produção local advém do extrativismo, ao contrário do que ocorre no Pará, onde mais de 90% do açaí produzido é plantado.

Entretanto, existem iniciativas de cultivo de açaí, como por exemplo no município de Calçoene, utilizando uma cepa da região do Cunani, considerado um dos mais saborosos do Estado, bem como em outras áreas do Estado.

Não há como negar a importância local do produto. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, relativa aos anos de 2017 e 2018, o Amapá é o maior consumidor *per capita* de açaí em emulsão do Brasil, com aproximadamente 26 litros de consumo anual por pessoa. O segundo colocado é o Pará, com um pouco menos de 16 litros/ano por pessoa.

As entidades dos batedores de açaí calculam que existem 2.000 pontos de varejo somente em Macapá. Assim, estima-se a existência de 2.500 pontos de varejo do fruto em todo o Estado. Este dado, entretanto, carece de pesquisa mais acurada, uma vez que a informalidade é uma característica da atividade e os números baseados nas informações dos representantes das associações.

Há quatro indústrias de processamento do açaí em funcionamento no Amapá, sendo a principal delas a Sambazon, instalada no município de Santana, produzindo algumas modalidades de preparados à base de açaí, cuja produção é destinada à exportação. Particularmente pela atuação desta empresa, o açaí tem ocupado destaque na pauta de exportações do Amapá, como pode ser observado no Gráfico 03, a seguir.

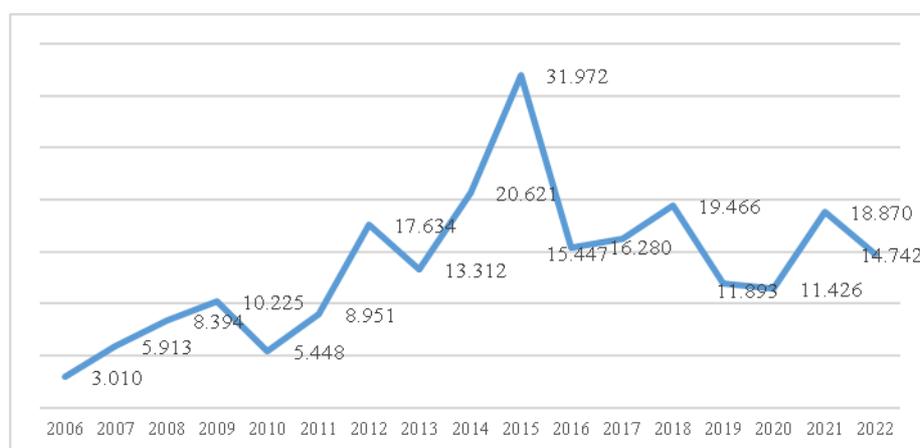


Gráfico 03 - Valores da exportação de produtos à base de açaí pelo Estado do Amapá (em US\$ FOB mil)
Fonte: MDIC – ComexStat

As exportações dos produtos preparados à base de açaí iniciaram no ano de 2006, registrando a cifra de US\$ 3 milhões. No ano de 2015, atingiu-se aproximadamente US\$ 32 milhões, mantendo-se desde então entre US\$ 11 e 20 milhões.

Com isso, o açaí ocupa a quarta colocação na pauta de exportação estadual e, responde por aproximadamente 5% das divisas auferidas pelo Estado. Importante ressaltar que são produtos manufaturados (polpa de açaí, concentrados engarrafados e sorvetes), que geram valor agregado à atividade local.

O Estado tem boas condições para o crescimento de sua produção, inclusive para ampliar a participação nos mercados nacional e internacional.

Pesca e aquicultura

O Amapá possui vantagens importantes para o desenvolvimento da pesca, tanto em seus rios e lagos quanto na plataforma continental de aproximadamente 50.000 km² (SILVA; DIAS, 2010), além da aptidão natural para a aquicultura.

As atividades pesqueiras ocorrem principalmente em cinco setores - na planície marítima, localizada no litoral norte, desde o município do Oiapoque até a desembocadura do rio Araguari; na região dos lagos entre os rios Flexal e Araguari; no baixo estuário, desde o Rio Araguari até o Rio Curiaú; na área urbana e portuária, incluindo Macapá e Santana e na região do alto estuário, desde a desembocadura do Rio Matapi até o limite com o estado do Pará (SILVA; DIAS, 2010). Aproximadamente 30 mil pessoas dependem direta ou indiretamente do setor pesqueiro, sendo cerca 17 mil pescadores profissionais (JIMENEZ, *et al.* 2020).

Apesar do potencial, a economia gerada pela cadeia da pesca e aquicultura é irrisória no volume da economia amapaense, contexto que permite algumas reflexões.

Por um lado, constata-se que o setor possui uma relevante oportunidade para o incremento da atividade e desenvolvimento econômico. Por outro, fica evidente que grande parte dessa riqueza está sendo drenada para outros Estados (e até outros países), como também sendo dispersa no campo da informalidade.

Uma evidência desta afirmação é a participação do Amapá nas exportações anuais de produtos derivados de pescado. Na série estudada entre 2012 e 2020, o Estado exportou pouco mais de 33 toneladas, o que corresponde a 0,7% do total do país. O maior exportador é o vizinho Estado do Pará, com 4,4 mil toneladas exportadas de peixes e derivados, no mesmo período. Parcela desses peixes capturados na costa marítima amapaense. A média anual de produção total de pescado no Amapá é de 15 mil toneladas (JIMENEZ *et al.*, 2021).

A pesca de subsistência é praticada nos dezesseis municípios amapaenses representando uma atividade de relevante importância para a população ribeirinha.

Com relação à pesca comercial, são dois os municípios de maior envergadura na atividade de pesca marítima do Amapá: Calçoene e Oiapoque. Nesses municípios, as principais espécies pescadas são: pescada amarela, corvina, pescada “gó”, bagre, gurijuba, utitinga, bandeirado, cangatá e cambéua (JIMENEZ *et al.*, 2021).

Além da carne dos peixes, há também o interesse pela bexiga natatória que ocorre em algumas espécies (como pescada amarela, bagre, uritinga e gurijuba, por exemplo) conhecida como “grude”, de grande valor comercial para os mercados asiáticos de cosméticos e alimentos, cujo valor pode chegar a R\$ 2 mil, o quilo.

Parcela expressiva da produção pesqueira é adquirida diretamente nas orlas de Calçoene e do Oiapoque por caminhões frigoríficos²⁵ que levam a carga *in natura* para outros Estados, competindo com a geração de renda, postos de trabalho e tributos locais.

²⁵ Boa parte desses caminhões frigoríficos vêm ao Estado do Amapá trazendo produtos congelados, como frango e aproveitam a oportunidade para levar o pescado, assim não retornam sem carga.

Além dos caminhões que compram o pescado diretamente na orla, as indústrias de beneficiamento também adquirem parte da produção. Em Oiapoque estão instaladas as empresas DC Pescados, a R.M. Pescados e a Amazon Pesq. Em Calçoene se localizam as indústrias Cunhaú Pesqueiro, Calçomar e J. L. Pescados, todas detentoras do selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Há outros empreendimentos em Macapá e Santana, como o Rocha Pescados, Frigorífico Pacífico, Tucujú Pesq, Frigorífico Rio Jordão, Frigomar, Frigorífico Polar, Amazon Fish, J Calandrini e Jo.Com.

Nas gôndolas dos supermercados amapaenses é comum encontrar filé de peixe congelado beneficiado por diversas dessas indústrias locais.

As fábricas de gelo cumprem outro papel importante na cadeia do pescado, por ser o insumo principal para a pesca marítima, que são adquiridos pelas embarcações de acordo com o porte de cada uma delas.

Em Calçoene há uma fábrica construída pelo Governo do Estado, que foi administrada até o ano de 2018 pela PESCAP²⁶, atualmente gerenciada pela Cooperativa de Pescadores de Calçoene. Está instalada no mesmo município uma fábrica de gelo privada, que atua há mais de vinte anos no local e apresenta melhor estrutura em comparação com a fábrica do GEA.

Em Oiapoque, no distrito de Vila Vitória, funciona outra planta do mesmo tipo, neste caso uma indústria de gelo pertencente ao grupo Calçomar (que em Calçoene beneficia o pescado).

Além dos setores citados, a pesca movimentava grande parte da economia de ambos os municípios, como os ramos de comércio dedicados a abastecer as embarcações, postos de combustíveis e intermediários que atuam também na compra e venda dos produtos derivados da pesca.

Observa-se que o setor apresenta grande potencialidade, podendo gerar muito mais riqueza tanto em nível municipal, quanto em escala estadual. Para tanto, é necessário superar alguns gargalos que vão desde melhorias na infraestrutura portuária e de apoio, aprimoramento das condições de formalização do negócio, garantia de suporte de financiamento às indústrias, promoção de modernização tecnológica e boas práticas de manuseio, além de potencialização dos segmentos de comércio e serviços adjacentes à pesca.

Agronegócio de grãos

A soja passou a ser cultivada no Amapá no ano de 2013, decorrente da expansão da fronteira do agronegócio na Amazônia. Os produtores rurais, oriundos principalmente das regiões Centro-Oeste e Sul do país, perceberam no Amapá condições propícias ao desenvolvimento do cultivo de grãos pela existência de terras baratas com aptidão para a agricultura de grande escala. Além disso, o fator mais extraordinário de atração desses produtores foi a grande proximidade existente entre as fazendas e o porto de escoamento.

Os produtores se organizaram por meio da Associação dos Produtores de Soja e Milho – Aprosoja, e começaram a adquirir as terras para o cultivo. Em 2013 foram

²⁶ Agência de Pesca do Estado do Amapá, extinta em junho de 2019, tendo sido incorporada ao Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP.

plantados 4,5 mil hectares, sendo que no ano seguinte já se contabilizavam 15,8 mil hectares cultivados. Assim, ano após ano registrava-se uma relativa consolidação do processo de ocupação do cerrado pela agricultura empresarial.

Neste contexto se instalou no Amapá, em 2014, a Fiagril LTDA, empresa de comércio atacadista de soja. A empresa Sementes Cajueiro ampliou a comercialização de sementes, assumindo o compromisso junto à Aprosoja de realizar investimentos na geração de novas cultivares.

O licenciamento no Amapá constituía-se na Licença Ambiental Única – LAU, baseada na Lei Complementar sancionada em 2012, que inovava em matéria de regramento ambiental, a partir da dispensa do licenciamento trifásico previsto na legislação federal para as atividades de produção de grãos²⁷.

Em que pese os históricos problemas referentes à regularização fundiária existentes no Amapá, isto não chegou a se constituir em obstáculo para a aquisição das terras e a obtenção das licenças necessárias para o cultivo dos grãos.

Muitas expectativas foram geradas pela classe empresarial e pelos políticos locais, assim como também se formaram grupos contrários à utilização do cerrado amapaense para esta finalidade, especialmente pelo fato de parcela da institucionalidade amapaense possuir uma inclinação relativamente preservacionista. Some-se a isto o fato de o Amapá ser um Estado sem tradição agrícola.

No dia 08 de setembro de 2016 foi realizado o primeiro embarque da soja produzida no cerrado amapaense, evento marcado pela presença de empresários, autoridades, representantes de instituições afins, além de ampla cobertura da imprensa local. Aparentemente o dinamismo da produção de grãos no cerrado revelava-se exitoso, com positivas expectativas para o incipiente setor produtivo do Amapá.

A partir de 2019, entretanto, a Polícia Federal iniciou um conjunto de operações, que culminou em um total de sete, com o objetivo de investigar possíveis irregularidades no processo de licenciamento ambiental, envolvendo produtores rurais e funcionários públicos, além de desarticular organização criminosa com atuação em grilagem de terras, regularização fundiária, dentre outras práticas criminosas, no Amapá.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a LAU, decidindo pelo cancelamento de todas as licenças emitidas pelo órgão estadual. A decisão do STF não chegou a comprometer a safra de 2020, quando o Amapá registrou a maior área plantada de soja, perfazendo 20.300 hectares. Contudo, a partir de 2021, o cultivo de soja despencou para 5.300 hectares. Em 2022 foram somente 2.400 hectares, praticamente a metade daquilo que havia sido plantado dez anos atrás. E a previsão para o ano de 2023 é de estimados 6.740 hectares, como se vê no gráfico 04, a seguir.

Neste cenário, alguns produtores rurais deixaram o Amapá, retornando para os Estados de origem ou se direcionando para o Estado de Roraima, que vem se constituindo em importante fronteira agrícola, já com aproximadamente 100 mil hectares plantados de grãos. A maioria dos produtores rurais, porém, permanece no Estado na expectativa de resolução do imbróglio formado, mesmo cientes das adversidades do contexto atual. As

²⁷ No ano de 2012, o Estado resolveu promover alteração na legislação ambiental, instituindo, no processo de licenciamento, a Licença Ambiental Única (LAU), por meio da Lei Complementar nº 70 de 01/01/2012. Conforme definido na lei, a LAU podia ser concedida exclusivamente para as atividades e os empreendimentos pertencentes às tipologias do agronegócio, tais como agricultura, pecuária, avicultura, suinocultura, aquicultura, extrativismo (CHELALA; CHELALA, 2022).

empresas Fiagril LTDA e Sementes Cajueiro encerraram as atividades no Amapá. A Aprosoja perdeu força, substituiu a diretoria, desalugou a sede que ocupava na região central da capital e, na atualidade possui uma representação simbólica e sem forças para encaminhar as pautas da categoria.



Gráfico 04 - Área plantada com soja (2013-2022) e previsão para 2023 (em hectares)
Fontes: IBGE, RURAP e Pesquisa de Campo.

A produção de soja tem um potencial para impulsionar o desenvolvimento do setor agropecuário do Amapá. Se houver escala, será possível verticalizar com atividades de esmagamento, produção do óleo e subprodutos. A produção de ração, um dos derivados, pode dar viabilidade às cadeias da suinocultura, avicultura e piscicultura.

A expectativa é de retomada gradual da produção, isto em função da morosidade dos processos de regularização fundiária, importante para o destravamento do licenciamento ambiental e para garantir financiamento para a produção de soja no Amapá.

Logística portuária

Em praticamente todos os diagnósticos que buscam caracterizar as potencialidades do Amapá, a privilegiada localização na foz do rio Amazonas, e a consequente proximidade com os mais dinâmicos mercados mundiais na América do Norte, Europa e Ásia, são fatores sempre citados como algumas de suas mais significativas vantagens comparativas.

Apesar de incontestável, esta vantagem nunca foi satisfatoriamente aproveitada. Outros portos como os de Vila do Conde e o de Santarém, no Pará, bem como o de Itaqui, no Maranhão, desenvolveram-se muito mais rapidamente que o Porto de Santana.

Entretanto, nos últimos anos, Santana recebeu alguns investimentos que começam a posicioná-la na rota da logística nacional.

A partir de meados da década de 2000 uma rota de logística do Arco Norte foi implantada, razão pela qual os grãos produzidos no Mato Grosso passaram a ser transportados pela BR 163 até o Porto de Miritituba, em Itaituba, no Pará. De lá, barcaças passaram a transportar a carga pelo rio Tapajós até o Porto de Vila do Conde, que já registra um volume significativo de exportação de grãos, e Santana, no Amapá, neste caso, ainda em volumes modestos.

O novo percurso tende a substituir, em parte, o uso dos portos de Santos e Paranaguá, nos quais a carga percorre uma distância de 2.300 km, exclusivamente por rodovias em precário estado de conservação, e muitas vezes congestionadas²⁸.

A nova rota encurta o trecho rodoviário em 1.100 km, em média, que são substituídos por 820 km de curso fluvial, com evidente economia de custo de transporte. Por exemplo, um comboio de doze barcaças é capaz de transportar 33.600 toneladas de grãos de uma única vez, o que substituiria 900 carretas pela via rodoviária (CHELALA; CHELALA, 2019).

A perspectiva de consolidação desta nova rota de escoamento da produção motivou o ingresso de empresas de logística no Estado do Amapá, a exemplo do que aconteceu em Barcarena, no Pará. A Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport) foi a primeira empresa a se instalar no Estado. Constituída a partir da associação de duas empresas que atuam no agronegócio de grãos em Mato Grosso: a Agrosoja e a Fiagril.

A empresa opera o terminal de grãos no Porto de Santana que é composto por três silos com capacidade para armazenar 54 mil toneladas, descarregador de barcaças, esteiras transportadoras, balança de fluxo e expedição, com capacidade para movimentar 1,8 milhão de toneladas anuais.

Na outra margem do canal do rio Amazonas, na Ilha de Santana, distrito de Santana, a Cianport obteve a licença prévia para um complexo portuário industrial composto por um Terminal Portuário de Uso Privativo, com capacidade para movimentação de até 3,5 milhões de toneladas ao ano. O projeto incluiria um retroporto com armazéns graneleiros e indústria de processamento de soja, com capacidade de três mil toneladas/dia, para produção de farelo para rações e biodiesel. No entanto, há fortes evidências de abandono da decisão do investimento por parte das empresas controladoras da *joint-venture*.

Outra grande empresa que se encontra instalada no Amapá é a Caramuru Alimentos, um dos maiores conglomerados do agronegócio nacional, atuando nos segmentos de processamento de soja, milho, girassol e canola.

No Amapá, a empresa concluiu, em 2017, as obras de construção de três silos no porto de Santana, cada um com capacidade de 8 mil toneladas (24 mil toneladas totais), com investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões, os quais se integram aos dois silos de igual capacidade existentes no porto de Miriútiba. Nesta rota a empresa atua no segmento de farelo de soja não transgênico, a Proteína Concentrada de Soja (SPC), cuja principal utilização é na aquicultura, como substituto da farinha de peixe nas rações. A empresa tem embarcado aproximadamente 200 mil toneladas ano de SPC e ganhou a concessão da área de atuação no porto em 2021.

Em 2022, os produtos oriundos de soja e milho que utilizaram a nova rota de logística por Santana movimentaram 19,5% da carga total embarcada, sendo que a madeira em estilhas (cavaco de eucalipto) respondeu por 51% e os minérios por 27% dos embarques no porto (COMEXSTAT, 2023).

Além das instalações consolidadas, está em fase de licenciamento ambiental um Terminal de Uso Privativo (TUP) da Plataforma Logística do Amapá, cujo

²⁸ No ano de 2022 os portos de Arco Norte exportaram 52,3 milhões de toneladas de soja e milho, superando pela primeira vez o Porto de Santos, que teve 46,8 milhões de toneladas embarcados no mesmo ano (ACS, 2023).

empreendimento prevê a construção de dois píeres flutuantes (um para granéis sólidos e outro para granéis líquidos), localizado também em Santana, na foz do rio Matapi²⁹.

O projeto também contemplará uma planta industrial esmagadora de grãos, uma biorrefinaria e uma usina termoelétrica na área do retroporto. Estimam iniciar a operação em 2024, com investimentos previstos de R\$ 2,2 bilhões, geração de dois mil empregos diretos e indiretos, e movimentação de 6 milhões de toneladas em cem navios por ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação econômica do Amapá caracterizou-se pela forte participação do setor público na composição de seu Produto Interno Bruto, mas este fato também ocorreu nos demais Territórios Federais criados à mesma época. Portanto, aparentemente não reside aí o percurso explicativo para a compreensão do inexpressivo desempenho econômico amapaense no decorrer de oito décadas.

Esta grande dependência do setor público, desde a sua formação, acabou se revelando em um considerável problema social em razão do crescimento da população e da dificuldade de geração de postos de trabalho nos demais setores da economia, talvez explicando os persistentes indicadores sociais inferiores à média nacional.

Referente ao setor produtivo, observa-se que o padrão dos grandes projetos econômicos da Amazônia, iniciou-se no Amapá com o projeto Icomi, e reproduziu-se, em escala muito maior na região, destacadamente no Estado do Pará. Assim foi com a mineração e os projetos de silvicultura no cerrado amapaense e no sul do Estado. Atividades com reduzida capacidade de induzir outras atividades produtivas à montante e à jusante da cadeia produtiva principal. Ou seja, não se verificou transbordamentos capazes de fortalecer o sistema econômico local.

Ao contrário. Por esta razão, quando os grandes projetos entraram em declínio (Icomi e Projeto Jari), a economia local sofreu forte retração. O empreendimento de silvicultura no cerrado, que está perto de completar 50 anos no Amapá, é um clássico exemplo de como os projetos de enclave não possuem capacidade de estimular outros segmentos econômicos. Conclusão semelhante se pode chegar em relação ao projeto de produção de ouro em Pedra Branca do Amapari, que há quase uma década ocupa a primeira posição na pauta de exportação do Estado.

Destaca-se também o estabelecimento das políticas fiscais dos Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais. Esperava-se, diante do relativo sucesso obtido pelo modelo da Zona Franca de Manaus, que resultados semelhantes fossem gerados no Amapá. Entretanto, nem a Área de Livre Comércio, apesar do breve ciclo de aquecimento do comércio estadual, tampouco a Zona Franca Verde, tiveram, até o momento, o condão de estimular o desenvolvimento no Estado do Amapá.

É paradoxal observar que, se por um lado essas alternativas de projetos pontuais ou artificiais tenham apresentado reduzido efeito multiplicador nas demais atividades produtivas, o encerramento ou declínio, bem como eventual suspensão dos modelos, acarretam profundos malefícios ao sistema econômico local.

²⁹ Recentemente foi implantado na CDSA um terminal de contêineres com 23.924m² sob concessão privada para a empresa TECONAP.

Há, ainda, uma opinião frequente de que a grande extensão de áreas com algum tipo de proteção legal, que perfazem mais de 70% do território amapaense, representam entraves ao desenvolvimento amapaense. A demonstração de que projetos já instalados em UCs de uso sustentável deverão impactar positivamente o PIB amapaense, no curto prazo, particularmente os de exploração de madeira certificada, torna essa tese infundada.

Entretanto, permanecem presentes as potencialidades de aproveitamento de atividades altamente viáveis, com capacidade de promover o desenvolvimento em diversas áreas nas quais o Amapá possui incontestemente competitividade. Atualmente, esse espectro de vantagens é até maior do que era na década de 1940, tendo sido aqui elencados a mineração; madeira e produtos florestais; agroindústria do açaí; pesca e aquicultura; agronegócio de grãos, logística portuária, que poderão ser acompanhados por mais alguns segmentos não abordados nesse artigo.

O que poderia garantir que tais potencialidades também não serão frustradas nas próximas décadas? Em outras palavras: os gargalos que impediram o bom desempenho econômico pretérito, seguem existentes e impossibilitam o desenvolvimento presente e futuro?

Essa é questão norteadora deste artigo: quais os fatores que ocasionaram o desempenho econômico pífio do Amapá nesses oitenta anos?

Com aqui exposto talvez seja possível resumi-los a três aspectos relevantes: a carência infraestrutural, a ausência de planejamento de médio e longo prazo e a fragilidade institucional.

Os históricos problemas infraestruturais, destacadamente transportes, energia e conectividade representam limitações para a viabilização de atividades potenciais, bem como para a atração de investimentos externos. Tais limitantes persistem, como atestou o citado ranking nacional de competitividade, com o Amapá em último lugar, fortemente puxado pra baixo pelo quesito infraestrutura.

Ao se verificar uma dispersão dos insuficientes recursos de investimentos do Orçamento Geral da União em obras de reduzido impacto estruturante, por vezes voltadas para resultados imediatos, bem como a inexpressiva captação de financiamentos junto aos organismos multilaterais de fomento³⁰, constata-se que o entrave da infraestrutura se entrelaça profundamente com o segundo gargalo, que é inexistência de um planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Finalmente, a fragilidade do arcabouço institucional do Estado desestimula, quando não chega a impedir a promoção do desenvolvimento, a partir do fato de que não há investimento que permaneça diante da insegurança jurídica.

O exemplo mais contundente, que ainda se debate diante das travas institucionais, é o agronegócio de grãos. As condições locais que conferem competitividade para a produção em larga escala no Amapá atraíram os investidores que viram no Estado oportunidade de produção lucrativa. Encontraram áreas disponíveis para o plantio, custo da terra em níveis competitivos, características do solo, regime pluviométrico, boa adaptação de cultivares e, principalmente, proximidade geográfica tanto da área de produção com o porto de exportação, quanto deste com os principais destinos internacionais.

³⁰ Que também, quando obtidos, destinam-se a obras dispersas ou ao pagamento de dívidas.

Assim, mesmo que não estivesse ainda constituído o arcabouço institucional necessário para a segurança jurídica, particularmente no que concerne à regularização fundiária e ao licenciamento ambiental, os produtores avaliaram que aquelas condições locais seriam suficientes para viabilizar o negócio, apostando que a arquitetura institucional poderia ser construída no processo de evolução da atividade agrícola no Estado.

A involução da produção demonstrou que os fatores locais não foram suficientes e a institucionalidade revelou-se poderoso obstáculo para o processo de expansão do agronegócio de grãos, em um primeiro momento. Contudo, com efetivas possibilidades de equacionamento do imbróglho a médio prazo. O destravamento desta cadeia produtiva poderá significar uma positiva etapa para a economia estadual.

O Estado do Amapá terá possibilidades de romper com a estagnação econômica em que se encontra, na medida em que conseguir desenvolver o setor produtivo, atraindo investimentos para cadeias produtivas convencionais como a mineração e os grãos, assim como também as cadeias produtivas compatíveis com a floresta como, por exemplo, o açaí, a castanha do Brasil, o pescado e as concessões florestais. Isto poderá acontecer se as políticas públicas forem capazes de criar um ambiente propício para os negócios, com infraestrutura, planejamento e, sobretudo, segurança jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ, Governo do Estado. Agência de Desenvolvimento. **Cartilha de Incentivos Fiscais para se investir no Amapá**. Disponível em <https://ageamapa.portal.ap.gov.br>. Acesso em 12 de março de 2023.

AMAPÁ, Governo do Estado. **Governo lança consulta pública para ouvir população sobre licenças ambientais** (11.04.2023). Disponível em <https://www.amapa.gov.br/noticia/1104/governo-lanca-consulta-publica-para-ouvir-populacao-sobre-licencas-ambientais>. Acesso em 01 de maio de 2023.

AMCEL, Amapá Florestal e Celulose S.A. **Sítio de Internet da Empresa**. Disponível em <https://www.amcel.com.br>. Acesso em 15 de maio de 2023.

ANTAQ, Agência Nacional de Transporte Aquaviário. **Anuário Estatístico Aquaviário**. Disponível em <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/index.html#pt>. Acesso em 24 de abril de 2023.

ACS, Associação Comercial de Santos. **Porto: Portos do Arco Norte superam pela primeira vez o Porto de Santos em exportação em grãos**. Disponível em <https://acs.org.br/porto-portos-do-arco-norte-superam-pela-primeira-vez-o-porto-de-santos-em-exportacao-em-graos/>. Acesso em 16 de maio de 2023.

CHELALA, C. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. Editora Publit: Rio de Janeiro, 2009.

CHELALA, C. Evolução da participação do Estado na economia do Amapá. In: CHELALA, C. (Org). **Economia do Amapá, Desafios e Perspectivas**. Clube dos Autores. Macapá, 2020.

CHELALA, C.; ANDRADE, E. B. **A Relação entre o Pensamento Ambiental e as modalidades de Unidades de Conservação no Brasil e no Amapá**. Macapá. 2007

CHELALA, C.; CHELALA, C. Os obstáculos para a produção de grãos na Amazônia: o caso do Estado do Amapá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 60 (2): 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/cBr5M3zCWSrggFNkpCL4YPg/?lang=pt>. Acesso em 02 de março de 2023.

CHELALA, C.; CHELALA, C. O Arco Norte e a inserção do Amapá na rede de logística nacional. **In: Anais do 57º Congresso da SOBER**. (2019). Disponível em <https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/05/9505.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2023.

CIANPORT, Companhia Norte de Navegação e Portos. **RIMA do Terminal Portuário de Uso Privativo - TPUP e Unidade Industrial para o armazenamento e beneficiamento de grãos**. Ilha de Santana, Santana, Amapá, Brasil – Ecotumucumaque, 2013.

CLP, Centro de Liderança Pública. **Ranking de Competitividade dos Estados**. Edição 2022. São Paulo: Centro de Liderança Pública, 2022. Disponível em <https://www.rankingdecompetitividade.org.br>. Acesso em 12 mar. 2023.

COMEXSTAT. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em 12 mar. 2023.

CONFAZ, Conselho Nacional de Política Fazendária. **Balança Comercial Interestadual**. Disponível em <https://www.confaz.fazenda.gov.br/balanca-comercial-interestadual>. Acesso em 12 março de 2023.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. A. P. **O Amapá nos tempos do Manganês**. Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico. 1943-2000. Garamond. Rio de Janeiro. 2007.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A.; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008

IJCL, Instituto Jones dos Santos Neves (Governo do Estado do Espírito Santo). **Pobreza e miséria nos Estados brasileiros – 2022**. Disponível em <https://ijsn.es.gov.br>. Acesso em 28 maio de 2023.

IBAMA. **Manejo sustentável autorizado pelo IBAMA em 2019 totalizou 39 mil hectares**. Matéria postada em 21 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/ultimas/2142>. Acesso em 22 de abril de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais Censo 2010**. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 22 de abril de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 22 de abril de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNADc – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 28 de maio de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 22 de abril de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Regionais – 2020**. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101975_informativo.pdf. Acesso em 12 de março de 2023

JIMENEZ L. A.; JIMENEZ, E. A.; GARCIA, J. S.; BARBOZA, R. S. L.; SILVA, L. M. **A.A pesca artesanal em Oiapoque (Amapá): bases para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros** in Padrões ambientais emergentes e sustentabilidade dos sistemas. SILVA, M. E. D. (Org.). Ponta Grossa - PR: Atena, 2020. Disponível em <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/41907>. Acesso em 15 de março de 2023.

JIMENEZ, E. A.; BARBOZA, R. S. L.; GARCIA, J. S.; CORREA, E. C. S.; AMARAL, M. T.; FRÉDOU, F. L. **International trade of Amazon fish byproducts: Threats and opportunities for coastal livelihoods** in Ocean and Coastal Management n. 212. 2021. Disponível em www.elsevier.com/locate/ocecoaman Acesso em 15 de março de 2023.

OLIVEIRA, M. J. arcelo José de. (Coord.) **Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá**. Macapá, IEPA. 2010

PINTO, Lúcio Flávio. **Jari. Toda a verdade sobre o projeto Ludwig**. As relações entre Estado e multinacional na Amazônia. Marco Zero. São Paulo. 1986.

PODER360, **13 Estados têm mais gente com bolsa família do que empregados**. Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/13-estados-tem-mais-gente-com-bolsa-familia-do-que-empregados>. Acesso em 28 de maio de 2023.

PORTAL CELULOSE. **Governo e BNDES se reúnem para discutir crise da Jari Celulose. (10/04/2023)**. Disponível em <https://portalcelulose.com.br/>. Acesso em 01 de maio de 2023.

PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GOMES, A. F. **De apagão a apagado: Ensaio sobre a questão energética amapaense**. Maringá: Uniedusul, 2021.

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá. **Informe da arrecadação de ICMS pelo código 1820 – mercadoria estrangeira nacionalizada**. Planilha repassada atendendo à solicitação dos autores em 10 de maio de 2023.

SENAI. Observatório Nacional da Indústria - ONI. **Informe Setorial sobre a cadeia do Açaí**. Elaborado pelo ONI, especificamente para o projeto “Pensar o Amapá”, 2021.

SILVA, M. A.; DIAS, M. T. A Pesca Artesanal no Estado do Amapá: Estado Atual e Desafios. **Boletim Técnico Científico do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - CEPNOR**, v. 10, n. 1, p: 43 - 53, 2010

TRADING Economics. Disponível em <https://tradingeconomics.com/commodity/lumber>. Acesso em 22 de abril de 2023.

TRATA BRASIL (Instituto). **Ranking do Saneamento 2022**. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/>. Acesso em 26 mar. 2023.

Capítulo 03

SANEAMENTO BÁSICO NO AMAPÁ: ARQUITETURA DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jennefer Lavor Bentes
Eliane Superti

INTRODUÇÃO

A precariedade da situação dos serviços públicos de saneamento básico no Amapá é notória ao longo dos seus 80 anos de formação. Desde o período de colonização e de ocupação da Amazônia setentrional, até os dias atuais, a condição de oferta desses serviços foi marcada por desafios e acúmulos de demandas, cujas respostas governamentais foram construídas com a integração de um conjunto de interesses políticos e econômicos que configuraram as políticas públicas e o funcionamento das instituições. Isso resultou em diferentes ciclos de políticas públicas, condicionadas às práticas políticas, sociais e econômicas consolidadas na região, e na implantação insuficiente de soluções para a universalização dos serviços na sociedade amapaense.

Essa realidade se mostra presente nos elementos utilizados para justificar a concessão regionalizada aplicada no Amapá, após a promulgação do novo marco legal de saneamento básico, proveniente da Lei Federal nº14.026/2020. Dentre eles, os associados aos indicadores socioeconômicos que demonstram o fornecimento de água tratada para apenas 32,9% da população; a prestação dos serviços de esgotamento sanitário para apenas 6,8%; a ineficiência das instituições públicas, evidenciada pelos índices de perdas de produção, em torno de 70% (SNIS, 2023); e o acúmulo de dívidas da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) estimado em R\$ 894 milhões (CAESA, 2021).

Historicamente, estes indicadores podem ser associados às práticas dos processos de gestão e prestação dos serviços do setor, implantados de maneira direta pelo poder público, e em consonância com o monopólio natural, o modelo econômico estabelecido de dependência dos recursos públicos federais e necessidade de mitigação dos efeitos sociais causados pela intensa migração e ocupação territorial desordenada ao longo de décadas. Uma prevalência do poder público que contribuiu para o desestímulo da inovação nas instituições e empresas públicas de economia mista, as quais desde a sua constituição apresentaram uma trajetória de dependência vinculada ao orçamento público e de resistência às reformas progressistas e de desestatização. Instituições estas fortemente sujeitas às intervenções políticas e econômicas, aos interesses eleitorais e não republicanos, e às discontinuidades de políticas públicas oriundas dos constantes ciclos de mudanças político-administrativas nos governos nacionais, regionais e locais, que acabaram ocasionando a implantação insuficiente e interrupções na execução dos projetos planejados para o setor.

Para abordar esse cenário, esse capítulo tem como objetivo discutir como, ao longo desses 80 anos de formação do Amapá, ocorreu a implantação das políticas públicas de infraestrutura de saneamento básico na região. Assim como, refletir sobre como aconteceram as escolhas políticas feitas para a condução da oferta dos serviços e a configuração da arquitetura das instituições de gestão do setor. Nesse sentido, tem-se a seguinte questão norteadora: *Historicamente, como foram implementadas as políticas públicas de infraestrutura de saneamento básico e através de qual arquitetura institucional foi feita a gestão dos serviços públicos do setor no Amapá?* A metodologia de análise consistiu na pesquisa sistêmica da

literatura especializada, análise documental e de acervo jornalístico, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas.

Dessa forma, a apresentação dos resultados da investigação neste capítulo está organizada em duas partes além desta introdução e considerações finais. Na primeira, refletimos sobre os elementos históricos associados ao desenvolvimento da infraestrutura e a implementação das políticas públicas de saneamento básico no Amapá. E na segunda, apresentamos a análise da arquitetura das instituições responsáveis pela gestão do setor.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO AMAPÁ

Para compreender em uma perspectiva histórica a construção das políticas e infraestruturas de saneamento básico no Amapá, organizamos essa parte da discussão em 5 grandes ciclos de análise. O primeiro (Séc. XVIII - 1943) aborda a colonização portuguesa na região amazônica e engloba o período do Amapá como parte da Província do Grão-Pará, até a sua transformação em Território Federal do Amapá (TFA). O segundo período (1943 - 1955) trata do TFA e do governo de Janary Nunes. O terceiro momento (1955 - 1997) se refere ao marco de instalação e funcionamento das *company towns*. O quarto (1964 - 1988) correspondente às políticas aplicadas após o golpe militar de 1964, até o período de criação do Estado do Amapá. O quinto e último ciclo (1988 - atual) abarca a estadualização em 1988 e vai até os dias atuais.

Dentre as políticas públicas mais recentes, destaca-se a alteração da Lei de Saneamento Básico (Lei Federal nº11.445/07), que através do Novo Marco Legal (Lei Federal nº14.026/20) optou por outros princípios e diretrizes. Estes últimos estão agora pautados na parceria de investimentos entre o poder público e o poder privado (PPP/PPI).

AS RAÍZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO (XVIII – 1943)

As primeiras aplicações de conceitos e equipamentos sanitários no território amapaense estavam presentes nos projetos de urbanização e edificação das vilas coloniais construídas ao longo do Séc. XVIII. Nesse período, Portugal com o objetivo de garantir a ocupação e o domínio territorial da Amazônia, enviou famílias e tropas militares que, comprometidas com os objetivos da monarquia, construíram a Vila de São José de Macapá (1758), a Vila de Mazagão (1770) e a Fortaleza de São José de Macapá (1764 - 1782). Os projetos de locação e urbanização dessas vilas demonstram como os arquitetos e engenheiros militares da época respeitaram a configuração natural do terreno, repleto de lagos, rios e igarapés, que passaram a servir como principal fonte de abastecimento de água para a população (COSTA, 2015; COSTA; CINTRA, 2016).

Na obra mais imponente, a Fortaleza de São José de Macapá, prospecções arqueológicas identificaram um poço de abastecimento de água, equipamentos sanitários do tipo latrinas, e uma rede de esgoto e de drenagem pluvial composta por uma cisterna que coletava as águas pluviais no centro da praça do forte e destinava os fluidos, por meio de galerias, para despejo direto no Rio Amazonas (MAGALHÃES, 2006).

No século seguinte, com a transformação da vila em Comarca³¹ (1841), os problemas sanitários passaram a ser atendidos pela Província do Grão-Pará, que em 1842 encaminhou o Tenente Coronel de Artilharia reformado, Antonio Ladislau Monteiro Baena, para diagnosticar as condições sanitárias e enfrentar um contágio que desolava a população das vilas de Macapá, Mazagão e Gurupá. Conforme Baena (1842), a água consumida pela população de Macapá era coletada de 4 fontes, sendo três nas proximidades dos lagos Norte e Sul da vila e a quarta, que era a melhor fonte, ficava “na praça da banda sul da praia, onde de uma pedra rasteira engastada na areia brota a água, que só na vazante do rio pode ser tomada”. Registrou ainda que “nos campos há muitas [fontes] em uso dos fazendeiros”.

Durante esse período de insalubridade nas vilas amapaenses e de vínculo destas com o Estado do Pará, que perdurou até 1943, houve inúmeras queixas e reivindicações da população local por melhorias das condições sanitárias e por perspectivas de independência geopolítica com relação ao governo paraense. Essa situação de abandono e o potencial econômico da região levou o Senador Cândido Mendes (1818-1881)³² a defender a autonomia político-administrativa do Amapá por meio da proposta de criação da “Província de Oiapóquia”. Nos seus argumentos de defesa, esclareceu o mau uso e a disseminação de informações falsas e o preconceito dos parlamentares paraenses com relação aos amapaenses, expressos quando erroneamente alegavam a “*falta de salubridade de Macapá, cujo sitio, dizem todos he horrivelmente doentio, hum verdadeiro matadouro; e accrescentão ainda, que, aqui vivem todos envenenados da seiva venenosa dos assacuseiros que vegetão nesses pântanos, e até nos quintaes das cazas*” (ALMEIDA, 1873, p.11). Em defesa dos amapaenses, o Senador argumentou que nas referidas vilas tampouco havia assacuseiros e pântanos e que “*a qualidade da água local era a melhor de toda a Província*”³³. Esclareceu ainda que a mitologia criada e dispersada para macular a qualidade da água havia prejudicado a economia amapaense de tal maneira que os negociantes e visitantes que chegavam à região acreditavam na possibilidade de a água ser envenenada. A crença nessa mitologia chegou ao ponto dos visitantes, assustados e com sede, preferirem beber cerveja ao invés de água (ALMEIDA, 1873, p.13).

Nesse mesmo período, após a transformação da vila de São José de Macapá em cidade (1856), houve a construção do primeiro poço para atender a população macapaense. O Poço do Mato³⁴, que tem sua origem estimada em 1864 e foi construído nas proximidades do lago

³¹ A Comarca de Macapá foi criada por meio do Decreto Provincial do Grão-Pará nº 87 de 30 de abril de 1841.

³² Uma das avenidas centrais da cidade de Macapá leva o nome do Senador da Província do Grão-Pará, o maranhense Cândido Mendes de Almeida, como forma de reconhecimento pelo esforço deste em defesa da região amazônica e amapaense. Segundo Luna (2017, p.37), o Senador em 1853 oficiou duas atas escritas para Dom Pedro II com o anexo de um abaixo assinado por 387 homens sobre as condições da cidade de Macapá e com a proposta de criação da Província de Oiapóquia, cuja capital seria a cidade de Macapá. Em 1855, o Senador reapresentou a proposta renomeada “Pinsônia”, fazendo referência ao navegador Vincente Pinzón que trafejou pelo Rio Oiapoque (Porto, 2002, p.103). E em 1868 criou o projeto “Atlas do Império do Brasil”, onde a Província de Oiapóquia foi caracterizada pela composição de 5 (cinco) municípios (Mazagão, Macapá, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer) (LUNA, 2017, p.39).

³³ O Amapá é formado por abundância de água doce proveniente da Cordilheira dos Andes e de diversas nascentes da floresta amazônica que formam duas grandes bacias hidrográficas no Brasil. A bacia Atlântica Norte composta pelos rios Araguari-Amapari, Cassiporé, Amapá Grande, Vila Nova, Maracá, Matapi, Cajari, Iratapuri, Mapiari e outros rios menores, e a bacia amazônica que tem o Rio Amazonas como rio principal.

³⁴ O “Poço do Mato” foi declarado monumento de interesse cultural do município de Macapá, através do Projeto de Lei nº 037/93, da Câmara de Vereadores de Macapá. Em 30/08/2021 um caminhão atingiu e destruiu a estrutura do monumento. <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/30/caminhao-destrui-estrutura-do-poco-do-mato-monumento-cultural-de-macapa-video.ghtml>>. Acesso em 08/11/2021.

com o mesmo nome³⁵. O volume e o fluxo de água em ambos variavam junto à oscilação da maré do Rio Amazonas, uma vez que está conectado ao referido rio através do Igarapé da Campanha (Igarapé das Mulheres). Esses poços atingiam, principalmente, os moradores do entorno, do bairro Favela e do atual bairro do Laginho e Pacoval. Também atendiam aos moradores da parte central e alta da cidade, do Largo de São João e do Largo dos Inocentes (Formigueiro), quando precisavam se deslocar para cuidar de suas roças próximas ao local dos poços (MONTORIL, 19/10/2021; LÁZARO, 23/07/2011).

No final do Séc. XIX e início do Séc. XX, entre 1896 e 1914, outros dois poços foram escavados próximos dos regatos que serpenteavam a cidade. Um dos poços foi chamado de “Poço Sambariri³⁶” por ter sido escavado na Passagem Sambariri, próximo do Rio Amazonas e do regato de mesmo nome. Do outro lado da cidade, foi construído o “Poço São José”, para atender os moradores do Largo dos Inocentes (Formigueiro) e do Largo da Matriz (Largo de São Sebastião). Outros dois poços identificados como “8 de março” (LUNA, 2020, p.81) e o poço “Sete de outubro” são citados na literatura (NUNES, 1946, p.100), mas não possuem localização exata identificada.

No período de fornecimento de água por esses poços, o abastecimento das edificações de Macapá era feito pelos próprios moradores ou por carregadores de água que passavam o dia transportando o líquido pela cidade. O carregamento era feito com o uso de latas de gasolina ou de querosene que eram lavadas e recebiam um cabo de madeira para facilitar a condução e armazenamento. Cada lata comportava aproximadamente 20 litros e as famílias mais abastadas, quando não dispunham de poços particulares, armazenavam a água em tambores de 100 e 200 litros. Essa prática perdurou na cidade até meados de 1946 e foi reduzida somente após a inauguração do 1º Sistema de Abastecimento de Água (SAA) na capital, no período do governo de Janary Nunes (MONTORIL, 19/10/2021).

Essa mitologia criada pelos paraenses sobre a qualidade da água e a situação de precariedade sanitária no Amapá, são exemplos de como as políticas públicas eram ausentes na região e de como a inação governamental foi utilizada, inclusive, como forma, de postergar qualquer decisão em favor da autonomia política, econômica e administrativa da região amapaense. Dessa forma, o vínculo das vilas amapaenses com as instituições governamentais paraenses perdurou até meados do Século XX, quando em 1943, no período da ditadura do Estado Novo (1937 - 1945), Getúlio Vargas decidiu pela criação do TFA.

A criação do TFA aconteceu em um período de governos sem funcionamento das casas legislativas, liberdade de expressão, partidos políticos, sindicatos ou protestos explícitos contra o poder executivo. O que também possibilitou à Getúlio Vargas, com a anuência do militar Magalhães Barata, governador do Estado do Pará, a nomeação do militar de família tradicional paraense, Janary Nunes, para assumir o governo do novo território. Dessa forma, o surgimento da primeira estrutura de Estado no Amapá e suas instituições surgiram vinculadas, subordinadas e dependentes do poder decisório do governo federal, gerando efeitos nas

³⁵ O Dr. Adilson Garcia, promotor de justiça aposentado, explica que existe outro lago chamado “Poço da Boa Hora” que recebeu esse nome por haver um senhor, descendente de escravos e apelidado “Pretinho” que de tardinha costumava fazer malvadezas com os que passavam no local. O “Poço da Boa Hora” faz referência à área alagada atualmente ocupada com palafitas atrás do Colégio Augusto dos Anjos, na Av. Eliezer Levy. O “Lago do Poço do Mato” refere-se à área alagada ocupada por palafitas e que bloqueia a Av. Mãe Luzia. Fonte: https://www.amapadigital.net/artigo_articulista_view.php?id_artigo=318&&id_articulista=22. Acesso em 08/11/2021.

³⁶ A palavra Sambariri significa “nascidouro das ostras” é originada do “nheengatú” (idioma bom / língua boa), uma língua de origem tupi-guarani utilizada pelos povos da Amazônia (MONTORIL, 19/10/2021).

políticas, economia e administração das instituições e empresas responsáveis pelos serviços públicos de saneamento básico.

AS POLÍTICAS SANITÁRIAS DO PERÍODO JANARISTA (1943 – 1955)

Em 1943, no cenário de tensão do período da II Guerra Mundial (1939-1945), Janary Nunes foi nomeado para assumir o governo do novo território, com a missão oficial de “Sanear, educar e povoar” o TFA. A missão surgiu conforme o conjunto de compromissos assumidos entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), através do “Acordo de Washington”. Este acordo, ao mesmo tempo que atendia aos interesses nacionais, de proteção e ocupação das fronteiras e do interior do país e de oportunidade de mitigação da crise econômica, também atendia aos interesses internacionais para os fins militares de guerra (SOUSA, 2011, p.17-18).

Nesse contexto, houve a substituição do “Plano de Saneamento da Amazônia” pelo “Programa da Amazônia”. O “Plano de Saneamento da Amazônia” foi elaborado por profissionais brasileiros e visava melhorar as condições de vida e de saúde dos habitantes da Amazônia, sugerindo a integração do Departamento Nacional de Saúde (DNS) com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). O plano considerava a perspectiva de que a construção da infraestrutura sanitária e a implantação da assistência médica não poderiam ser consideradas de maneira isoladas e independentes, uma vez que combater as doenças tropicais, em especial a malária, de maneira isolada seria “fazer uma obra incompleta de saneamento” (BARRETO et al, 1941, p.192).

O “Programa da Amazônia” foi elaborado conforme os interesses do “Acordo de Washington” que previa o aumento da exploração da borracha no Vale Amazônico e considerava que a região deveria ser “previamente” saneada por meio das ações do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (Ver CAMPOS, 2006), através das políticas sanitárias elaboradas em parceria com o “Instituto de Assuntos Inter Americanos” (IAIA) (CAMPOS, 2006, p.17; SOUSA, 2011, p.27). Ou seja, para o “Programa da Amazônia” o objetivo principal era centrado no controle das doenças, principalmente da malária, com ênfase na assistência aos trabalhadores da borracha que chegavam à região amazônica (ANDRADE; HOCHMAN, 2007, p.263).

Assim, como forma de viabilizar economicamente a implantação dessa política pública, o acordo previu um fundo de investimentos de 9 milhões de cruzeiros que foram aplicados pelo Brasil e 100 milhões de cruzeiros pelos EUA. Esse orçamento foi específico para a execução do contrato de saúde e saneamento básico firmados entre esses países³⁷, sendo que o crédito de 100 milhões era específico para as ações de saneamento na Amazônia. Esse crédito foi resultante da negociação de dedução do preço da borracha, cujo teto foi mantido, aproximadamente, em 17 cruzeiros o quilo, quando o valor de mercado chegava a valer mais de 100 cruzeiros (JORNAL AMAPÁ, 198º edição, 25/12/1948).

Como resultado, o DVOP e a unidade de “Serviço de Obras” implantaram ações de primeira ordem de urgência para a entrega dos serviços sanitários em todos os municípios amapaenses. No primeiro ano de governo, em 1944, as ações iniciais mais urgentes consistiram na instalação da “Olaria do Território” para o fornecimento de tijolos, telhas convexas, mosaicos e marmorites que não eram comercializados no mercado local e

³⁷ Decreto-Lei nº4.567, de 11 de agosto de 1942.

dependiam do traslado de outras localidades do Pará; a reconstrução do anel de tijolos dos poços “São José” e “Sete de outubro”; a construção de um abrigo para o “Poço São José”; a construção de um poço e de uma caixa d’água para o abastecimento das casas da vila “Presidente Vargas”; a reconstrução do anel de tijolos do “Poço do Mato”, onde foi instalada uma bomba manual, um cata-vento e uma caixa d’água para abastecimento de torneiras públicas nas praças de Macapá (NUNES, 1946, p.100); derrubadas e limpeza de mato em volta das cidades e vilas (Macapá, Mazagão Velho e Amapá), com o objetivo de afastar mosquitos e insetos; a abertura de numerosas valas nas cidades de Macapá e Amapá para a drenagem de águas paradas; o levantamento topográfico da cidade de Macapá e Amapá, além de um croqui da vila de Calçoene, para fins de estudos e elaboração de projetos de abastecimento de água, rede de esgoto e plano urbanístico dessas localidades (*ibidem*, p.108; MACÊDO, 2020. p.84).

Em 1945, o SESP que em 1942 havia se instalado no município de Amapá³⁸, mudou-se para Macapá³⁹ e passou a funcionar em uma das casas construídas pelo governo. As políticas iniciais consistiam no fornecimento de medicação para a população e aquisição de dados para o combate às doenças tropicais, além de políticas educativas que foram fortemente implantadas nas escolas locais com a instrução das questões sanitárias. Estas também eram divulgadas por meio de notas com orientações de saúde pública nos jornais de circulação local, e, posteriormente, nas salas de cinema e na programação radiofônica emitida pelos equipamentos de som instalados nas principais praças e vias públicas das cidades.

A mudança do SESP para Macapá também serviu para viabilizar a implantação do acordo feito com o GTFA para a construção do 1º SAA de Macapá⁴⁰. O contrato estabeleceu que o SESP entrava com o quadro técnico e o GTFA com o recurso financeiro que era repassado pela União. Dessa forma, o GTFA arcou com todos os custos de implantação das obras e serviços e o SESP com o trabalho técnico de planejamento, especificações e administração geral, além do fornecimento de todo o material a “preço de custo”⁴¹ (JORNAL AMAPÁ, 57ª edição, 20/04/1946).

Assim, o acordo viabilizou a implantação do 1º SAA de Macapá, composto por 3 (três) novos poços, uma casa de bombas e motores, uma caixa d’água de concreto armado e a distribuição de água tratada com cloro por meio da construção de uma rede pública. A obra foi iniciada em 24 de novembro de 1945 no local próximo do então campo agrícola, no entorno do poço do mato, em área depois dividida e transferida, em parte, para o patrimônio da CAESA e a outra parte para o patrimônio público do município de Macapá. A inauguração ocorreu em 12 de outubro de 1946, quando na ocasião o governador Janary Nunes abordou em seu discurso a condição das mulheres amapaenses, explicando que ao

³⁸ O historiador Edgar Rodrigues (<https://edgar-rodrigues.blogspot.com>) identifica que desde 1931 havia no município de Amapá um posto fixo de saúde que atendia a população com o fornecimento de medicação e realizava pesquisas em todo o território amapaense.

³⁹ O Decreto Lei nº5.839 de 21/09/1943 estabeleceu o município de Amapá como capital do TFA. Posteriormente, o Decreto Lei nº6.550 de 31/05/1944, subsidiado pelo relatório de Nunes (1946), mudou a capital do TFA para Macapá. Dentre as razões para a mudança, Janary alegou que Macapá estava em melhores condições sanitárias que o município de Amapá (NUNES, 1946, p.134). Entretanto, Macedo (2019, p.95) também aborda a mudança como estratégia política visto a presença da elite agropecuária no município de Amapá.

⁴⁰ Consideramos que o 1º SAA moderno no Amapá foi construído em 1941 pelo governo brasileiro e norte-americanos na Base Aérea localizada no município de Amapá.

⁴¹ Em 1940, o engenheiro W. A. Rein instalou no Brasil uma indústria pioneira de equipamentos destinados para o tratamento de água (ROCHA, 2016, p.45)

chegar no Amapá se deparou com “velhas e moças macapaenses (...) carregando latas d’água na cabeça à distância de centenas e centenas de metros”.

Em 1945, com o cessar da II Guerra Mundial e a redução dos investimentos na região amazônica que impactou na continuidade da construção do 1º SAA, o GTFA adotou soluções emergenciais de perfuração de poços em diversos pontos da cidade, enquanto aguardava uma proposta de solução definitiva pelo governo federal. Nesse período, até 31 de agosto de 1954, o sistema já contava com a inclusão de poços no hospital (18,20 m²), no Matadouro (18,20 m²), no Laguinho (68,00 m²), no Trem (25 m²) e no Elesbão (15 m²) (JORNAL AMAPÁ, 423º edição, de 22/03/1953; 590º edição, de 09/12/1954). Contudo, apesar de necessária, essa solução improvisada introduziu na sociedade amapaense uma prática de construção de sistemas isolados particulares para o abastecimento das edificações das localidades periféricas, cujas dificuldades de controle e ineficiência na produção são excessivamente onerosas.

Quanto ao esgotamento sanitário, com exceção da rede existente na Fortaleza de São José de Macapá, até 1943 não existia qualquer sistema pluvial ou de esgotamento sanitário nos municípios amapaenses. As ações iniciais do GTFA para combater os problemas urbanos e de saúde pública consistiram na abertura de valas nas ruas para o escoamento das águas pluviais e a assinatura de um acordo com o SESP para a construção de fossas biológicas em todas as residências pelos particulares que tinham posses ou mediante financiamento misto pago metade pelo SESP e metade pelas Prefeituras (NUNES, 1946, p.108). NUNES (1946, p.109) em seu relatório para a presidência da República defendeu a substituição de todas as fossas inadequadas por fossas sépticas, esclarecendo que “as fossas absorventes existentes nos quintais das casas, quase sempre próximas dos poços, a montante destes, em geral em terrenos porosos, não raro originaram a contaminação das águas”. A aceitação e execução dessa política por seu governo aconteceu de tal maneira que no início de 1949, já eram, aproximadamente, 7.000 fossas sanitárias construídas pelo convênio sob a coordenação do SESP (JORNAL AMAPÁ, 207º edição, 26/02/1949).

Essa política de construção de fossas no Amapá buscava mitigar os efeitos sanitários devido à ausência de rede pública de esgotamento sanitário nos municípios amapaenses e promover as mínimas condições sanitárias nas edificações simplórias que na região amazônica costumam improvisar pequenas estruturas nos fundos do “terreno” com buracos no chão e tábuas de madeira para o apoio. A ação emergencial foi implantada junto ao início da construção do 1º Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Macapá que também foi projetado para atender somente a região central da cidade. As obras foram planejadas para a conclusão em dezembro de 1949. Entretanto, enquanto a rede pública era executada as ligações particulares já iam sendo conectadas.

Dessa forma, o 1º SES foi simbolicamente inaugurado em 21 de abril de 1952. Na ocasião, segundo o SESP, Macapá era “uma das raras capitais na Amazônia a possuir um moderno sistema de esgoto” (JORNAL AMAPÁ, 371º edição, 26/04/1952; 344º edição de 20/10/1951). Contudo, como a rede pública não atendia todas as áreas edificadas, residências e população urbana, o GTFA também implantou a política de construção de banheiros públicos em Macapá. Na capital foram construídas 3 (três) unidades nos primeiros bairros da cidade: centro, laguinho e trem. Inaugurados, respectivamente, em dezembro de 1948, maio de 1950 e outubro de 1950. Esses banheiros atendiam a população mais carente que morava em casas simplórias e não tinham equipamentos sanitários.

Nos municípios dos interiores⁴², a prestação dos serviços sanitários foi protelada e os registros identificam que somente após 1950 o DVOP iniciou a execução de obras de abastecimento de água a partir da réplica de projetos padronizados e disponibilizados pelo SESP. Os registros e publicações oficiais dessas obras são resumidos, mas demonstram que a ênfase foi dada na implantação de SAA, a partir da perfuração de poços, construção de caixa d'água e pequenas redes de distribuição. Portanto, não havendo a implantação da integralidade do sistema de saneamento básico mediante a ausência de rede pública de coleta de águas pluviais e de esgotamento sanitário e a persistência de fossas improvisadas e o lançamento das águas servidas direto no meio ambiente.

No município de Oiapoque, em 25 de janeiro de 1952, foi inaugurado o primeiro 1º SAA no interior do TFA. O sistema era composto por um poço de 18 m², uma caixa d'água de 40.000 litros e uma extensão de rede de 2.000 m que distribuía água, praticamente, para todos os domicílios urbanos (JORNAL AMAPÁ, 358º edição, de 25/01/1952; 567º edição, de 13/09/1954). Identificou-se também que a concentração populacional de Clevelândia desde então já tinha um SAA com o atendimento de todas as edificações urbanas. Entretanto, nas demais vilas ocupadas de Ponta dos Índios, Vila Velha, Taperebá e Camaipi, não foram identificadas infraestruturas sanitárias ou prestação de serviço público sanitário (MUNICÍPIOS DO TFA, 1956).

Na sede do município de Mazagão o 1º SAA foi inaugurado em 21 de abril de 1953, junto às homenagens prestadas a Tiradentes⁴³. O sistema foi composto por um poço de 18 m², rede de distribuição de 3.200 m e caixa d'água de 40.000 m² (JORNAL AMAPÁ, 432º edição, de 23/04/1953; 451º edição, de 02/07/1953; 468º edição, de 13/09/1953; 567º edição, de 13/09/1954; MUNICÍPIOS DO TFA, 1956).

No município de Amapá, com exceção da Base Aérea, a infraestrutura sanitária foi concentrada na região urbana da cidade, sendo as duas demais vilas distritais do Aporema e Sucuriju sequer citadas nos relatórios oficiais do governo. Na sede do município, as obras do SAA com a construção de 570 m de rede, foram iniciadas em, aproximadamente, 13 de setembro de 1955 e concluídas no ano seguinte, em 1956 (JORNAL AMAPÁ, 667º edição, de 13/09/1955; Municípios do TFA, 1956). Na região de Calçoene, que até 1956 ainda era uma vila do município de Amapá, junto às vilas de Cunani e Lourenço, não há informação de infraestrutura sanitária nessas localidades. Contudo, consta apenas uma informação do GTFA de que, em 1952, “o estado sanitário do lugar é ótimo” (JORNAL DO AMAPÁ, 363º edição, de 01/03/1952).

Entretanto, após o período Janarista (1943-1955) e apesar da continuidade das ações do SESP de maneira adaptada às demandas e investimentos nacionais (devido à diminuição do capital externo para a continuidade das ações), em 1960, houve a extinção do convênio internacional do SESP com os EUA. Assim, as atribuições dessa instituição foram transferidas, em 1969, para o novo órgão denominado “Fundação SESP” (FSESP)⁴⁴ que passou a atuar nas localidades em que não houvesse órgãos federais (SOUSA, 2011, p.30). Coincidindo com a política que no mesmo ano, em 04 de março de 1969, publicou o Decreto Lei nº 490 de criação da CAESA no TFA.

⁴² No período Janarista (1944-1955) o TFA era composto por 5 municípios: Macapá, Amapá, Mazagão, Calçoene e Oiapoque.

⁴³ Tirantes foi morto em 21/04/1792 por ter defendido a independência do Brasil com relação a Portugal.

⁴⁴ Em 1991, o SESP foi transformado em Funasa. A Funasa, entretanto, em 2023 foi extinta acompanhando a implantação da política pública de desestatização no setor de saneamento básico do Brasil.

AS POLÍTICAS SANITÁRIAS E AS “COMPANY TOWNS” (1955 - 1997)

Nas décadas de 1950 e 1960, destaca-se a instalação das “company towns” e como efeito um novo ciclo de intensa migração de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida nas vilas operárias construídas no Amapá. A partir de 1953, o Grupo da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi), através de uma de suas maiores empresas, a Indústria e Comércio de Minérios S.A (Icomi), instalou no TFA um grande empreendimento voltado para exploração e exportação de manganês. Para esse objetivo, entre 1955 e 1957 foram construídas as duas vilas operárias na Amazônia amapaense⁴⁵: a vila em Serra do Navio e a Vila Amazonas (VAM)⁴⁶.

Até 1965, a população dessas duas vilas era estimada em 4 mil pessoas⁴⁷ (ICOMI, v.1, p.24) e ambas contavam com um moderno sistema sanitário que contribuía para garantir a qualidade de vida dessa população. Contudo, no entorno desses núcleos habitacionais, formaram-se outros núcleos populacionais⁴⁸, principalmente no entorno das áreas próximas aos equipamentos sociais destinados à saúde, educação e lazer. Por um lado, os moradores das vilas da Icomi contavam com o fornecimento de água tratada e um SES. Do outro, os demais moradores do entorno das vilas, quase todos migrantes de outros estados e de áreas rurais que vinham em busca de emprego e melhoria de condições de vida, eram obrigados a improvisar ligações de água direto dos rios ou a partir de poços amazonas e a despejar os resíduos sólidos e as águas servidas direto no meio ambiente.

No período de concepção, construção e manutenção da infraestrutura de saneamento básico pela Icomi (1953-1997), o setor era administrado pelo Departamento de Saneamento vinculado à Divisão de Saúde da empresa. Em Serra do Navio, inicialmente, a água era tratada com filtragem simples e desinfecção por cloro antes de ser destinada para as zonas de armazenamento e redes de distribuição. Após a inauguração da Estação de Tratamento de Água (ETA) a produção passou a realizar o tratamento com filtros, decantadores, aplicação de cloro, flúor e sulfato de alumínio. O reservatório principal dessa vila consistia em uma estrutura enterrada com capacidade de 600 mil litros, reforçada por outro reservatório elevado com capacidade de 580 mil litros, proporcionando o volume diário distribuído que chegava a atingir a ordem de 650 litros de água tratada por habitante. Todo o processo de desinfecção era controlado diariamente e testes bacteriológicos eram

⁴⁵ As vilas construídas no meio de densa floresta amazônica amapaense foram idealizadas e projetadas pelo arquiteto brasileiro Oswaldo Bratke.

⁴⁶ A construção dessas duas “company towns” no TFA deu origem, posteriormente, aos dois municípios de Santana e Serra do Navio, em 1988 e 1992, respectivamente. O crescimento da população de Santana foi ainda crescente devido a instalação, em 1968, da Brumasa na proximidade do Porto de Santana. A Brumasa era uma empresa de fabricação de madeira compensada criada segundo os interesses da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi) e do Grupo Holandês Bruynzeel, de implantarem uma indústria madeireira na região com o aproveitamento das madeiras tropicais para fins de comercialização nacional e internacional.

⁴⁷ Conforme o Relatório Anual da Divisão de Saúde da Icomi, datado de 1965, estima-se que naquele ano havia 2.072 habitantes em Serra do Navio e 2.025 habitantes na VAM. Contudo, no entorno da VAM originaram várias ocupações irregulares com uma estimativa total de 3.967 habitantes.

⁴⁸ Destaca-se a origem e o aumento populacional acelerado no período das seguintes vilas: Vila Maia, Vila Floresta, Ilha de Santana, Vila Tôco, Vila Daniel's, Vila Confusão, Vila Olaria, Vila Matadouro, Igarapé da Fortaleza e Igarapé Elesbão. Estas ocupações irregulares ainda apresentam problemas socioeconômicos de elevada complexidade de resolução que persistem até os dias atuais.

realizados duas vezes por semana (ICOMI Notícias, 1964, nº10/out., p.12). Quanto ao SES, este consistia na coleta dos resíduos por uma completa rede de esgoto que destinava os dejetos para prévio tratamento na estação composta por um tanque Imhoff e um leito percolador antes da destinação final do material coletado no Rio Amapari (ICOMI Notícias, 1967, nº35/mai.-jun., p.17-23).

Na Vila Amazonas, localizada próxima do Porto de Santana, foi construído um SAA e a rede de drenagem pluvial, centrados na vila e na área industrial. Esse SAA da vila abrangia uma moderna infraestrutura de tratamento de água, com captação direta do Rio Amazonas, tratamento químico e desinfecção por cloro na ETA. A água era distribuída na rede adutora que ia da área industrial até a VAM, através da Avenida Amazonas. O SES na VAM ficou composto apenas por redes de coleta sanitária com despejo do esgoto direto no Rio Amazonas. Dentre as maiores obras da rede de drenagem, consistiram a construção de um canal na Avenida Amazonas e as barragens dos igarapés do Angélico e da Besta (Icomi Notícias, 1964, Ano I, nº10/out., p.12). Nas áreas adjacentes, fora da abrangência administrativa da Icomi, desde então prevaleceram as fossas sanitárias e o despejo direto das águas servidas nas valas públicas.

Ademais, em 1967, na fronteira sul do Amapá, na margem direita do Rio Jari e proximidades do município de Almerim (PA), houve a instalação da *company town* do Projeto Jari, idealizado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig. A construção da infraestrutura sanitária na vila Monte Dourado⁴⁹ foi realizada pelo engenheiro paraense Rodolpho Dourado, incluindo todos os equipamentos para a adequada captação, tratamento e distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotos implantados na região (LINS, 2015, p.76). Contudo, assim como ocorrido nas demais vilas operárias, núcleos populacionais ocuparam as áreas adjacentes de maneira desordenada e deram origem aos povoados de Beiradão e Beiradinho⁵⁰ (ibidem, p.77). Em 1982, com a redução dos investimentos econômicos nacionais e internacionais no projeto, houve a desistência de Daniel Ludwig de continuar investindo na região e somente nos anos 1990 que foram construídos os SAA nos municípios amapaenses originados desses povoados que ocupava a margem esquerda do Rio Jari. Até 1992, mesmo com a inauguração da 1ª ETA na cidade de Laranjal do Jari, a rede de distribuição atendia apenas os bairros centrais desses municípios. Até os dias atuais a infraestrutura existente é a mesma do período e se mantém em condições precárias de funcionamento.

AS POLÍTICAS SANITÁRIAS DO GOLPE MILITAR À ESTADUALIZAÇÃO (1964 - 1988)

Com o golpe militar de 1964, no cenário conturbado de revolução política e crise social, a troca de governo no TFA foi resultado da oposição da Guarda Territorial e da população local insatisfeita com o governador anterior que não correspondia à situação precária do saneamento básico agravada com a continuidade do aumento populacional na região.

49 A *company town* passou a ser chamada de Monte Dourado em homenagem ao engenheiro civil construtor da vila, Rodolfo Dourado.

50 A construção dessas duas “company towns” no TFA deu origem, posteriormente, aos dois municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, em 1988 e 1994, respectivamente.

Após a mudança de governo⁵¹, uma das primeiras medidas foi a criação do Serviço de Água e Esgoto (SAE), por meio do Decreto Estadual nº05/1966, que assumiu as funções de saneamento básico do Serviço de Água do DVOP, mantido subordinado direto ao Gabinete do Governador. Nesse período, com a extinção do SESP (1960) e o DNOS transformado em autarquia (1962), desde 1963 os engenheiros do DNOS estudavam e levantavam dados para novos projetos de SAA e SES no Amapá, principalmente para o atendimento da demanda agravada na capital.

Nesse sentido, entre 1964 e 1973, foram realizadas as maiores reformas e expansão dos SAAE no Amapá, por meio da implantação das políticas do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Fundo de Financiamento do Saneamento (Fisane), administradas pelo GTFA junto à intervenção do Ministério do Interior (1967-1990). Em 1967, com o surgimento dessas novas políticas e investimentos, foi dada maior autonomia ao SAE que se transformou em Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), conforme citado anteriormente.

Nesse contexto, as peças técnicas de planejamento e a construção das principais obras públicas do Amapá ainda são remanescentes desse período. Isso mesmo com a posterior origem da CAESA (1969/1973), da estadualização do Amapá (1988) e implantação da política local designada “Programa Macapá 2010” (1989) e do “Projeto Cura” (1989). Cabendo observar que o “Programa Macapá 2010” foi o primeiro programa local destinado com foco de investimentos destinados para melhorias no SAAE da capital e o “Projeto Cura” nos interiores.

Dentre as principais ações e obras do período, destaca-se a elaboração dos projetos da Captação de Água Bruta (CAB) e da ETA da cidade de Macapá pela empresa Hidáulius Cantanhede (Rio de Janeiro - Guanabara), contratada, em 1964, pelo DNOS. A partir de 1966, foram iniciadas as obras da CAB direto do Rio Amazonas, com o objetivo de atender a demanda de água que se agravava no período de verão, quando os poços amazonas secavam e os poços artesianos, apesar de possuírem boa vazão, não atendiam toda a cidade. Ademais, até 1972, com a intervenção técnica do DNOS, foi expandido o SAA em todos os municípios do TFA (ARAÚJO, et al, 2019, p.88; DEMÉTRIO, 2021).

A partir de 1967, através do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), com o Planasa e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), foram continuadas as obras da CAB. Estas foram reiniciadas com a construção da ETA de Macapá, a substituição da rede antiga, a ampliação da rede de abastecimento de água e a construção de uma nova Caixa d'água (T1), próxima da Catedral, com capacidade para 1.000 m³. Essas obras foram executadas pela empresa ETESCO S.A. (São Paulo - SP) e inauguradas em 07 de setembro de 1971 (Montoril, 2021; Demétrio, 2021). Ademais, ainda em 1970 foi construída a ETA I que é a mesma em funcionamento até os dias atuais e já recebeu outros dois módulos anexos de tratamento, a ETA II e a ETA III. Estes concentram toda a produção de água tratada e distribuída na cidade de Macapá, junto a outros sistemas isolados.

51 O Coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto, que havia sido indicado pelo então ex-governador e deputado federal Janary Gentil Nunes, foi substituído pelo General Luiz Mendes da Silva que assumiu o GTFA em 15/05/1965.

A ESTADUALIZAÇÃO E A DESESTATIZAÇÃO NO AMAPÁ (1988 - 2023)

Após a redemocratização, em 1989, foi elaborado um projeto de ampliação e melhoria dos SAA de Macapá e Santana, denominado Projeto 2010, também conhecido como “Macapá 2010”. Para Macapá, o objetivo era alcançar a universalização do serviço de fornecimento de água tratada até 1994⁵², atingindo na 1º etapa do projeto 95% da população estimada em 312.750 habitantes. A segunda etapa consistia na construção da infraestrutura para atender a universalização até 2010, com população estimada em 574.597 habitantes (MONTEIRO, 2022). Para isso, os projetos executivos foram elaborados pela empresa COPLASA S.A. Engenharia e Projetos. A partir destes, em 1997 foi construída a ETA II, anexo à ETA I, e em 17 de novembro de 2000 inaugurada a infraestrutura complementar anexa da ETA I e ETA II. Foram feitas ainda as obras de reforma do sistema como um todo e a construção das instalações administrativas, casa de química, laboratórios e casa de bombas para a distribuição.

Em 2007, com a expectativa de implantação das ações propostas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a universalização ainda distante, os projetos elaborados pela Coplasa S.A. foram atualizados e a meta de produção e fornecimento de 1.200 L/s de água tratada foi duplicada para 2.400 L/s. A partir dessa revisão e com os novos recursos públicos disponíveis, foram iniciadas as obras da ETA III, parcialmente inaugurada em 2018 e ainda sem efetivo funcionamento até 2023.

Com o crescimento da cidade e disponibilidade de novos investimentos, em 1973, houve o zoneamento do SAA de Macapá, dividido em 3 zonas, a saber: ZONA 1 (Bairro Central, Laguinho, Favela e Jesus de Nazaré); ZONA 2 (Bairro Trem, Beírol, CEA e parte da Favela); e ZONA 3 (para atender a expansão da cidade) (CAESA, 2017). Esse zoneamento foi, posteriormente, replanejado para atender 3 novas áreas com a construção de mais 3 centros de reservação, estimando o total de 6 (seis) caixas d’água suspensas (T1, T2, T3, T4, T5 e T6)⁵³ que abastecidas pela produção da ETAM, no bairro Beírol, forneceriam água tratada o suficiente para a universalização.

52 O plano inicial previa a construção de infraestrutura em Macapá para o atendimento emergencial com a produção de 600L/s até dezembro de 1992, para o atendimento de 75% da população estimada em 130.000 habitantes; 1.100L/s até dezembro de 1993 para 85% da população estimada em 250.000 habitantes; e 1.200 L/s até dezembro de 1994 para 95% da população estimada em, aproximadamente, 300.000 habitantes.

53 As torres foram projetadas para a capacidade de 1.000 m³ (T1), 600 m³ (T2), 500 m³ (T3), 500 m³ (T4) e 500 m³ (T5). A reservação foi projetada para ser complementada com reservatórios de base, localizados na ETAM, sendo um com a capacidade de 6.000 m³ (existente) e outros dois com capacidade de 10.000 m³ (em construção), mais outro localizado no CR Felicidade (Bairro Infraero I) com capacidade de 10.000 m³.



Figura 1 - (T1) Torre Centro (1.000m³)

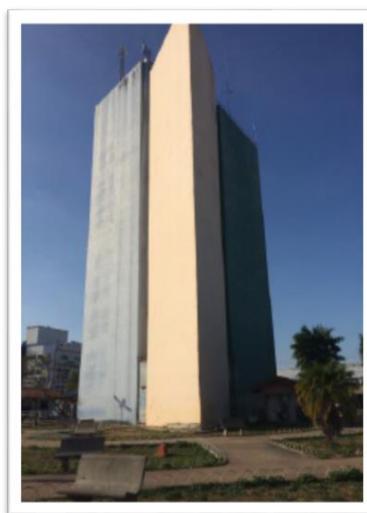


Figura 2 - (T2) Torre Buritizal (600m³)

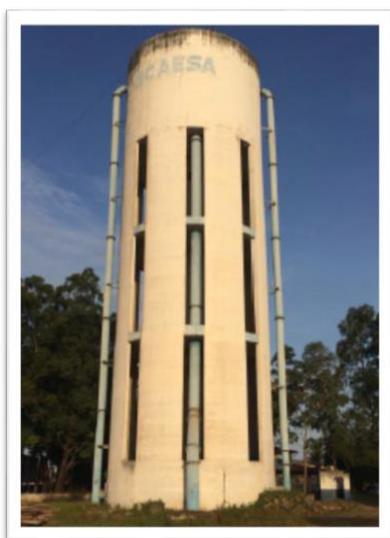


Figura 3 - (T4) Torre Felicidade (500m³)



Figura 4 - (T5) Torre Marco Zero (500m³)

Fonte: CAESA (2017).

Destas, a T1 (Figura 1) e a T2 (Figura 2) foram inauguradas junto com a ETA I, em 1971, e a T4 em 1999 (Figura 3). As 3 (três) torres são existentes e ainda estão em funcionamento até os dias atuais. A T3 (zona oeste) nunca foi construída e a T5 (zona sul) (Figura 4), apesar de inaugurada em 1999, não está em funcionamento por razões técnicas. A demanda por essas torres T3 e T5 seriam complementadas pela torre T6 (zona norte) para atender os bairros mais distantes da ETAM que são precariamente atendidos por sistemas isolados ou soluções individuais. Sem a devida expansão das redes do SAA com água tratada a partir da ETAM, para a cobertura desses bairros o poder público construiu os SAA isolados. Contudo, ainda prevalecem as soluções individuais (poços, conexões irregulares e clandestinas) construídos pela própria população.

Em 2007, após o período de vazio institucional (1985 - 2007) que atravessou o período dos governos de Collor (1990-1992) e FHC (1995-2003), com o advento do governo Lula (2003-2011) foi promulgado o marco legal de saneamento básico vigente (Lei Federal nº 11.445/07). Por meio desse marco e considerando a ideologia político-partidária do governo federal, o setor foi estimulado através de expressivo volume de investimentos públicos disponibilizados pelo PAC e destinados a políticas e ações de planejamento previstas no Plansab. Entretanto, no Estado do Amapá esse conjunto de políticas não foram significativamente implantadas pelo GEA e pela Caesa, devido a manutenção da ineficiência das instituições responsáveis pelo setor e práticas políticas e administrativas apoiadas em uma cultura consolidada de paternalismo e patrimonialismo na prestação dos serviços públicos do setor. Essa escolha política levou ao contínuo agravamento das demandas sanitárias que persistem nas agendas amapaenses.

Mais recentemente, após o período de crise política e econômica (2014-2016) e de eleição do governo Bolsonaro (2019-2022), houve aprovação do novo marco legal de saneamento básico em 2020 (Lei Federal nº 14.026/20) que modificou os princípios e diretrizes legais da prestação dos serviços para em conformidade com a tríade desestatização, concorrência e regulamentação. A dependência do Amapá aos recursos federais, à tecnicidade político-administrativa e às políticas públicas planejadas em âmbito federal, levou os governos amapaenses a decidirem pelo aceite e implantação da desestatização do setor por concessão regionalizada dos serviços públicos. Considerando ainda as demandas sanitárias da sociedade e observando as diversas razões abordadas no relatório técnico produzido pelo TCU⁵⁴ e inúmeras ações judicializadas em todos os níveis. Persistindo ainda a cobrança permanente da sociedade pela prestação universalizada dos serviços públicos de saneamento básico no Estado do Amapá e efetivação dos direitos humanos para a população amapaense.

A ARQUITETURA DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS (1943 - 2023)

Até a recente reforma neoliberal (Lei Federal nº14.026/2020), as políticas públicas com propostas de soluções para os problemas do setor, conforme analisado nos ciclos apresentados, foram implantadas, predominantemente, pelo poder público. Ora vinculadas ao governo executivo federal, quando no período do TFA, ora ao governo executivo estadual, após os anos 1970, com a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB). Quando estas mantiveram o direito de prestação dos serviços mesmo após os anos 1980 com a revisão da Constituição em 1988 e processo de redemocratização e descentralização governamental no país que repassou a titularidade de prestação dos serviços de saneamento básico para os municípios. Ou seja, desde a criação do TFA até a recente reforma, as políticas públicas, a gestão e a prestação desses serviços públicos foram realizadas de maneira direta, majoritariamente, pelas instituições e empresas públicas administradas, inicialmente, pelos governos do TFA (1943-1988) e, em seguida, do Estado do Amapá (1988-2022).

54 (AC.593/2015) Relatório de Auditoria com avaliação da gestão das obras realizadas nos serviços urbanos de água e esgoto com recursos repassados pelo MCidades entre 2007 e 2011, por meio de contratos de repasse/termos de compromisso celebrados com unidades da federação, com a interveniência da CEF. Constatação de diversos empreendimentos atrasados, paralisados ou não iniciados e baixa execução física e financeira das obras. Feita a identificação dos principais motivos para os atrasos e paralisações dos empreendimentos, determinações, recomendações, proposta de plano de ação e comunicações.

Nesse predomínio de gestão direta do poder público, a transitoriedade das políticas no nível nacional projetou mudanças nas práticas políticas governamentais e de governança das instituições e empresas públicas regionais e locais. De maneira que a autonomia política, econômica e administrativa foi mantida limitada e subordinada às instâncias superiores. Ademais, com exceção da recente reforma que implantou a “nova concessão regionalizada”⁵⁵, a configuração da estrutura de governo, com relação às suas unidades administrativas para o setor, pouco se alterou ao longo de décadas. Cabendo observar que, apesar da identificação de eventuais trocas de registros jurídicos, a prestação dos serviços públicos se manteve inalterada quanto a subordinação das instituições e empresas públicas ao poder decisório do Governo do Estado do Amapá (GEA) e dependentes dos repasses de recursos federais.

A primeira estrutura organizacional de Estado no TFA foi o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), criado pelo então governador Janary Nunes. Por meio do Decreto Estadual N°01, de 25/01/1944, o DVOP ficou responsável pelas obras, serviço de limpeza de rios e serviços de estradas de rodagem. Esse departamento, a partir de 1945, compartilhou a responsabilidade das políticas de saneamento básico com os Serviços Industriais, criado para coordenar os serviços de transportes, energia elétrica, abastecimento de água, administração de imóveis e oficina mecânica. Ambos subordinados, diretamente, ao gabinete do governador. O Serviço de Águas, subordinado ao DVOP, era a unidade responsável pela implantação, manutenção e expansão do primeiro Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) do TFA.

Em 1966, durante o período de governo militar, o Serviço de Águas foi transformado em Serviço de Água e Esgoto (SAE) que, logo em 1967 ganhou autonomia administrativa e foi transformado pelo Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) em Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto do Amapá (SAAE). Essas novas instituições se mantiveram com as mesmas responsabilidades de prestação direta dos serviços públicos em todos os municípios amapaenses.

O SAAE atuou até 1969, quando ainda no período de TFA foi criada a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), por meio do Decreto Lei n°490, de 04/03/1969, assinado pelo presidente Costa e Silva. Nesse mesmo decreto foram também instituídas as Companhia de Água e Esgoto de Rondônia (Caerd) e a Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER). Mas, foi somente em 1973 que a Caesa foi efetivada, ocupando o mesmo espaço físico e assumindo o acervo técnico do extinto SAAE. Dentre as alegações para a sua origem, considerou-se a política de criação das CESB estimulada pelas ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na época, o BID passou, progressivamente, a condicionar a liberação de créditos mediante a transferência da prestação dos serviços de saneamento dos municípios para as CESB, por meio de contratos de concessão. Segundo seus próprios princípios, o BID alegava que as CESB eram mais capacitadas para a administração dos custos dentro da visão de autonomia tarifária e com melhor suporte técnico-administrativo para a implantação, ampliação e operação de sistemas eficientes de saneamento no país (REZENDE; HELLER, 2008, p.238). Então, a Caesa foi criada nesse contexto, recebeu dos municípios a outorga de direito para a prestação dos serviços de saneamento básico (água tratada e

55 Quando o BID catalisou a origem das CESB, a concessão regionalizada foi justificada incluindo a vantagem para a sociedade do instrumento de subsídio cruzado. Na reforma recentemente catalisada pelo BNDES, a nova concessão regionalizada substituiu o subsídio cruzado pela segregação territorial e populacional. Mantendo o poder público com a área rural, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. E repassando para o poder privado a concessão dos serviços nas áreas urbanas de todos os 16 municípios.

esgotamento sanitário) e foi mantida com a direção e administração subordinada ao governo estadual, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amapá (Seinf), a qual substituiu parte das funções do extinto DVOP.

Contudo, mudanças estruturais mais significativas na Caesa aconteceram recentemente, considerando a agenda política de desestatização dos serviços públicos no país que já havia sido pautada nos governos de Collor (1990-1992), Itamar (1992-1995) e FHC (1995-2003), interrompida no governo Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), mas foi reassumida no governo de Michel Temer (2016 - 2018), continuada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022), catalisada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aceita pelos governos amapaenses (2016 - 2023). Nessa agenda de soluções neoliberais, pautada na tríade desestatização, concorrência e regulação, ocorreu a transferência de gestão das áreas urbanas para o poder privado, por meio de licitação realizada pelo GEA em âmbito internacional (Leilão Internacional nº01/2021 - GEA). A regulamentação do setor e a gestão e prestação dos serviços públicos nas áreas rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e nos domicílios individuais de populações socioeconomicamente vulneráveis da área urbana e rural foi mantida com o setor público. Como resultado, a gestão dos serviços urbanos foi transferida para o “Consórcio Marco Zero⁵⁶”, representado no Amapá pela empresa Equatorial Energia S.A.; a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (ARSAP), foi reestruturada pelo GEA, através da Lei Estadual nº 2.548, de 28/04/2021, para adequá-la aos princípios e diretrizes do novo marco legal; e foi proposta a extinção da Caesa e a criação de uma nova empresa pública designada Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas e Saneamento (IDEAS S.A) para a prestação dos serviços que ficaram fora das áreas do escopo da nova concessão regionalizada.

Esse processo de participação das instituições e empresas públicas e privadas que atuaram de maneira direta ou delegada na prestação ou regulamentação dos serviços de saneamento básico no Estado do Amapá, está apresentado na figura 5 a seguir, onde se observa que o contexto e interesses políticos e econômicos foram determinantes em cada temporalidade para a mudança na arquitetura das instituições públicas do setor no Amapá. Cada alteração ocorreu conforme as mudanças governamentais, acompanhadas por princípios e diretrizes estabelecidas nos novos marcos legais, que acompanharam as ideologias que ocupavam os espaços de poder em cada período e tiveram seus efeitos diretos no conteúdo das políticas públicas e funcionamento das instituições. Dessa forma, o poder de gestão e prestação dos serviços foi concentrado nas instituições regionais, com especial destaque para a DVOP (1943 - 1988) e funcionamento do SAAE (1967-1969/1973), no período do TFA e de governo dos militares, e em seguida, após o período de redemocratização e de estadualização do Amapá, o surgimento da Seinf (1988 – atual) e da Caesa (1988-atual). Considerando ainda que as especificidades de origem e constituição dessas instituições condicionaram seus resultados aos limites das políticas públicas decididas no âmbito federal, apesar do cenário de centralidade de poder decisório no âmbito regional e da legitimidade dos poderes municipais na definição de soluções para as demandas de interesse local..

56 No leilão internacional o Consórcio Marco Zero foi composto pelas empresas Equatorial Participações e Investimentos S.A. (CNPJ nº 43.017.886/0001- 99) e SAM Ambiental e Engenharia S.A. (CNPJ nº 18.134.047/0001-03), representado na ocasião pela participante ITAÚ Corretora de Valores.

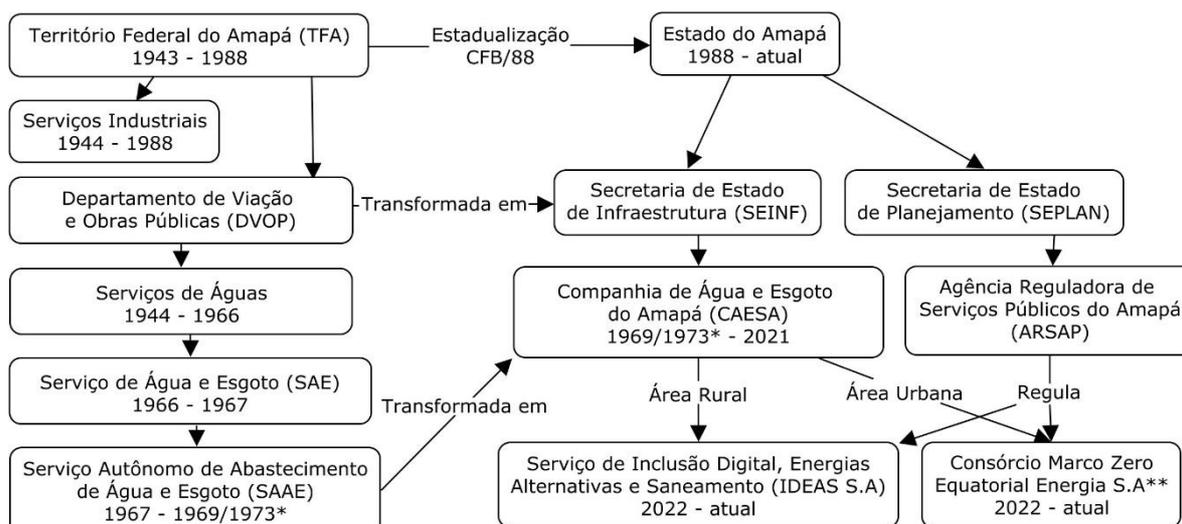


Figura 5 - As instituições no setor de saneamento básico do Amapá.

Fonte: Próprio autor.

* Decreto nº490 publicado em 04/03/1969 e constituição da CAESA em 24/04/1973.

** A empresa Equatorial Energia S.A é um dos membros do Consórcio Marco Zero.

Contudo, a ausência de sustentabilidade econômico-financeira e de inovações nas práticas administrativas e de aplicação de tecnologias dificultaram a implantação das políticas públicas na integralidade, possibilitando a prevalência dos interesses políticos mediante a disponibilidade e execução dos recursos públicos federais. Sendo a reforma neoliberal a expressão mais recente do atendimento do poder público aos interesses do mercado nacional e internacional sobre as demandas do setor, como forma ainda de legalizar o acesso do poder privado aos créditos disponíveis pelos bancos públicos. Cabendo à sociedade amapaense nos períodos seguintes, a manutenção da perspectiva de que as metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico no Estado do Amapá serão atendidas por estas instituições até 2033.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos 80 anos, as escolhas políticas dos governos, a atuação das instituições públicas e privadas e as pressões e interesses da sociedade amapaense e brasileira levaram a construção de um cenário de grande desafio no setor de saneamento básico no Amapá. Observa-se períodos com políticas sanitárias específicas para o atendimento de demandas em áreas localizadas na região amazônica, ocorridas conforme os interesses nacionais e internacionais sobre a região. Interesses aplicados nos períodos de ocupação da região desde o período colonial, de formação do TFA e de constituição do Estado do Amapá, através de políticas públicas construídas no âmbito do governo federal, mas historicamente assumidas e aplicadas pelos governos amapaenses.

Desde a constituição do TFA e do Estado do Amapá houve a subordinação dos governos e das instituições públicas amapaenses às políticas públicas estabelecidas para o setor conforme os interesses políticos e econômicos externos, incluindo a exploração das demandas dos serviços públicos e recursos naturais na região (ouro, borracha, minérios, água, entre outros). Sendo as principais obras de infraestrutura sanitária e os próprios

desafios persistentes, resultantes das políticas aplicadas conforme esses interesses externos, que uma vez cessados interromperam a implantação dos ciclos de políticas públicas planejadas para alcançar a universalização.

Destaca-se nesse cenário a arquitetura das instituições e empresas públicas amapaenses (Caesa e IDEAS S.A) originadas para o atendimento desses interesses e das demandas públicas pouco atendidas dadas as escolhas do poder público. Além das principais obras de infraestrutura sanitária (SAAE) construídas com prioridade na capital e em menor escala nas sedes urbanas dos interiores, as políticas e efeitos sanitários oriundos da instalação das “*company towns*” nos investimentos da Icomi e do Complexo Industrial do Jari), e mais recentemente a segregação territorial e populacional, destinando diferentes políticas para as áreas urbanas e rurais, para a maximização do lucro em atendimento à reforma neoliberal e conforme a Lei Federal nº 14.026/2020.

Dessa forma, esse conjunto de elementos históricos: a) contribuem para a compreensão dos desafios atuais do setor de saneamento básico; (b) compõem a periodização e identificação das características de cada etapa do processo de desenvolvimento do setor no “Amapá, conforme quadro 1; e (c) demonstram a necessidade de construção e implantação de políticas públicas que priorizem a busca de soluções conformes aos interesses, demandas e potenciais da sociedade amapaense, e menos sujeitas à tendência de interrupção de ciclos, conforme historicamente observado”.

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Gênese, ocupação e organização territorial (1758-1938)	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de Macapá; - Instalação de Mazagão; - Construção da Fortaleza de São José; - Criação do Município de Amapá.
Raízes do Saneamento Básico no Amapá (1938-1969)	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação da Base Aérea no Município do Amapá; - Criação do Território Federal do Amapá; - Transferência da capital para Macapá (1944); - Transferência do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) para Macapá; - Instalação das “company towns” de Vila Amazonas e Serra do Navio; - Criação dos municípios de Oiapoque (1945) e Calçoene (1956); - Instalação do Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (1966); - Criação do Serviço de Água e Esgoto (SAE); (1966), transformado em Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) (1967); - Plano Diretor de Macapá - Grumbielf (1967).
PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Avanços e limitações do saneamento no Amapá (1969-2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da CAESA (Decreto nº 411/1969); - Expansão dos SAA para todos os municípios do TFA (1972); - Construção do SES na capital (1974; 1982; 2015); - Planos Diretores de Macapá: Jonas Pinheiro (1969); H. J. Cole (1975); - Programa Macapá 2010 (1989); - Projeto Cura (1989); - Criação dos municípios Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho (1987); de Cutias, Itauba, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba e Serra do Navio (1992); Vitória do Jari (1994); - ETA de Macapá (I, II, III) (1987); - Planos governamentais (PDSA; Amapá Produtivo; Camilo; Waldez Góes - O retorno que preparou e executou a privatização); Criação da Região Metropolitana Amapaense (2003)*; - Plano Diretor de Macapá (2004); - Plano Diretor de Santana (2006) (**); - Zonas de abastecimento de Macapá (2017);

	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de acordo do GEA com o BNDES - estudos para a desestatização dos serviços (2017) - Instalação de Conjuntos Habitacionais: Vitória Régia (2007); Mucajá; Macapaba (2012); Açucena; São José; - Aprovação do Novo Marco Legal de Saneamento Básico (Lei nº14.026/2020). - Plano Diretor de Ferreira Gomes e Porto Grande (2012).
Desestatização (Pós-2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura do “Convênio de Cooperação” pelos 16 municípios (15/04/2021); - Assinatura do “Contrato de Gerenciamento” pelos 16 municípios (16/04/2021); - Lei Estadual nº 2.548, de 28/04/2021, reestruturou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (ARSAP); - Saneamento amapaense privatizado (02/09/2021). - Consórcio Marco Zero - vencedor do leilão (Equatorial Energia S.A – empresa líder); - Projeto de Lei nº026, de 22/11/2021, propõe a extinção da CAESA e criação da empresa pública Serviços de Inclusão Digital, Energias Alternativas, e Saneamento Básico, Sociedade Anônima (IDEAS S.A.); - Projeto de Lei nº044, de 09/12/2021, propõe diretrizes para a aplicação dos recursos provenientes de outorga de concessão de serviços públicos no Estado do Amapá. - Plano Diretor de Oiapoque (2021).

Quadro 1 – Periodização do setor de saneamento básico no Amapá

Elaborado por: Jennefer Lavor; Eliane Superti; Jadson Porto.

(*) Inexiste um Plano de Saneamento Metropolitano (em 2023, a RMA completará 20 anos); Mazagão não possui Plano Diretor.

(**) Os Planos Diretores de Macapá e Santana não dialogam entre si; esses municípios são a origem da Região Metropolitana; Até 2022, não foram revistos ou atualizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. M. **Projeto Pinsônia, ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de Província com essa denominação**. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova typografia de João Paulo Hildelbrandt: a rua da alfandega, nº93, 1873.

ANDRADE, R. P.; HOCHMAN, G. **O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)**. Revista História, Ciências, Saúde. Maguinhas, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.255-277, dez.2007.

ARAÚJO, I. V. CARDOSO, J. F.; COSTA, M. D.; COSTA, R. A. C. A política de qualidade na prestação de serviços: um estudo de caso na Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA). **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. 13 (3): 75-99. TRI III 2019.

BAENA, A. L. M. **Relatório sobre as villas de Macapá, Mazagão e Gurupá, mandado em comissão por ordem do pelo Presidente da Província do Grão-Pará. (1842)**. Nova typografia de João Paulo Hildebrandt. Rio de Janeiro, Rua da Alfândega, nº93, 1873.

BARRETO, J. **Saneamento da Amazônia**. Arquivos de Higiene, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.191-199. dez. 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº4.567, de 11 de agosto de 1942. **Dispõe sobre a aplicação de crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei nº 11.445/2007, de 05 de janeiro de 2007. **Lei Nacional de Saneamento Básico**; Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019

BRASIL. Lei nº 14.026/2020, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera as Leis nº 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 11.107, de 6 de abril de 2005, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 12.305, de 2 de agosto de 2010, 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrôpole), e 13.529, de 4 de dezembro de 2017.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, publicado em 16/07/2020, Edição: 135, Seção:1, Página: 1. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em: 16 out. 2021.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ (CAESA). **Relatório de gestão 2021.** Macapá: CAESA; PRESI, 2021. 201 p.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

COSTA, G. G. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira.** Relatório (pós-doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília: UnB, 2015, p.142.

COSTA, G. G.; CINTRA, J. P. Os engenheiros militares italianos na Amazônia do Século XVIII: Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti. **Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.** Belo Horizonte, MG, 26 a 28 de outubro de 2016, p.136-146.

COSTA, D. C. **[Depoimento]**. Entrevistadora: Jennefer Lavor Bentes. Macapá: Casa do entrevistado. 1 gravação de áudio (1h42min). Depoimento concedido para elaboração de Tese de Doutorado da entrevistadora. 14 out. 2021.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. A. P. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000).** Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

JORNAL AMAPÁ. Ano 1, nº1, 19 mar. 1945 até o Ano 23, Nº1507, 2 dez.1968.

JORNAL FOLHA DO POVO. Figurões caloteiam o Governo. Ano 1, Nº2, 04 jul. 1959.

LÁZARO, J. **O lendário Poço do Mato.** Disponível em <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/06/o-lendario-poco-do-mato.html>. Acesso em 08 nov. 2021.

LÁZARO, J. **Uma “bica pública” da Macapá de outrora.** Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2013/07/uma-bica-publica-da-macapa-de-outrora.html>. Acesso em 08 nov. 2021.

LINS, C. **O Rio Jari no curso da história.** Rio de Janeiro. Daudt Design Editora. 2015.

LUNA, V. X. **Um cais que abriga histórias de vidas: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá: (1943-1970).** Brasília. Senado Federal. 2020.

MACEDO, L. **Janarismo em foco: Representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956).** Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MAGALHÃES, M. P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Revista de Ciências Humanas**.1 (3):33-59, set-dez. 2006.

MONTEIRO, J. P. D. B. **[Depoimento]**. Entrevistadora: Jennefer Lavor Bentes. Macapá: CAESA. 1 gravação de áudio (1h58min56s). Depoimento concedido para elaboração de Tese de Doutorado da entrevistadora. 11 abr. 2022.

MONTORIL, N. **[Depoimento]**. Entrevistadora: Jennefer Lavor Bentes. Macapá: Casa de Nilson Montoril. 1 gravação de áudio (2h07min). Depoimento concedido para elaboração de Tese de Doutorado da entrevistadora. 19 out. 2021.

MUNICÍPIOS DO TFA. **Relatório oficial elaborado pelo governo do Território Federal do Amapá, 1956.**

NUNES, J. G. **Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1946.

REVISTA ICOMI NOTÍCIAS. Números 01 a 35 de 1964 a 1967.

REZENDE, S.C.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces.** 2.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Escola de Engenharia, 2008.

ROCHA, Aristides Almeida. **Histórias do Saneamento.** São Paulo. Blucher, 2016.

SNIS, SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnóstico dos serviços de água e esgotos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel>. Acesso em 02 fev. 2023.

SOUSA, A. B. L. **A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) no Amazonas: Um estudo sobre sua atuação junto aos indígenas.** Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias da Amazônia). Universidade Federal de Amazonas. Manaus. 2011.

Capítulo 04

REGISTRO DA PRODUÇÃO PROJETUAL DO ARQUITETO OSCARITO ANTUNES DO NASCIMENTO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1970-1988)

Danilo Augusto Oliveira de Barros
Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues
Anneli Maricielo Cárdenas Celis

INTRODUÇÃO

O estudo da produção da cidade nos mais variados contextos pode ampliar o seu entendimento e permitir novas correlações. A arquitetura dessa produção está presente nos mais variados contextos econômicos, culturais e sociais e seu estudo permite ampliar o entendimento de sua economia, cultura e sociedade. Ao se observar a realidade amapaense, observa-se que intensas mudanças ocorreram no século XX: a criação do Território Federal do Amapá (TFA); a exploração de manganês em Serra do Navio e a criação de sua vila juntamente com a vila Amazonas; estadualização do TFA e inúmeras outras mudanças.

Todavia, ao se ampliar a observação das mudanças, mas, a partir de uma perspectiva arquitetônica, tem-se algumas lacunas na bibliografia pertinente que discorra sobre a produção arquitetônica, principalmente de arquitetos locais. Oscarito Antunes do Nascimento, Manoel Ubiratan Homobono, Chikahito Fujishima, Adaury Salles são alguns nomes de arquitetos que participaram da produção das cidades amapaenses, principalmente a cidade macapaense.

Nesse sentido, restringindo-se à produção arquitetônica do arquiteto Oscarito Antunes do Nascimento, principalmente de seus projetos no período do TFA (1943 – 1988) para o presente capítulo, busca-se abordar brevemente sua biografia e registrar alguns de seus principais projetos arquitetônicos a fim de disseminar a arquitetura amapaense.

Referente às informações biográficas, foram extraídas a partir da realização de duas entrevistas com o Arquiteto Oscarito Antunes do Nascimento: uma primeira, não estruturada e que ocorreu em 29 de julho de 2022, em que o arquiteto forneceu uma série de documentos pessoais seus, que incluíam ARTs, RRTs, book de projetos, artigos de jornal, entre outros documentos; e, à medida que os mostrava, comentava-os; e uma segunda entrevista, semi-estruturada e que ocorreu em 12 de agosto de 2022, abrangendo sistematicamente tópicos como *Família, Educação Pré-Universitária, Educação Universitária e Vida Profissional*. Já concernente às informações relativas aos projetos arquitetônicos, tais foram obtidas dos materiais fornecidos na primeira entrevista e foram fundamentais para sistematização e datação de tais.

Portanto, o presente capítulo está dividido em quatro seções: após a introdução, tem-se *A Produção Projetual do Arquiteto Oscarito Antunes no período do TFA*, em que, em estudos iniciais, correlaciona-se a sua produção arquitetônica ao período do TFA; Breve Biografia, em que, à finalidade de registro, busca-se trazer um panorama com os principais acontecimentos pertinentes ao arquiteto de forma geral até a atualidade (2023); e Projetos no Período do TFA, em que se intenta ampliar as informações sobre os projetos arquitetônicos do presente capítulo.

A PRODUÇÃO PROJETUAL DO ARQUITETO OSCARITO ANTUNES NO PERÍODO DO TFA

Atividades econômicas, políticas e sociais podem trazer mudanças significativas em dada região. As novas relações econômicas, por exemplo, podem induzir o surgimento de equipamentos urbanos e comunitários e melhorias na infraestrutura urbana. Mudanças como essas foram exemplos de mudanças ocorridas no cenário amapaense no século XX, século esse que traz tanto a criação do Território Federal do Amapá (1943) como a sua estadualização (1988) por meio da Constituição de 1988. Para o entendimento do contexto em que os projetos do arquiteto Oscarito Antunes, sejam construídos ou não, foram elaborados, propõe-se uma breve contextualização do seu período de produção projetual: aproximadamente entre a década de 1970 à década de 2000. Assim, propõe-se três momentos para a contextualização: primeiro: antecedentes da criação do Território Federal do Amapá (pré-1943); segundo: o período do Território Federal do Amapá (1943-1988); e terceiro: o período de Estado (pós-1988).

Tendo como precedente a intensão da França de ocupar a região (AMORIM, PORTO, 2017) e tendo como antecedente o Forte Cumaú ou Forte de Santo Antônio de Macapá, que seria o local utilizado para o município, criou-se em 1758 o município de São José de Macapá. Segundo Amorim e Porto (2017, p.36), essa região “[...] esteve ligada a um sistema missionário, que criou um sistema agrário, responsável por assegurar a população no sítio e organizou uma rede de relações econômicas e sociais na extensão do vale amazônico [...]”. No século XVIII, construiu-se a Fortaleza de São José nas redondezas de Macapá e, em 1856, através da Lei nº281, a Vila de São José de Macapá é elevada à cidade (AMORIM, PORTO, 2017).

Mais tarde, começam-se as movimentações relativas à formação dos territórios federais, que, à exceção do Acre, que foi por anexação, têm sua origem no desmembramento de Unidades Federativas existentes (PORTO, 2005, p. 11988). Segundo Porto (2002), a evolução política dos territórios federais se dá em três etapas, que são: centralização (1904-1969); descentralização (1969-1988) e estadualização (1962, 1981 e 1988). A primeira etapa, a de centralização, caracterizou-se pela alta participação do governo federal nos Territórios Federais no que diz respeito às suas decisões e organizações administrativas e econômicas locais. Vindas da Capital, as diretrizes de governo vinham por meio do Ministério do Interior (PORTO, 2005, p. 11991).

Assim, em 1920, isto é, na etapa de centralização (1904-1969), criou-se o Território Federal do Acre e, à época, as populações dos municípios de Macapá e Mazagão, outro município do então Estado do Pará, já desejavam a condição de Território Federal (SANTOS, 2001, p. 65). Tempos mais tarde, após a promulgação das Constituições de 1934 e 1937, que criavam áreas territoriais administradas pelo Governo federal, com o decreto-lei nº5.812/1943, houve a criação dos Territórios Federais, que incluía o Amapá, desmembrado do Estado do Pará, constituídos das terras dos municípios de Macapá, Amapá e Mazagão (SANTOS, 2001, p. 64-65).

Em relação ao motivo da criação do TFA, Medeiros (1946, p. 138-9) aponta um motivo administrativo e um motivo militar. O motivo administrativo visava organizar economicamente a área, implantar núcleos governativos estaduais à finalidade de impedir a formação de focos de desnacionalização e estimular uma política de ocupação. Já o motivo militar buscava proteger militarmente a zona de fronteira de possíveis invasões em um contexto de Segunda Guerra Mundial (MEDEIROS, 1946).

No tocante ao primeiro governador do TFA, esse foi o capitão do Exército Janary Gentil Nunes, que governou de 1943 a 1956, saindo do governo para presidir a Petrobrás (SANTOS, 2001, p. 69). Por ter se instalado em Macapá, em 1944, mudou a capital do município do Amapá para o município de Macapá (SANTOS, 2001, p. 67), que é a capital atualmente.

Nesse período, em 1946, ocorreu o reconhecimento da reserva de manganês como reserva nacional, que veio a ser explorado pela ICOMI, cuja atividade mineradora teve início em 1957 e durou até 1997, já no Estado do Amapá. Tal empresa surge em um contexto de alta na atividade siderúrgica no início do século XX, pois na década de 1940, a ex-URSS suspendeu seu fornecimento para os EUA como resposta ao embargo de materiais estratégicos que havia recebido; o que levou o Brasil a ter uma participação fundamental no fornecimento de manganês aos EUA (AMORIM, PORTO, 2017, p. 38). Assim, Serra do Navio, atual município do Amapá, seria fonte da matéria-prima por meio da ICOMI.

O segundo período, o de descentralização (1969-1988), caracterizou-se pela definição jurídica, por meio do Decreto Lei n. 411/69, dos Territórios Federais, suas funções e a função de seus representantes. Além disso, seriam adotadas orientações desvinculadas do poder central do Governo. Todavia, segundo Porto (2005, p. 11992), tal descentralização ficou apenas no papel, por se manter as características centralizadoras nos territórios, à exceção do Acre, que se tornou estado em 1962. Nesse período, ocorreu a elaboração do Plano Diretor H. J. Cole (1977) para Macapá, no qual o arquiteto Oscarito Antunes participou como colaborador local.

Além disso, também ocorre a exploração aurífera da Mineradora Novo Astro em Calçoene/AP, cujo início se deu em 1983. Para tal empresa, o arquiteto Oscarito Antunes viria prestar serviços de elaboração de projetos arquitetônicos. Também é nesse período que, em parceria com o arquiteto Antônio Duarte Brito, durante a sua permanência na prefeitura de Macapá, Oscarito Antunes elaborou o projeto da Praça da Bandeira (projeto entre 1977, 78 ou 79) e a Reforma da sede da Prefeitura de Macapá (projeto de 1977). Outrossim, nesse período, o arquiteto ganhou o concurso de projeto arquitetônico para a Superintendência do IBAMA (projeto em 1984) e, dois anos mais tarde, em 1986, elaborou o projeto arquitetônico do antigo CPD (Centro de Processamento de Dados), que atualmente se chama PRODAP (Centro de Gestão da Tecnologia da Informação).

Por fim, a terceira etapa, a de estadualização (1962, 1981 e 1988), caracterizou-se pela formação de novos estados, “[...] sejam eles oriundos de ex-Território, de um desmembramento de um Estado pré-existente ou da fusão com outro [...]” (PORTO, 2005, p. 11992). Assim, em 1962, ocorreu a estadualização do ex-Território do Acre; em 1981, do ex-Território de Rondônia; e em 1988, dos ex-Territórios de Roraima e Amapá (estes dois últimos por meio da Constituição de 1988) (PORTO, 2005, p. 11992). Dessa forma, em 1990, ocorreu a eleição do deputado Anníbal Barcelos como primeiro governador do Estado do Amapá e permaneceu entre 1991 e 1994 (SANTOS, 2001, p. 86).

Além disso, faz-se importante pontuar que, durante dez anos após a estadualização do Amapá, o Estado recebia transferências de recursos do Governo Federal conforme o art. 14, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos arts. 159, I, “a”, da Constituição e 34, § 2º, II, deste Ato. (BRASIL, 1988, sem página).

Visto que se considera o TFA como um “Estado em embrião” (PORTO, 2005, p. 11990; FERREIRA FILHO, 1985, p. 57), o período da estadualização foi marcado por uma alta dependência do Governo Federal, inclusive por ser o momento em que a ICOMI finalizou seu funcionamento. Ao analisar as finanças públicas de 1986-1988, às vésperas da estadualização, Porto (2002, p. 143) pontua a dependência do TFA em relação ao Governo Federal. Essa mesma dependência se mantém na década de 1990 embora se buscasse a autonomia econômica do Estado (PORTO, 2005, p. 178). Ainda em 2005, Porto (2005, p. 12006) pontuava a sua dependência econômica federal por meio do Fundo de Participação do Estado (FPE).⁵⁷ Outro aspecto digno de nota é o crescimento demográfico ocorrido no período pós-estadualização. Segundo Amorim e Porto (2017), entre 1991 e 2016, observou-se um crescimento de 268%, para o qual, entre outros fatores, a criação da Área de Livre Comércio Macapá-Santana (ALCMS) também contribuiu.

Tangente ao arquiteto Oscarito, um ponto importante a se destacar é que a essa altura havia elaborado vários projetos arquitetônicos, inclusive o projeto do Estádio Milton Souza Corrêa (mais conhecido como “Zerão”), cujo projeto seria elaborado em 1989 em coautoria com o arquiteto Chikahito Fujishima e o arquiteto Manoel Ubiratan Homobono, e seria inaugurado em 1990.

Nesse período pós-estadualização (pós-1988), alguns projetos do arquiteto Oscarito Antunes foram construídos, entre eles, pode-se destacar a Defensoria Pública do Amapá (projeto de 1990 e que, à época, atendia à Procuradoria do estado juntamente), o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (projeto de 1990), que, devido a problemas quando da sua construção, o projeto foi reelaborado pelo arquiteto local Adauray Salles Farias; o que levou a disputa judicial pela autoria; e as escolas de ensino médio CEPA – Centro de Educação Profissional do Amapá, Escola Estadual Esther da Silva Virgolino e Escola Estadual Prof.^a Raimunda Virgolino. Essas três escolas têm o mesmo projeto em comum (projeto de 1991) (por isso, o arquiteto as nomeou como escola protótipo), mas que, dada a mudança de lotes, tiveram algumas alterações no projeto “protótipo”.

Na década de 2000, entre os projetos arquitetônicos de Oscarito, pontuam-se edificações verticalizadas sem elevador como o Edifício Cordeiro de Oliveira, cujo projeto é de 2005. Assim, observa-se como a produção arquitetônica de Oscarito esteve presente em vários momentos da História do Amapá, seja no período de Território com a Praça da Bandeira e o atual PRODAP, seja nos momentos iniciais da estadualização com a Defensoria Pública e o TJAP, momento marcado pela ação governamental de então de construção de infraestrutura para o recém-criado Estado do Amapá. Ressalte-se que trabalhos mais aprofundados que correlacionem como o Território e a Estadualização converteram investimentos em edificações ao longo da capital se mostram necessários para a compreensão do período.

Nesse sentido, nas seções à frente, amplia-se e registra-se parte da atuação profissional do arquiteto no então TFA além de se traçar breves considerações sobre o período de estadualização e suas produções projetuais.

⁵⁷ Para demais informações acerca da economia desse período, sugerem-se a tese de doutoramento de Porto (2002) e a dissertação de mestrado de Chelala (2008).

BREVE BIOGRAFIA

À finalidade de fornecer um panorama da vida do arquiteto Oscarito Antunes, propõe-se uma linha do tempo contendo fatos principais em sua vida profissional (Figura 1).

Oscarito Antunes do Nascimento nasceu em 12 de janeiro de 1949 em uma cidade no interior do Amazonas cujo nome é São Paulo de Olivença/AM. Embora seu nome lembre o nome de Oscar Niemeyer, como comentou, seu nome foi inspirado em um humorista que trabalhou juntamente com Grande Otelo em Carnaval no Fogo. Seu pai, cujo nome é Abel Ferreira do Nascimento, foi sargento do Exército, de sorte que seu pai precisou mudar-se constantemente. Isso levou Oscarito a morar em variadas cidades durante sua infância.

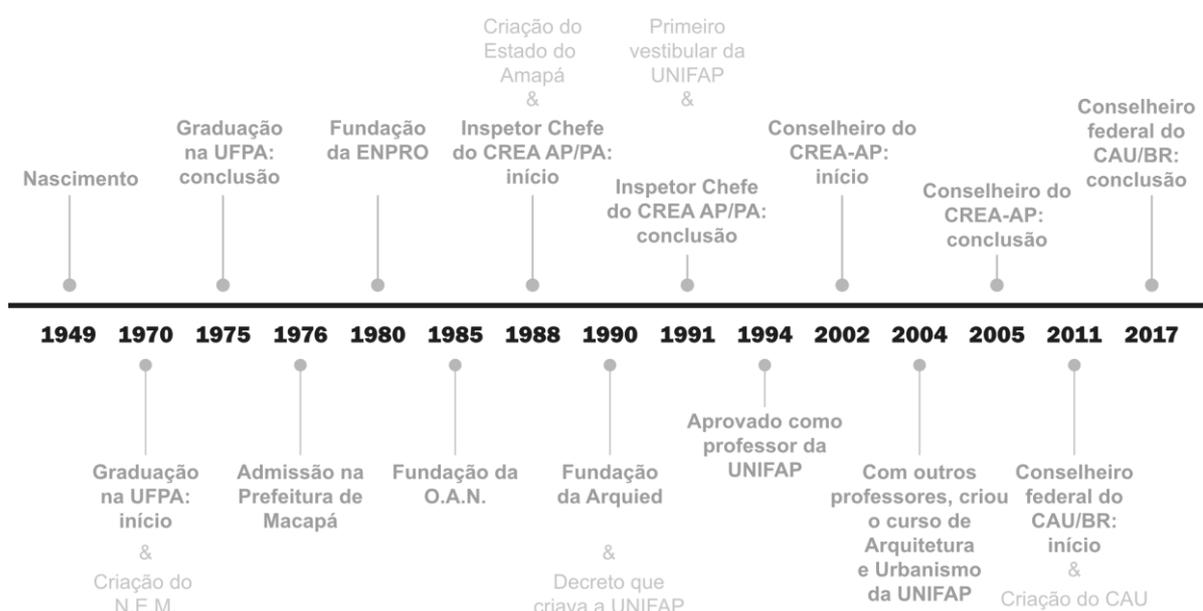


Figura 1 - Linha do tempo da breve biografia do arquiteto Oscarito Antunes.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023. **Notas:** informações contextuais em tom mais fraco.

Durante as entrevistas, Oscarito pontuou que seu pai era uma pessoa rígida como militar e que primava pela educação dos filhos embora tivesse apenas o primário. Quanto à sua mãe, esta se chamava Etelvina Antunes do Nascimento e era dona de casa. Um dos seus primeiros projetos seria a residência da família. Além disso, contando com o arquiteto, eram ao todo cinco irmãos, a saber: Maria Suiley Antunes Aguiar, Cleber Antunes do Nascimento, Luzinildo Nascimento e Suely Antunes do Nascimento. Infelizmente, Maria Suiley e Cleber Antunes já se encontram falecidos.

Em relação à sua educação pré-universitária (1949 – 1970), algumas informações se mostram pertinentes. O arquiteto, desde cedo, teve contato com o desenho. Seu pai, durante a sua infância, colocou-o em um curso de desenho artístico e publicitário por correspondência, de maneira que Oscarito teve intimidade com o desenho e que esse foi um fator decisivo para a opção pela arquitetura quando do vestibular.

Nesse período pré-universitário, seu pai se aposentou e foi morar em Belém; o que fez com que Oscarito fizesse o ginásio e o colegial em Belém. Pontue-se que o arquiteto Milton

Monte (1928 – 2012), internacionalmente conhecido (CAU/BR, 2012), foi seu professor tanto no colegial quanto na universidade. Por fim, quando do vestibular, Oscarito foi o primeiro lugar das 25 vagas de arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA) e, no período do vestibular, foi colega do futuro engenheiro civil Edimilson Souza, com quem viria a fundar um escritório de engenharia e projetos.

Assim, quanto à sua educação universitária (1970 – 1975), o arquiteto iniciou seus estudos em 1970 na UFPA. Nesse período, o arquiteto comentou que gostava bastante de geometria descritiva, todavia, com o surgimento dos softwares 3D, foi se perdendo a necessidade de se aprender tal habilidade. Anos mais tarde, em 1994, seria para essa disciplina que seria aprovado como professor na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Dessa forma, concernente ao início de sua vida profissional, em 1975, formou-se e, como havia feito um curso de instalações elétricas de baixa tensão, ficou atuando nessa área em um escritório de engenharia civil. Após a sua formatura em 1975, o arquiteto passou um curto período em Belém, em que fez alguns poucos projetos e continuou dando aula de desenho. Apesar de o arquiteto receber um salário satisfatório como professor de desenho da escola técnica de Belém (outra função que exercia), a sua vontade ainda era trabalhar com projeto de arquitetura; o que lhe levou a deixar seu emprego como professor para vir para Macapá. Ao fim do ano de 1976, mais especificamente em dezembro de 1976, o arquiteto foi admitido na prefeitura de Macapá, que, à época, fazia parte do antigo TFA. Ressalte-se que a produção arquitetônica e urbanística do arquiteto se deu principalmente no Estado do Amapá, principalmente em Macapá, capital do Estado.

Sua vinda para Macapá está relacionada ao convite que recebeu de seu amigo Antonio Duarte Brito Filho, que, à época, estava trabalhando na prefeitura de Macapá e que foi colega de turma de Oscarito na UFPA. Como Oscarito pontuou, visto que a prefeitura estava subordinada ao Ministério do Interior, havia muito dinheiro disponível, de sorte que houve a contratação com bons salários de arquitetos e engenheiros e várias obras. Marcando o início de sua atividade em solo amapaense, Oscarito, juntamente com Antonio Brito, projetaram a reforma da prefeitura de Macapá, cujo projeto é de 1977, e a Praça da Bandeira, cujo projeto é em 1977, 1978 ou 1979. Na prefeitura de Macapá, o arquiteto permaneceu até o fim de 1979.

Em um período aproximado de dois anos entre 1976 e 1979, Oscarito foi arquiteto da Secretaria de Infraestrutura (SEINF) do Governo do Amapá. De acordo com ele, foram aproximadamente dois anos que permaneceu na secretaria. Algo digno de nota desse período foi a sua participação, juntamente com o arq. Edmundo Botelho, na elaboração do plano diretor de H.J. Cole (1976 – 1979) para a cidade de Macapá. Sua atividade se deu como membro da equipe técnica local.

O plano diretor de H.J. Cole foi um dos planos diretores para a cidade de Macapá. O primeiro foi o plano realizado pela empresa GRUMBILF em 1960 (TOSTES, 2017), que foi solicitado pela antiga Companhia de Eletricidade do Amapá (atualmente, após a sua privatização, chamada CEA Equatorial Energia) e que tinha o objetivo de “[...] obter informações sobre o crescimento e evolução urbana da cidade e de planejar as instalações de redes de água, esgoto e eletricidade [...]” (TOSTES, 2021, s.p.). Mais tarde, em 1973, outro plano diretor foi elaborado pela Fundação João Pinheiro e, em seguida, entre 1976 e 1979, o supracitado plano diretor da empresa H.J. COLE + Associados foi elaborado (*op. cit.*). Segundo Tostes (*op. cit.*, s. p.), “[...] os planos refletiam concepções modernistas, em um período de fortes influências desenvolvimentistas por parte dos governadores da época”. O Plano Diretor de 2004 é o mais recente, todavia está desatualizado de acordo com o que prescreve o Estatuto da Cidade: que tal lei deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos (BRASIL, 2001).

Após a saída da prefeitura no fim de 1979, em 1980, o arquiteto foi procurado pela empresa Sanecer a fim de assumir a responsabilidade técnica de uma obra no município de Amapá, antiga capital do Estado. Tal obra era um campo de atletismo. Nesse mesmo período, o engenheiro Edimilson, que foi colega de vestibular de Oscarito e que não havia passado em arquitetura na época, reencontrou-se com o arquiteto. O engenheiro estava como responsável técnico de uma obra de hotel também no município de Amapá. Após ambos concluírem suas respectivas obras, o arquiteto e o engenheiro decidiram criar a sua própria empresa, a Enpro – Empresa de Engenharia e Projetos.

Com a criação da Enpro em 1980, a empresa tinha como o objetivo principal a execução de obras. Todavia tal também prestava serviços de projeto. Dentro de pouco tempo após criada, a empresa receberia a sua primeira carta-convite para execução de obra pública. Sua atividade começou a ganhar notoriedade de sorte que, em 1980, a Enpro foi escolhida empresa do ano pelos técnicos da SOS (Secretaria de Obras e Serviços Públicos), que seria a atual Secretaria de Obras do governo do estado do Amapá (JORNAL DO POVO, 1980). Todo ano, a equipe de técnicos da SOS elegia uma empresa. Com o crescimento da empresa, esta veio a criar mais uma empresa: Enpro – Comércio e Indústria. No entanto, devido a problemas na sociedade, tal foi terminada. Assim, a construtora (Enpro – Engenharia e Projeto Ltda.) ficou com o engenheiro civil e a loja de materiais de construção (Enpro – Comércio e Indústria) ficou com o arquiteto. Por fim, após alguns anos, o arquiteto vendeu a Enpro Comércio e Indústria e veio a criar a O.A.N. – Arquitetura e Empreendimentos.

Após sair da Enpro, Oscarito criou a O.A.N. – Arquitetura e Empreendimentos em 1985. Como comentado, tal empresa teria grande atuação com os projetos públicos. Note-se que ela foi criada pouco antes do Amapá se tornar Estado, o que ocorreu em 1988. Isso possibilitaria a Oscarito desenvolver vários projetos institucionais. A O.A.N. teria grande atuação com projetos públicos como o próprio CPD (atual PRODAP), o Estádio Milton de Souza Corrêa (também conhecido como Zerão) e a Defensoria Pública do Estado.

De acordo com o arquiteto, o primeiro projeto que fez foi a fachada da sede dos bombeiros em frente ao Pronto Socorro Osvaldo Cruz. Além de projetos, segundo o arquiteto, a O.A.N. também chegou a fazer algumas obras. Era uma empresa formada por vários profissionais como desenhistas e técnico de edificação. Em relação às suas instalações, a princípio, a empresa pagou aluguel, mas, mais tarde, veio a construir seu próprio prédio, que fica localizado na Av. Diógenes Silva, e tinha um depósito de materiais em outro lugar da cidade. Tempos mais tarde, o arquiteto viria a encerrar as atividades da O.A.N. e, por conveniência de contabilidade, viria a criar a Arquied em 1990. Esta também serviria como continuação da O.A.N. para elaborar projetos públicos.

Paralelamente às atividades relacionadas à O.A.N. e à Arquied, o arquiteto exerceu atividades na Inspeção de Macapá do CREA AP/PA. Iniciou suas atividades em 1988 como Inspetor chefe e concluiu em 1991, pouco antes de ser aprovada a resolução que criaria o CREA AP, processo esse que participou ativamente.

Tangente à criação do CREA AP/PA, este foi criado em 23 de abril de 1934 na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro (CREA AP/PA, 1990). Já a Inspeção de Macapá do CREA AP/PA foi fundada em 26 de março de 1974 e teve como Inspetor Chefe, o eng.º Civil Hercílio da Luz Mescouto (CREA AP/PA, 1990). Mais tarde, em 1988, o arquiteto Oscarito Antunes do Nascimento foi nomeado como Inspetor Chefe, o engenheiro mecânico Raimundo Gomes Garcia e o engenheiro civil Joel Banha Picanço como Inspetores Auxiliares e o Técnico em Agropecuária Antonio Waldez Góes como representante dos Técnicos de Grau Médio, para comporem o quadro de Inspetores da Inspeção de Macapá com vigência

até 31 de dezembro de 1990 (CREA AP/PA, 1990). Em relação ao reconhecimento de suas atividades, o arquiteto recebeu, em 1989, um Certificado de Honra ao Mérito e, em 1991, o Certificado de Reconhecimento/Relevantes Serviços Prestados, ambos pelo CREA AP/PA (NASCIMENTO, 2017).

Por fim, logo após o encerramento de sua atividade como Inspetor Chefe da Inspetoria de Macapá do CREA AP/PA, em 1992, por meio da Resolução nº371, de 16 de dezembro de 1992, criaram-se o CREA/AP e a Inspetoria Regional em Santana/AP (CREA AP, 2022). Ressalte-se que a sede do CREA/AP, isto é, seu projeto arquitetônico, foi de autoria do arquiteto Oscarito Antunes. Anteriormente, a sede da Inspetoria de Macapá do CREA AP/PA funcionava em um imóvel do Estado fornecido pelo governador Gilton Garcia (CREA AP/PA, 1990).

Outro momento relevante na vida do arquiteto foi a sua aprovação como professor no curso de Matemática da UNIFAP em 1994 e a posterior criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP em 2004.

Conforme comentou, antes de ser aprovado (por volta dos anos de 1992 e 1993), chegou a lecionar aulas para a UNIFAP por meio de convite. Após tais aulas, através do concurso para a UNIFAP. Em 1990, o antigo Núcleo Avançado de Ensino (NEM), que era vinculado à UFPA, tornou-se em UNIFAP (UNIFAP, 2022), então, o arquiteto foi aprovado como professor de dedicação exclusiva (30h) para as disciplinas de Desenho Geométrico e Geometria Descritiva no curso de Matemática. Quando questionado por que havia decidido prestar concurso para professor, ressaltou o seu contato com a prática de ensino desde cedo – à ilustração, deu aulas durante a graduação para gerar renda – e o gosto pelas disciplinas que lecionaria.

Assim como Oscarito, outras pessoas que viriam a compor o primeiro colegiado de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP também foram aprovadas para outros cursos. No futuro, o colegiado seria composto pelo arquiteto Oscarito Antunes do Nascimento, o arquiteto José Alberto Tostes, a arquiteta Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues e o geógrafo Jadson Luis Rebelo Porto. O arquiteto José Alberto Tostes e a arquiteta Ana Karina faziam parte do curso que antecedeu o atual curso de Artes Visuais. Já o geógrafo Jadson Luis Rebelo Porto fazia parte do curso de Geografia.

De acordo com o arquiteto, por volta de 2000, o arquiteto Rogério Barcelo Guardia, que era arquiteto da SEINF e era muito ligado a atividades sindicais e de conselho, sugeriu a criação do curso. De acordo com Tostes (2014), nasceu da ideia embrionária no ano de 1997 com discussões do Instituto de Arquitetos do Amapá (IAB/AP). Dessarte, os três arquitetos José Alberto Tostes, Ana Karina Rodrigues e Oscarito Antunes e o geógrafo Jadson Luis Rebelo Porto elaboraram o projeto do curso, apresentaram ao Ministério da Educação (MEC) e tiveram o projeto aprovado. Como comentado, tais compuseram o primeiro colegiado de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP.

Dessa forma, sendo o curso fundado em 2004, a primeira turma começou a estudar em 2005 no campus Santana. Em tal campus permaneceria até 2017, ano em que as suas vagas deixariam de ser ofertadas para o campus Santana e passariam a ser ofertadas para o campus Marco Zero, campus da sede da UNIFAP (UNIFAP, 2017).

Por fim, outra atividade de importância em sua carreira foi a criação do CAU e as suas atividades como conselheiro federal (2011 – 2014) e suplente (2015 – 2017). Em 31 de dezembro de 2010, por meio da Lei nº. 12.378, houve a regulamentação do exercício da Arquitetura e Urbanismo e criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

(CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) (CAU/BR, 2022). Por Oscarito fazer parte da câmara de arquitetura do CREA, ele foi destacado pela lei para promover a instalação do CAU, começando pelo CAU/BR. A princípio, o objetivo principal era promover a eleição e escrever o Estatuto do CAU.

Assim, sendo resultado de meio século de luta da categoria, em 15 de dezembro de 2011, fundaram-se o CAU/BR e os 27 CAU/UF (CAU/BR, 2022). Em sua primeira gestão (2011 – 2014), Oscarito foi eleito como conselheiro federal titular e teve como suplente a arquiteta Ana Karina Rodrigues (CAU/BR, 2011). Na segunda gestão (2015 – 2017), o arquiteto José Alberto Tostes foi o conselheiro federal titular e Oscarito, seu suplente (CAU/BR, 2015).

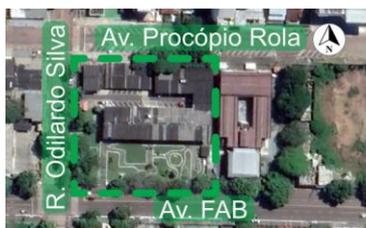
Atualmente, aos 74 anos de idade quando da redação deste trabalho, o arquiteto continua ministrando aulas na Universidade Federal do Amapá. No entanto, devido à idade, já se aproxima da sua aposentadoria

PROJETOS NO PERÍODO DO TFA

Nos mosaicos 1 e 2, identificam-se os principais projetos do arquiteto no período do TFA. Antes de se passar às considerações acerca dos projetos, é importante salientar que aqui se identificam apenas os principais projetos do período do TFA. Após a estadualização do TFA, houve a elaboração de vários projetos arquitetônicos para dotar o recém-criado estado de infraestrutura.

Iniciando-se pela Reforma da Prefeitura de Macapá, tal edificação foi um marco para o início de atuação do arquiteto. Como foi com a Praça da Bandeira, a intervenção foi feita em parceria com Antonio Duarte Brito Filho durante o período em que ambos estiveram na Prefeitura de Macapá e na gestão do prefeito Cleiton Figueiredo. A intervenção consistia em um envelopamento da edificação original, cujos pilares externos serviriam de apoio à cobertura.

Entre aspectos que o arquiteto pontuou está o uso de telhas de fibrocimento e autoportante do tipo Kalhetão, semelhante às que Severiano Mário Porto utilizou no Setor Norte da UFAM (CERETO, 2022). Tais telhas, segundo Oscarito, estavam sendo muito utilizadas à época e viriam a figurar novamente nas edificações de ensino médio que viria a conceber mais tarde em sua carreira. Também ressaltou o uso de esquadrias de aço e alumínio.



Localização da edificação

Fonte: elaborado pelo autor.



Prefeitura pré-intervenção

Fonte: acervo Terr. Federal do Amapá



Prefeitura atualmente

Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1977

CONSIDERAÇÕES

Projeto elaborado em coautoria com Antonio Duarte Brito Filho



Localização da praça

Fonte: elaborado pelo autor.



Praça da Bandeira pré-interv.

Fonte: acervo Terr. Federal do Amapá



Praça da Bandeira atualmente

Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1977, 78 ou 79

CONSIDERAÇÕES

Projeto elaborado em coautoria com Antonio Duarte Brito Filho



Localização da edificação.

Fonte: elaborado pelo autor.



Rádio e TV Equatorial original

Fonte: acervo de Oscarito Antunes



Rádio e TV Equatorial atualmente

Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1978

CONSIDERAÇÕES

Mosaico 1 - Principais projetos de Oscarito Antunes no TFA

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Notas: "P" significa data de projeto.



Localização da edificação.
Fonte: elaborado pelo autor.



Superintendência IBAMA original
Fonte: acervo de Oscarito Antunes.



Superintendência IBAMA atual
Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1984

CONSIDERAÇÕES

O arquiteto teve o seu projeto selecionado dentro de um concurso de projeto arquitetônico.



Localização da edificação.
Fonte: elaborado pelo autor.



PRODAP
Fonte: acervo de Oscarito Antunes.



PRODAP atualmente
Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1986

CONSIDERAÇÕES

Sendo o primeiro grande projeto elaborado para o Governo do Amapá, marca o início de seus projetos para o Governo do Amapá.



Localização da edificação
Fonte: elaborado pelo autor.



Edificações p/ 4º Batalh. de Políc.
Fonte: acervo de Oscarito Antunes



Edificações p/ 4º Batalh. de Políc.
Fonte: acervo do autor, 2022.

P-1986

CONSIDERAÇÕES

O projeto se localiza em Santana/AP

Mosaico - 2 - Principais projetos de Oscarito Antunes no TFA

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Nota: "P" significa data de projeto.

Já internamente o arquiteto ressaltou o uso de divisórias em vez do uso de alvenaria convencional; o que permitiu uma maior flexibilidade à edificação. Todavia, embora tenha sido uma obra de reforma, o projeto de intervenção contemplava a construção de um novo prédio anexo. Quando indagado se teve influências específicas sobre o projeto, tal relatou que não teve e que buscou ser mais funcional, inclusive com a consulta dos usuários para elaborar o programa arquitetônico.

Sendo um dos projetos que mais se orgulha e marcando o início da carreira do arquiteto no Amapá, a Praça da Bandeira foi projetada em parceria com Antonio Duarte Brito Filho assim como outros projetos que foram feitos durante a sua permanência na Prefeitura de Macapá (1977 – 1979) na gestão do prefeito Cleiton Figueiredo. Sobre a praça, Brito Filho (2002), em uma seção do jornal Folha do Amapá, traz algumas considerações:

“[...] Vale esclarecer que até 1976 o espaço da praça não tinha infraestrutura, o piso era de terra, não tinha palanque fixo e durante as atividades cívicas improvisava-se um em madeira. Existiam poucas árvores de pequeno porte plantadas. O nome até então era conhecido como ‘praça em frente ao palácio’.

Em 1976 o então prefeito Cleiton Figueiredo de Azevedo autorizou a equipe técnica do município a desenvolver o projeto definitivo da praça, ficando o projeto arquitetônico e urbanístico a cargo do arquiteto Antonio Duarte Brito e Oscarito A. do Nascimento, projeto este que deu origem à Praça da Bandeira que aí está.

Observa-se que os grandes espaços internos foram concebidos em função das atividades inerentes à Praça Cívica, como a militar e a escolar, sem esquecer da social, motivo das áreas laterais. Ressalte-se ainda que as atividades do carnaval antes eram feitas em ruas diversas, sem iluminação e só com um pequeno palanque de madeira. Por isso foram incluídas no projeto da Praça da Bandeiras as arquibancadas em concreto em frente à Avenida FAB, que juntamente com o palanque, também em concreto, foram comprovadamente utilizadas durante os desfiles até a construção do Sambódromo no Marco Zero [...]” (BRITO FILHO, 2002, p. 4).

A sede da Rádio e Tv Equatorial, por sua vez, foi outro projeto importante para o arquiteto. Sendo essa vinculada à TV Cultura no estado, passou por algumas ampliações desde a concepção inicial. Pontue-se que tal edificação utiliza beiral duplo, solução projetual típica para a região amazônica.

Também sendo um dos projetos de que mais se orgulha e fruto de um concurso de arquitetura na década de 1980, embora não tenha sido contemplado na entrevista, tal edificação se revela particularmente interessante por, originalmente, apresentar uma cobertura semelhante à que Severiano Mário Porto usou na sede da SUFRAMA (CERETO, 2020). No entanto, atualmente se apresenta com o uso de platibanda, não sendo possível identificar se a cobertura foi trocada ou apenas escondida.

Outro projeto de que se orgulha bastante é o prédio do atual PRODAP. À época de sua criação, tal se chamava Centro de Processamento de Dados (CPD) e foi criado na gestão de Anníbal Barcellos (1979 – 1985) à finalidade de informatizar o serviço público amapaense (SANTOS, 2001, p. 81). Segundo Oscarito, embora não tenha sido o primeiro projeto para o Governo do Amapá, esse foi um marco inicial de seus serviços para o Governo, que, em 1988, viria a se tornar Estado.

Quanto à iniciativa do projeto, o arquiteto recebeu o convite para projetar por meio de notória especialidade. Tendo sido necessário pesquisar bastante acerca de outras instalações como ar-condicionado e cabeamentos referentes à informática, segundo o arquiteto, foi uma edificação com a qual aprendeu bastante. Como à época não se tinha a facilidade de acesso à informação que há hoje com a internet, fez-se necessário viajar para Brasília a fim de aprender mais sobre tais instalações.

Sendo elaborado em coautoria com arq. Antonio Brito, a edificação apresenta o uso de telha cerâmica e, ao mesmo tempo, o uso de platibanda, sendo que a ideia do uso de telha cerâmica veio de Antonio Brito. Também é possível notar o uso de brises na fachada frontal, que, de acordo com o arquiteto, queria passar a imagem de uma edificação hi-tech. Ainda que se tenha havido a intenção de uma fachada hi-tech, a edificação traz influência do Neocolonial como o arquiteto pontuou. Trazendo uma influência da Praça da Bandeira, a entrada da edificação apresenta um pedestal de bandeira. À época, quem chefiava o que viria a se tornar o CPD era Marcio Masataka Onuka, cuja residência o arquiteto projetou em 1978.

Por fim, há edificações para a polícia militar. Sendo edificações com coberturas de quatro águas e localizando-se em Santana/AP, atualmente tais edificações se encontram destelhadas e, ao lado, um novo prédio foi edificado para abrigar as funções da polícia militar.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o arquiteto dispõe em seu acervo técnico muitas outras edificações, que, para o presente capítulo, foram limitadas até o ano do fim do TFA, isto é, 1988 com a Constituição Federal. A título de conhecimento, alguns projetos do período após a estadualização se mostram dignos de nota: Estádio Milton de Souza Corrêa (“Zerão”), cujo projeto é de 1989 e que foi elaborado em coautoria com o arq. Chikahito Fujishima e o arq. Manoel Ubiratan Homobono; a Defensoria Pública do Amapá, cujo projeto é de 1990; e o Tribunal de Justiça do Amapá, cujo projeto é de 1990 e, após problemas na construção, teve o seu projeto arquitetônico re-elaborado pelo arq. Adaurly Salles Farias, levando à coautoria com Oscarito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que aqui foi tecido, observa-se como a atuação do arquiteto Oscarito Antunes do Nascimento permeou tanto TFA (enfoque do presente capítulo), quanto a estadualização do Amapá. O TFA teve projetos como a reforma da sede da prefeitura de Macapá (P-1977), o projeto paisagístico da Praça da Bandeira (1977, 1978 ou 1979), a sede do IBAMA (1984), o Prodap (1986), o projeto arquitetônico para a exploração aurífera da Mineradora Novo Astro entre outros. Já a estadualização trouxe novos projetos como Estádio “Zerão” (1989), a Defensoria Pública do Amapá (1990) e o Tribunal de Justiça do Amapá (1990).

Assim, observa-se a importância do estudo de seus projetos e de outros arquitetos que também participaram da produção das cidades amapaenses, principalmente a macapaense. Pontue-se também que novos estudos sobre a produção arquitetônica de Oscarito se fazem necessárias para a ampliação da compreensão de sua obra no Estado do Amapá, dada a sua amplitude. Além disso, mostra-se também importante para novos estudos a correlação econômico-arquitetônica do período de estadualização e a produção arquitetônica à época para servir de infraestrutura para tal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, João Paulo de Almeida; PORTO, Jadson Luis Rebelo. Organização espacial da sub-região de Macapá (ap), na amazônia setentrional amapaense (da gênese a estadualização). **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 34, 1 set. 2017. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236499424283>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22 maio 2021.

BRITO FILHO, A. D. **Folha do Amapá**. Macapá, 22 mai. 2002.

CAU/BR - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasília). **Plenário (Conselheiros Federais) – Primeira Gestão (2011-2014)**. 2011. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/primeiragemtao/>. Acesso em: 14 out. 2022.

CAU/BR - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasília). **Falece o arquiteto e urbanista Milton Monte**. 2012. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/falece-o-arquiteto-e-urbanista-milton-monte/>. Acesso em: 30 set. 2022.

CAU/BR - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasília). **Plenário (Conselheiros Federais) – Segunda Gestão (2015-2017)**. 2015. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/segundagemtao/>. Acesso em: 14 out. 2022.

CAU/BR - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasília). **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. Brasília: CAU/Br, 2022.

CERETO, M. P. **Severiano Mario Porto: [Re]Pensando a arquitetura [moderna] na Amazônia**. 2020. 531 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Alegre, 2020.

CHELALA, C. A. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

CREA AP/PA. **Boletim Informativo**. nº42. Belém, out. 1990.

FERREIRA FILHO, M. G.. **Curso de Direito Constitucional**. 223 ed. São Paulo:Saraiva, 1985.

JORNAL DO POVO. Macapá, 24 dez. 1980.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

NASCIMENTO, O. A. **Currículo Lattes de Oscarito Antunes do Nascimento**. 2017. Disponível em:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=42568677C64FD0D92FC0A11ECAA80781.buscatextual_5. Acesso em: 28 maio 2022.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2002. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. p. 11987-12009.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. 6ª. ed. Macapá: Valcan, 2001.

TOSTES, J. A. **Homenagem aos dez anos do Curso de Arquitetura e Urbanismo no campus de Santana: A origem e implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá**. 2014. Disponível em: < <https://josealbertostes.blogspot.com/2014/05/homenagem-aos-dez-anos-do-curso-de.html> >. Acesso em: 26 dez. 2022

TOSTES, J. A. **A arborização no desenvolvimento da cidade de Macapá**. 2017. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2017/08/a-arborizacao-no-desenvolvimento-da.html?q=COLE>. Acesso em: 12 out. 2022.

TOSTES, J. A. **Quem contratou Vilanova Artigas para os projetos na cidade de Macapá?** 2021. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2021/11/quem-contratou-vilanova-artigas-para-os.html?q=cole>. Acesso em: 12 out. 2022.

UNIFAP, Universidade Federal do Amapá. **Edital de Processo Seletivo 2017 – PS UNIFAP 2017**. Macapá, AP: UNIFAP, 05 jan. 2017.

UNIFAP, Universidade Federal do Amapá. **Histórico da UNIFAP**. 2022. Disponível em: <http://www.unifap.br/apresentacao/>. Acesso em: 12 set. 2022.

Capítulo 05

O PAPEL DA LBA NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

João Wilson Savino Carvalho
Solane Soraia Coutinho Carvalho

INTRODUÇÃO

A Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) foi uma instituição que durante várias décadas prestou uma grande variedade de serviços para a parcela mais pobre da população brasileira. Embora criada para prestar assistência aos soldados da Força Expedicionária Brasileira e seus familiares durante a Segunda Guerra Mundial, evoluiu para se tornar uma grande rede de assistência social federal com superintendências em todos os estados do Brasil.

No Amapá criou os primeiros postos de puericultura, vários centros de ação social, onde inúmeros programas assistencialistas voltados para a população mais pobre foram desenvolvidos. Se estendendo para o interior do Estado, alcançou comunidades remotas, como Jaburuzinho, comunidade do arquipélago do Bailique, na época de difícil acesso, ou a comunidade de Rio Preto, no município de Mazagão, e em todas as comunidades que se instalava desenvolvia programas de nutrição infantil (distribuição de leite e acompanhamento nutricional), apoio a crianças especiais e a idosos, assistência social, educação para o trabalho (cursos rápidos para ocupação e geração de renda), fornecimento de documentos básicos para pessoas carentes, atuando de forma direta nas consequências do problema da desigualdade social, tanto na área urbana como rural, ajudando a fixar os trabalhadores no campo e diminuindo a pressão social nas áreas de ressaca da Capital.

Ainda assim, todo o trabalho desenvolvido na área rural do Amapá pela LBA em cinco décadas de existência hoje parece esquecido. Projetos aparentemente simples, como os cursos de trabalho e geração de renda, concatenados à formação de grupos de trabalho, bastante eficazes na promoção da cidadania nas comunidades do interior, e que foram resultado de um longo aprendizado, principalmente em termos de integração das ações entre as várias instituições que atuam na área e promoção da solidariedade comunitária, merecem ser revisitados para ampliar o conhecimento sobre o programa de desenvolvimento rural da LBA no Amapá, e sobre as determinações de seus sucessos e fracassos.

Nesse sentido é que o presente texto parte de uma análise das contradições técnicas e políticas da LBA nacional e local, por conta de sua origem e formação, passando por uma breve discussão sobre a questão da assistência social e a formação da cidadania, para então colocar como exemplo alguns dos projetos mais relevantes de desenvolvimento rural implantados pela LBA na área rural do Amapá, com base em depoimentos de servidores técnicos, administradores e representantes comunitários da LBA/AP, focando os resultados e os principais obstáculos para que essas ações de desenvolvimento rural tivessem sequência e consequência para as comunidades em que esses projetos foram desenvolvidos.

A FLBA E SUAS CONTRADIÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS

Durante toda a sua existência, a LBA viveu uma crise existencial pelo conflito entre sua origem assistencialista e populista e a gradativa tomada de consciência de seus técnicos, cuja formação os instigava à superação da ação social pontual pela implantação de verdadeiros programas de assistência social, buscando a efetivação dos direitos sócio-assistenciais e promoção da cidadania, com a integração com os programas de outros órgãos, mesmo os de outras áreas, como a Embrapa ou universidades.

No Amapá, a compreensão da necessidade de apoio às comunidades rurais para evitar o inchaço das periferias da Capital, levou à LBA a ampliar sua atuação na área rural, buscando a integração dos programas de educação para o trabalho e de desenvolvimento comunitário, com programas de extensão rural da antiga ASTER/AP e das prefeituras em áreas rurais, que resultaram, por exemplo, na implantação das chamadas “casas de farinha” em todas as comunidades da Região do Pacuí (área rural do município de Macapá).

A evolução para os Grupos de Trabalho, e depois com o programa de Microempresa Social resultou no que hoje é chamado de “agroindústria de farinha”. Certamente esse processo de superação que levou os agricultores de localidades como “Corre-água” no rio Piririm, da fabricação de farinha com a tecnologia indígena chamada “tipiti” (instrumento feito de fibras trançadas, no formato de uma cobra, utilizado para secar a mandioca) e ralo manual, passando pela “casa de farinha comunitária” administrada em cooperativa pelos próprios moradores, até a condição de agroindústria, não seria possível sem os programas de desenvolvimento comunitário instalados pela LBA nessas comunidades.

E esse sempre foi o dilema dos técnicos da LBA: passar das ações sociais meramente assistencialistas e vulneráveis à manipulação político-partidária para ações de desenvolvimento da cidadania, mesmo atuando em uma instituição cuja origem no populismo de Vargas parecia condená-la a ser um eterno trampolim para candidatos governistas, que recebiam a direção da superintendência da LBA em seu estado como uma garantia de eleição.

A LBA: ASSISTÊNCIA SOCIAL OU PROMOÇÃO DA CIDADANIA?

A FLBA foi criada em um momento histórico para a assistência social no Brasil, em 28 de agosto de 1942, em meio à participação do Brasil na Segunda Grande Guerra, quando as demandas por apoio aos desvalidados começa a impor a necessidade de uma mudança nas políticas do Estado em relação aos excluídos. É quando as questões de política social passam a ser concebidas não mais como uma questão de polícia, mas sim como uma questão de ação social integrada por parte do Estado, o que inclui desde a formação de profissionais de assistência social até a reorganização de recursos para garantir essas ações. Sua missão legionária da sociedade, como uma instituição destinada a apoiar os familiares de pracinhas durante a II Guerra Mundial, evoluiu rapidamente devido as exigências da época, em que a assistência social no Brasil dependia exclusivamente das redes de solidariedade civil, composta pelas Santas Casas e outras instituições de beneficência.

Por conta dessa situação singular, a LBA acabou se firmando como uma instituição de assistência social federal, que recebia recursos públicos para prestar vários tipos de serviços de

assistência social, mas que também podia mobilizar recursos privados mediante colaboração com outras instituições. A institucionalização da LBA como órgão assistencial do SIMPAS ocorre somente com a Lei n. 6.439/1977, ao expor que compete à Legião Brasileira de Assistência – LBA, prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, independentemente da vinculação destas à outra entidade do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SIMPAS.

A esse respeito é interessante assinalar que a LBA nasce sob o comando das esposas dos governantes e no bojo do projeto populista de Vargas, não apresenta projetos específicos de trabalho e é instituída com um duplo vínculo: com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (ao qual estava cometida a assistência social) e com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável pelo ordenamento da fonte e da aplicação dos recursos. Por essa forma de criação, a LBA tem sua previsão de recursos financeiros pela contribuição, em cotas iguais de empregados, empregadores e União, tendo por base 0,5% sobre o salário do empregado (Decreto-Lei n. 4.830 - 15.10.1942).

A LBA foi criada em uma forma “sui generis”, justificada com a necessidade de apoio aos familiares, viúvas e órfãos dos soldados que partiram para a Itália, para lutar pela pátria, logo foi expandida por meio da mobilização das primeiras damas estaduais (as esposas dos interventores, as “madrinhas”) e da criação das comissões estaduais e municipais, que depois se tornariam as Superintendências Estaduais, apoiadas pelos empresários locais componentes da elite governante.

Importa lembrar que esse período é o da “industrialização oportunista” vivido pelo Brasil, no rastro da crise de 1929, da Segunda Grande Guerra, e do impacto no mercado internacional de exportação primária, que no plano interno reflete na conjuntura geral do populismo experimentado pelo Brasil, cujo governo precisa criar uma imagem de participação das massas no projeto de poder, na medida em que as ideologias liberais, marxistas, fascistas, nacionalistas, estão prontas a confrontar esse projeto. O governo Vargas, além de definir autocraticamente os interesses do povo, precisa apresentar meios concretos de viabilizar o enfrentamento da desigualdade social, sem descambar para o conflito entre as classes.

Assim, se destaca um interessante aspecto dessa composição da futura instituição federal de assistência social: o voluntariado. Talvez por esse surgimento e evolução plasmada na figura da “madrinha” (aquela a quem se recorre quando faltam os pais), e do papel da mulher na sociedade dos anos quarenta, a LBA acaba constituindo seu quadro de servidores em um processo que já naquela época se consideraria inadequado. Contando com um voluntariado qualificado e de uns poucos funcionários em disponibilidade, a LBA vai se configurando como um excelente meio de concretizar uma aliança entre o Estado e a sociedade civil, à medida que seu quadro de servidores vai se formando por meio de arranjos políticos até alcançar um formato estável, mais ou menos institucionalizado, no qual o ingresso nos quadros da LBA era feito por meio de indicações, inclusive do próprio servidor que deixava o cargo por aposentadoria. Esse tipo de ingresso perdurou até meados dos anos oitenta, a ponto do então presidente Marcos Villaça ⁵⁸, em seu discurso de posse, classificar esse procedimento como uma indecência.

Essa prática sempre esteve tão arraigada na cultura da instituição, que mesmo após a sua supressão por conta da vigência da Constituição Cidadã de 1988 e do preceito

⁵⁸. Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça. Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA – 1985 a 1988.

constitucional que vedava expressamente o ingresso de servidores sem concurso público, a LBA continuou suprindo suas necessidades de pessoal por meio da contratação de prestadores de serviços, diretamente, como instrutores/supervisores, por prazo limitado. Embora as necessidades de pessoal fossem claras, não se tem notícia da contratação de servidores por meio de concurso público para o quadro da LBA.

Essa postura descaradamente fisiologista e clientelista reinante em todas as superintendências estaduais, entretanto, parecia não influir muito na eficácia das ações da LBA, como era de se esperar. Muito ao contrário, os servidores adquiriam um espírito de corpo muito e forte, onde se incluía um zelo com o patrimônio da instituição e respeito hierárquico. Essa estranha contradição faz parte da cultura da Instituição LBA, e se manifesta principalmente na relação entre os técnicos da LBA e os membros da comunidade por ela assistida.

Em uma pesquisa realizada por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por meio do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, tendo como universo de pesquisa cinco superintendências estaduais (incluindo a do Amapá), visando uma reflexão sobre a identidade e a efetividade das ações da LBA no enfrentamento da pobreza brasileira, foi constatado o seguinte:

Nos programas sociais da LBA, encontramos um padrão do tipo mais clientelístico do que de parceria, onde o que aparece é uma espécie de “rede de cumplicidade/lealdade” entre Governo e Comunidade. Aí, de fato, é possível notar-se, em graus diferentes, uma cumplicidade: a LBA precisa do cliente pobre para justificar sua existência e o povo precisa dela, como a “mãe dos pobres” (SPOSATI; FALCÃO, 1989. p.85)

Nesse sentido, vemos em Carvalho (1993, pag. 160), que a história da Fundação LBA é marcada por fases de institucionalização e populismo que se repetem ciclicamente, sempre sob a ameaça de extinção, com repasse de seu patrimônio e funções aos respectivos estados, e distribuição de seus servidores a outros órgãos do SIMPAS, o que finalmente acontece em 1989. Entretanto, em todas essas fases, em uma visão retrospectiva da FLBA no Brasil, resta bem clara a imagem do espaço político significativo ocupado por ela não apenas em termos do bônus político que resultava da assistência à parcela mais carente da população brasileira, mas também da base que ela fornecia a essa parcela da população em termos de possibilidades de trabalho e geração de renda.

De fato, se a FLBA tinha todo um departamento de Educação para o Trabalho, que foi gradativamente assumindo uma importância cada vez maior dentro da direção nacional e das superintendências estaduais, na medida em que crescia entre os técnicos da FLBA a consciência de que seu trabalho não deveria se reduzir a ações meramente assistencialistas, e que era preciso não apenas nas ações de promoção social das comunidades, mas, principalmente, agir como elemento de ligação na articulação das diversas instituições que fornecem apoio para as populações das periferias urbanas e da área rural (cada vez mais desassistidas), e que a FLBA não poderia ficar assistindo inerte o êxodo rural inflando as periferias das grandes cidades, potencializando os problemas sociais em todo o país, tornando inócuo ou desproporcional o esforço em minguar o sofrimento dessa parcela da população.

No Amapá a história não foi diferente. Apesar de ser claramente vista pela classe política como instrumento de manutenção do poder, e tratada como uma garantia de

eleição de candidatos governistas, por conta de sua imensa penetração nas periferias urbanas, e pela sua rede de “representantes comunitários”, nas pequenas comunidades do interior assistidas pela FLBA/AP, os técnicos da instituição conseguiram desenvolver um trabalho de integração das ações da FLBA/AP com outros órgãos, federais ou municipais, de tal forma que essas ações resultaram em sementes que geraram frutos que permanecem até hoje, principalmente em termos de ações de trabalho e geração de renda para comunidades carentes.

AS AÇÕES DA FLBA/AP COM REPERCUSSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ.

Embora a FLBA/AP estivesse articulada sob a lógica da departamentalização de atividades, com os Departamentos de Serviço Social, de Nutrição Materno Infantil, de Apoio aos Excepcionais e Idosos, de Apoio Jurídico, e o Setor de Educação para o Trabalho, por conta da frequente participação de seus técnicos em encontros promovidos pela direção nacional, acabava prevalecendo a lógica da integração eficaz, tanto entre os departamentos da instituição como em relação aos outros órgãos de atuação na região. A percepção dessa necessidade, na realidade, começou a acontecer entre os técnicos da linha de frente da LBA no interior do Amapá, como se pode observar no depoimento a seguir:

A LBA acabou realizando um grande trabalho em prol do desenvolvimento do Amapá, mas isso não aparece porque ela atuava na base do enfrentamento da pobreza, o que não chama muito a atenção. É o caso da apicultura no Bailique, onde a LBA, em uma ação conjunta com a Diocese, contratou um técnico em apicultura. Foram beneficiados 60 ribeirinhos e a região passou a exportar mel. Até hoje existem apicultores levantando renda com a produção de mel. Lá mesmo no Bailique, a LBA fez 10 creches. Ora, com a creche, o cuidado com a geração seguinte está mais ou menos garantido para os pais produzirem. Quando surgiu o programa de microempresas sociais, os que recebiam financiamento pagavam com material para as creches, alimento e material de consumo. Aliás, com os programas de Educação para o Trabalho a LBA chegou a fornecer um barco para uma família de pescadores no Oiapoque, por meio de um curso de carpintaria naval. E as ações preventivas, que eram muitas? Lá no Bailique fizemos cursos de confeccionador de mosquiteiros. Combatíamos a malária e incentivávamos a participação em nossos cursos de hortas medicinais. O Sacaca⁵⁹ foi um dos instrutores. E se o problema era a falta de documentos no interior, levávamos os cartórios em nossas campanhas, para fazer o registro civil de quem não tinha. E com os cursos de parteiras leigas, que fornecíamos todo o material, atuamos na diminuição da mortalidade infantil. Claro, tinha também o programa de leite e de acompanhamento da nutrição. Mas o principal em tudo isso era que estávamos mostrando o caminho da descentralização das ações na instituição e a integração entre os órgãos como o verdadeiro caminho para o enfrentamento da pobreza (Ney Grarany Penafort, Instrutor Supervisor da FLBA/AP, lotado no Setor de Educação para o Trabalho nos anos oitenta, em entrevista em abril de 2023).

⁵⁹ “Sacaca” (Raimundo dos Santos Souza) foi um conhecido e respeitado raizeiro de Macapá que deu nome ao Museu Sacaca de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá, e que foi várias vezes contratado pela LBA/AP como instrutor de cursos de plantas medicinais.

Possivelmente, o sucesso dessa superação da departamentalização da FLBA/AP pela integração das ações tenha determinado a transformação da organização da Superintendência Regional do Amapá em uma estrutura por áreas, com a administração constituída em quatro gerências regionais que abarcavam a área de todo o Amapá. Os bairros de Macapá, a capital, foram divididos por essas quatro gerências regionais. Da mesma forma os demais municípios e suas comunidades, passando esses gerentes regionais a atuar com todos os programas desenvolvidos pela LBA/AP em cada comunidade, facilitando o atendimento integral do cliente da LBA no Amapá. Com essa nova estrutura a LBA/AP esperava resolver definitivamente o problema da pulverização do atendimento de sua clientela, que acabava focada apenas no preenchimento de indicadores, uma situação que favorecia a apresentação de um número absurdo de atendimentos contrastando com a realidade da população atendida.

Com essa nova estrutura não seria mais possível preencher indicadores apresentando como distintos atendimentos quando um mesmo cliente era beneficiado pelo Setor de Educação para o Trabalho com um curso de educação para o trabalho e, ao mesmo tempo, recebia do Departamento de Apoio Jurídico a documentação necessária para trabalhar. O principal objetivo, entretanto, era a integração das ações da LBA no atendimento do cliente em termos de formação de cidadania.

Embora trabalhando com uma nova estrutura operacional, na qual gerentes regionais eram responsáveis pelo planejamento e pela execução dos programas da LBA no Amapá, então dividido em quatro áreas (regiões), esses programas continuaram os mesmos, apenas com algumas atualizações pontuais e adaptações conforme as necessidades regionais. O pressuposto era que assim a LBA poderia executar esses programas de forma integrada e proporcionar um atendimento mais eficaz de verdadeira promoção social à sua clientela.

E, de fato, a amplitude dos programas da LBA no Amapá exigia tal concepção de atendimento. Analisando o depoimento de um antigo morador de Tessalônica do Rio Flexal, vemos bastante clara a necessidade do trabalho integrado dos vários programas da LBA no interior do Amapá, e a fragilidade dos programas isolados:

O biodigestor que fizeram aqui em Tessalônica foi esse aí, ó... (aponta uma cúpula de 2 m de base, com tubos em pvc quebrados). Ele chegou a funcionar botando gás para o nosso fogão. Mas era muito complicado, e quando o gado quebrava os tubos, eles não vinham consertar. (Comunitário de Tessalônica em entrevista em 1989, citada em CARVALHO, JWS, 1993, p. 139. Destaque nosso).

Em Tessalônica, no final dos anos setenta, o Setor de Educação para o Trabalho, atuou de forma efetiva na promoção de cursos simples voltados para a construção e operação de um biodigestor com o qual se pretendia o aproveitamento do esterco e a autossuficiência da pequena vila de criadores de gado, mas a ação acabou não tendo a eficácia esperada, pela não ocorrência concomitante de ações de desenvolvimento comunitário, que eram desenvolvidas pelo Departamento de Serviço Social, e que possuía seu próprio planejamento. Com a modificação da estrutura operacional da LBA no Amapá, se previa que essas limitações seriam superadas.

Um projeto extremamente significativo que serve como exemplo para essa nova mentalidade que passa a organizar a integração das ações assistenciais com ações de

extensão rural, no sentido de uma autonomia cada vez maior das populações rurais do Amapá, é o Projeto de Suinocultura Rotativa da Região do Pacuí:

Eu acho que um dos melhores trabalhos que desenvolvi no interior do Amapá foi em parceria com o Zildekias Araújo, que na época era o Chefe da Educação para o Trabalho da LBA. Esse era um exemplo de verdadeira ação de promoção social nas comunidades do interior do Amapá. Criamos um sistema chamado de suinocultura rotativa, uma ação em que nós adquiríamos e levávamos as matrizes suínas para uma comunidade, onde um grupo de trabalho⁶⁰ cuidava delas até que gerassem as crias, aí então levávamos para a comunidade seguinte, repetindo o processo. Com isso, as comunidades da região do Pacuí envolvidas nessa ação foram beneficiadas e passaram a ter criação de suínos de alta qualidade.

Quando tomamos conhecimento de um projeto da SAGRI/PA, de incentivo à suinocultura com raças de grande porte, mas rústicas o suficiente para adaptação em nossa região, nos anos setenta, o SET/LBA/AP estava direcionando seus cursos de educação para o trabalho para a área de do conhecimento agropecuário, disseminando técnicas de ovinocultura, cunicultura, avicultura e suinocultura, principalmente na microrregião do Rio Pacuí (São Joaquim do Pacuí, Ponta Grossa, Corre Água e Itaubal do Pírim), além do povoado de Curralinho. Essa seria a base territorial para o que eu considero a melhor experiência inovadora da LBA no Amapá.

Educadores instrutores foram recrutados e treinados para ministrar os cursos necessários. Na microrregião eleita a LBA instalou Centros Comunitários e as pocilgas. Havia um projeto de rizicultura no Gurupora, que forneceria o material para a cruzeira, e se buscou aprimorar a produção de maniva com sementes trazidas de Bragança/PA. Com as sobras de hortaliças e material dos aviários, se chegou a uma ração caseira para os porcos. Com cursos de carpintaria, eletricitista, pintor, etc, foram construídos os centros sociais de Santa Luzia do Pacuí e Ponta Grossa do Pírim e até uma escola.

Até certo ponto foram positivos os resultados ou o andamento dos projetos de suinocultura instalados. Ao longo de ano, ano e meio as seis (6) porcas Duroc/Large White deram três crias, ou tiveram três gestações exitosas com ótima média de leitões, ao redor de seis (6) leitões por porca, por gestação. Numericamente: seis leitões por porca, significando dizer que ao final do período obteve-se cerca de 108 leitões Duroc/Large White.

Não era tudo onde se poderia chegar e o que se poderia ter visto que o cruzamento genético desses animais deveria se dar a partir já da primeira geração de leitões; todavia, um bom resultado sob o ponto de vista do rebatimento que o projeto deveria ter nas próprias localidades, dessa vez para usufruto pessoal de alunos participantes dos projetos e, também para fomentar a expansão do projeto para outras localidades no Amapá.

No Carmo do Macacoari e, em Tesselônica, por exemplo, essa expansão se daria imediatamente em função da atuação ampla que a LBA mantinha ali, e, da parte do SET muito porque essa suinocultura complementar vantajosamente outro projeto inovador, que se constituía da construção e funcionamento de biodigestores de modelo chinês, com a denominação inicial de Biogás Rural.

⁶⁰ O Grupo de Trabalho era uma atividade de rotina do Setor de Educação para o Trabalho da LBA/AP. Quando era ministrado um curso visando geração de renda em uma comunidade do interior, ou na periferia da Capital, e os técnicos da LBA observavam a possibilidade de formar um grupo interessado em dar continuidade ao trabalho que tinham acabado de aprender, era formado um Grupo de Trabalho, que então continuava a receber apoio para o desenvolvimento da atividade de geração de renda, tanto da LBA como de instituições parceiras.

É necessário que se diga que esse projeto pioneiro no Amapá jamais careceu de recursos financeiros para seu custeio e avanço. A LBA era uma instituição sólida em todo o território nacional, assim como o seu Departamento Nacional de Educação para o Trabalho que, a esse respeito, tinha um potencial considerável e competente para a preparação para a educação para o trabalho a partir dos arquivos do setorial instalado em cada Superintendência Estadual, entre elas o SET/LBA/AP, durante muitos anos coordenado e orientado por técnicos competentes, como o Prof. Zildekias Alves de Araújo e a Prof^a. Nazaré Pacheco.

Porém o projeto, depois de ano e meio instalado, viu-se claramente o seu fracasso ante a dificuldade de socorrê-lo com medidas saneadoras na área da entomologia – e não seria possível face a precariedade técnica dos órgãos técnicos gestores da agropecuária no Amapá.

O longo do tempo, ainda que curto, já se verificava que a grande mutuca tabânia ou mutuca-de-cavalo era um tormento para esses porcos, mais ainda para os da raça Large White por causa de sua pelagem branca e menos densa em relação aos da raça Duroc. De um modo geral, em função de pelagem e estrutura da pele, e seu porte grande, os animais adultos pareciam incapazes de superar o ataque desse inseto que agrediam mais quando atacavam a região das orelhas, virilhas, plexos e barriga; muito mais na sensível região das mamas das porcas, com obvio agravamento quando em lactação.

Essas mutucas eram grandes e fato, atingindo até três centímetros de comprimento, hematófagas, poderosas sugadoras de sangue, numerosas, muito prolíferas, e pior, ferroavam causando dor inquietante aos animais, tanto mais quanto mais jovens. Não havia no Amapá nenhum serviço de entomologia pecuária a que recorrer.

Logo se constatou o tamanho do problema se manifestando nas manadas de leitões, ainda sem maior cobertura e proteção, com pelagem, pele pouco ou não resistentes, volume ainda pequeno de sangue para tantas mutucas, nuvens delas, atacando no decorrer de um dia.

Várias consequências disso foram registradas e bem descritas em relatórios técnicos de acompanhamento: anemia brusca e acentuada dos leitões, crescimento retardado, ganho de peso sofrível, perda de peso, animais desassossegados, nervosos.

Outro grave intercorrência que escapou ao controle dos tratos culturais cotidianos deu-se no campo da imprevisão em relação ao crescimento muito rápido do volume de imentação da manada a partir da quarta gestação das seis porcas originais, quando se atingiu a casa dos mais de 120 leitões gerados. Reduziu-se a quase nada a “ração” produzida ou que se podia produzir. A alimentação diária à base de produtos in natura, brutos ou semi-elaborados, demonstrou-se incompatível com a genética daqueles animais, quanto, principalmente ao rendimento de carcaça desejado e potencial das raças, que inicialmente motivou a introdução daqueles animais no Amapá.

Não muito tempo depois já era realidade no Território os primeiros experimentos com a soja, assim como foi nova realidade a grande lavoura de arroz que se instalou bem ali, no Curicaca, na grande região do Rio Pedreira. Mas já era tarde. Os técnicos e coordenadores do SET/LBA/AP, de certo modo, foram desmotivados pelo domínio político-partidário ao qual sempre foi submetida a LBA, de cima a baixo, tanto na administração nacional como na estadual, e também da prepotência ou desinteresse da parte dos gestores da área agropecuária do então Território Federal do Amapá”. (Cesar Bernardo de Souza, servidor aposentado do Extinto Território do Amapá, entrevista em abril de 2023. Destaque nosso).

Não se faz necessário um grande exercício de interpretação sobre o depoimento do esforçado servidor público e engajado na concepção e execução de um excelente projeto de desenvolvimento rural do Amapá, até porque o servidor declara expressamente o porquê do fracasso do projeto no qual depositou tantas esperanças.

De fato, diz o autor que o motivo do fracasso do projeto foi o domínio político-partidário ao qual a LBA, tanto na Direção Nacional, que nessa época ainda funcionava no Rio de Janeiro, onde imperava politicamente um partido de oposição, como em cada Superintendência Estadual, onde os resultados dos programas e projetos estavam a mercê do jogo político-partidário. Ou seja, se havia congruência entre o posicionamento político-partidário do Superintendente Estadual com o cacique político local, o projeto teria seu sucesso garantido. Caso contrário, poderia até receber fartos recursos da Direção Nacional, mas não tendo apoio dos dirigentes locais, seria fatalmente condenado ao fracasso.

É significativo o fato de que a LBA continuasse mantendo sua Direção Nacional no Rio de Janeiro, mesmo no período pós-ditatorial, quando os órgãos federais, em sua maioria, já se encontravam sediados em Brasília. Ou seja, o liame da Direção Nacional da LBA com o partido político hegemônico no Rio era histórico, estabelecido no singular processo de formação dos quadros da LBA. E da mesma forma em cada superintendência estadual. Com isso, não se tratava de ter o poder político central para nomear o Presidente da LBA, ou cada superintendente estadual, para poder utilizar o poder eleitoral da LBA em todo o Brasil.

Logo no início da redemocratização, o primeiro presidente da Nova República supôs que poderia eleger uma rede de deputados constituintes por meio da LBA (entre outras articulações). No Amapá nomeou uma jovem socióloga para a Superintendência do Amapá que possuía uma boa competência técnica e um grande potencial para a política partidária, visando à eleição de um candidato que até possuía uma significativa história na política do Amapá. Entretanto, as articulações locais já se encontravam preparadas e orientadas em outra direção, determinando o fracasso do projeto.

Era comum dizer-se na época que quem tinha a LBA nas mãos tinha um candidato eleito, mas não foi o caso. Esse candidato, apesar do perfil atraente e dos esforços da equipe da LBA/AP a proposta esbarrou em uma sólida articulação feita por meio de associações de moradores e militância de base, que elegeu em seu lugar uma candidata de esquerda e oposição. Não do partido de oposição que imperava no Rio de Janeiro, mas seguramente uma candidata de esquerda.

Ao que tudo indica a capilaridade de poder obtida pela LBA nas comunidades por meio de sua rede de representantes comunitários funcionava nos dois sentidos, já que esses representantes, depois que reconhecidos como tal, tornavam-se também interlocutores da comunidade junto ao governo ou prefeitura. Isso realmente diluiu o papel político da LBA e seu potencial eleitoral em favor do poder central.

Em que pesem as graves denúncias de corrupção ocorridas na gestão de Rosane Collor⁶¹ na LBA (1991), o presidente Fernando Collor de Melo, parece que já chegou convencido que a LBA não era uma rede assistencial federal que pudesse ser manipulada aos interesses do poder central, e em dos seus primeiros atos definiu sua extinção, ao argumento de que suas ações deveriam ser função dos estados. A LBA foi formalmente pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, publicada no primeiro dia em que

⁶¹ Folha OnLine. <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po09062.htm>. Acesso em 06.05.2023.

assumiu o governo o presidente Fernando Henrique Cardoso. Os servidores da LBA foram redistribuídos a outros órgãos federais e seu patrimônio repassado aos estados.

Em recente visita à região do Rio Pacuí o autor constatou que poucas pessoas ainda lembram o projeto de suinocultura, embora reconheçam o papel fundamental exercido em suas vidas pela LBA/AP, principalmente em termos de oportunidades de geração de renda e emprego. Em conversa com um antigo agricultor da região, já em 2023, colheu o autor esse significativo depoimento:

A LBA fez muito aqui no Pacuí, principalmente ajudando a resolver cada conflito besta, tipo agricultores protestantes contra agricultores católicos, e introduziu o cultivo de arroz e da cana de terra firme, que a gente não tinha essas práticas. Mas, às vezes, eles ficavam chateados porque a gente preferia plantar mandioca. Só que eles não entendiam o lado da gente. Ter algumas tarefas de mandioca plantadas é como deixar no banco. Se não tem como vender a farinha, a gente deixa lá, a mandioca debaixo da terra, só crescendo, não se perde. Uma plantação de arroz, se chegar na safra e não der pra colher, beneficiar, transportar e vender, perde tudo”.

Essa e outras questões relativas à especificidade das condições da agricultura da região, que foram objeto de um lento aprendizado pelos técnicos da LBA, que praticamente se perdeu com a extinção da Instituição, certamente influenciaram decisivamente para que os projetos que continuaram a ser desenvolvidos com o apoio dos órgãos do estado e perduram até hoje fossem exatamente aqueles com os quais as comunidades já apresentassem uma tradicional identificação.

Enfim, em que pese a ingerência política na atuação da LBA, na área rural do Amapá, entre os muitos projetos de desenvolvimento rural implantados pela Instituição no interior, graças ao esforço de seus técnicos e pela opção feita ao nível da administração local pelas ações integradas, tendo como espinha dorsal as ações de desenvolvimento comunitário, perduraram as ações que apresentavam um perfil mais adequado à vocação da comunidade assistida, como é o caso dos projetos aqui colocados, como exemplo, no caso as “casas de farinha” da região do Bailique e a produção de mel do Bailique.

Quanto ao longo aprendizado desenvolvido nessa relação entre os técnicos da LBA e as comunidades rurais do Amapá, com a extinção abrupta da Instituição, a distribuição de seus técnicos para outros órgãos do SIMPAS, e o repasse da responsabilidade de suas ações para o governo e prefeituras, como não poderia deixar de ser, teve como resultado uma ruptura no processo efetivação dos direitos sócio-assistenciais e promoção da cidadania que durante cinco décadas foi construído como aprendizado e prática na atuação da LBA na área rural do Amapá.

CONCLUSÃO

Inevitável a conclusão do relevante papel desempenhado pela LBA no desenvolvimento rural do todo o Amapá, alcançando desde Oiapoque até Laranjal do Jari, ainda que um tanto concentrado na região que hoje constitui a área rural do município de Macapá, conhecida como “região do Pacuí”, executando projetos que, se não tiveram a

efetividade esperada, com certeza aumentaram significativamente as condições de vida e organização comunitária das populações atendidas.

Podemos atribuir esse nível considerável de efetividade das ações da LBA no enfrentamento da pobreza das populações rurais do Amapá, com melhoria das condições gerais de vida do homem do campo e diminuição da pressão sobre as periferias de Macapá e Santana, em que pese a imensa falta de estrutura proporcionada pelo Estado, à empolgação e ao esforço pessoal de cada um dos servidores da LBA, que, apesar de sua esdrúxula formação de quadros, conseguiu criar uma cultura de engajamento e de estreita relação entre os servidores e os líderes comunitários.

Esse tipo de cultura institucional, aparentemente inexistente nos quadros do recém-criado Estado do Amapá, e o não envolvimento com os projetos criados nos tempos da LBA, possivelmente determinaram seu gradual abandono. Os projetos que perduraram, então com outros nomes, mais adaptados às novas tecnologias e denominações, foram aqueles que as comunidades assumiram completamente, por ter desenvolvido formas auto-sustentáveis de produção, dependendo do apoio do governo só para escoamento dos produtos, como a produção de mel no Bailique, ou a produção de farinha na região do Pacuí, por exemplo.

É de considerar também a importância dos projetos de desenvolvimento comunitário desenvolvidos pela LBA nas áreas rurais do Amapá. Quando trazia o leite para as crianças, exigia o acompanhamento do crescimento com uma tabela impressa. Quando criava um grupo de trabalho para fazer funcionar uma “casa de farinha comunitária”, trazia cursos e eventos de promoção da solidariedade no trabalho comunitário.

A despeito da significativa atuação no enfrentamento da pobreza na área rural do Amapá, e das ações efetivas de verdadeira promoção da cidadania, não podemos deixar de assinalar a contraditória postura de, ao mesmo tempo em que desenvolvia projetos de promoção da cidadania, naturalizar e sacralizar a ação do órgão público como agente do partido político ocupante do poder central.

E assim, finalmente, podemos concluir que o foco que a LBA vinha aprimorando na integração de suas ações de educação para o trabalho com as ações de outras instituições com atuação na área rural do Amapá, no qual os programas de desenvolvimento comunitário representavam a base dos bons resultados apresentados, juntamente com o conhecimento acumulado e a sua estrutura de relacionamento com as comunidades rurais, simplesmente desapareceu quando aconteceu o repasse de suas atribuições aos estados e a distribuição de seus servidores aos outros órgãos do SIMPAS. Com essa perda, apenas os programas que já se apresentavam relativamente consolidados se mantêm produtivos até hoje, ainda que com outras denominações e sem a forte entonação na integração das ações e na solidariedade comunitária que era a marca da LBA no Amapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 6.439, de 02 de setembro 1977. **Institui o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências.**

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.830, de 15 de outubro de 1942. **Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências.**

SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C. **LBA**: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo, EDUC, 1989.

SPOSATI, A. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 6ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

CARVALHO, J. W. S. **A relação trabalho e conhecimento nos programas de educação para o trabalho da LBA no Amapá**. Rio de Janeiro: IESAE-FGV/RJ. 1993. Dissertação (Mestrado em Filosofia da educação). Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, B. S. M. **Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)**. UNESP/PPGHistória, 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Assis.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

Capítulo 06

SAUDADES DA BEIRA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ NO PERÍODO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1943 - 1988)

Eloane Cantuária
José de Vasconcelos

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo fazer um retrospecto das principais transformações urbanas ocorridas no centro comercial da cidade de Macapá, durante o período em que a cidade era a capital do Território Federal do Amapá, abrangendo os anos de 1943 a 1988. A pesquisa utiliza o conceito de paisagem cultural, com o intuito de identificar os atributos e valores que conferiram importância cultural ao espaço estudado ao longo do tempo.

Nesse estudo a noção de patrimônio cultural está atrelada a categorias como tempo, espaço e valor, pois a área da pesquisa compreende a região conhecida como a *Beira*, que era a antiga *Doca*⁶² da Fortaleza de São José e sua adjacência, no centro comercial de Macapá. Local que abrigou o antigo cais da cidade e que ao longo do tempo foi se transformando na área comercial de Macapá, a partir de obras de aterramento e urbanização. Essas transformações foram impulsionadas pela construção do canal da avenida Mendonça Júnior e o surgimento das principais vias comerciais da cidade atual, como as ruas Cândido Mendes, São José e Independência, bem como as avenidas Padre Júlio Maria Lombaerd e Mendonça Júnior.

Dessa forma, o texto está estruturado em dois momentos distintos para uma melhor compreensão do processo de transformação da área estudada. Na primeira parte, é apresentada a dinâmica de formação da *Doca* da Fortaleza desde o século XVIII, período da fundação da vila de São José de Macapá. Já na segunda parte, é exposta a trajetória do espaço, até a transformação da paisagem no centro comercial de Macapá, abrangendo o período em que o Estado do Amapá ainda era Território Federal. Essa divisão em dois momentos permite uma análise mais aprofundada das mudanças ocorridas ao longo do tempo nessa área específica da cidade.

A DOCA DO IGARAPÉ DA FORTALEZA E O COMÉRCIO FLUVIAL DE MACAPÁ COLONIAL

Diversas cidades amazônicas nasceram em beira de rios e igarapés, sendo a paisagem ribeirinha muito comum no norte do Brasil. As relações homem e natureza se revelam como uma importante característica nesses lugares, conferindo a essas cidades paisagens culturais⁶³ únicas.

⁶² Chama-se neste artigo de *Doca*, uma parte de um porto, ou lugares com estruturas ou cais acostável onde as embarcações podem realizar o carregamento ou descarregamento de cargas e pessoas.

⁶³ Figueiredo (2014) menciona que a paisagem cultural, vista como uma categoria do patrimônio cultural, é bastante recente. Essa noção foi incorporada à lista de patrimônios mundiais em 1992 pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, durante a 16ª Sessão do Comitê de Patrimônio Mundial realizada nos Estados Unidos.

Para a UNESCO as paisagens culturais são:

bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2008, p. 22-23).

Deste modo, a paisagem vista como patrimônio cultural, ressalta o espaço existente, os testemunhos do passado e as relações entre os sujeitos e seu meio, revelando também as especificidades das culturas locais, práticas, crenças e tradições, ressaltando a presença de valores imateriais e a ação do sujeito na paisagem (FIGUEIREDO, 2014).

A partir dessa compreensão, a Doca do Igarapé da Fortaleza⁶⁴ nasceu dessa relação homem/natureza e até a década de 1970 era considerada o principal porto de Macapá, local no qual ocorria o embarque e desembarque de mercadorias e era popularmente chamado “*Beira*” pelos habitantes da cidade. Foi no entorno da Doca da Fortaleza que no início do povoamento de Macapá se instalou uma série de estabelecimentos comerciais que hoje em dia se configuram como o núcleo inicial da área comercial do centro de Macapá.

A fundação da vila de São José de Macapá em 1758 seguiu uma configuração urbana de inspiração portuguesa, seu plano urbano foi elaborado em Portugal. Sua implantação não foi aleatória, mas sim parte de um projeto administrativo e político do Marquês de Pombal, executado por seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da província do Grão-Pará (ARAUJO, 1998). É importante ressaltar que a cidade de Macapá fazia parte do estado do Pará até a criação do Território Federal do Amapá em 1943.

Assim, a ocupação das terras macapaenses gerou nos portugueses a necessidade de criar infraestrutura de defesa para abrigar os moradores da vila, resultando na construção de uma grande fortificação, de um porto, além de uma vila contendo residências, igreja, mercado e demais infraestruturas necessárias para seu funcionamento (RAVENA, 2005).

Cantuária (2021, pag. 65) ressalta que a

Vila de Macapá era diferente da maioria das vilas portuguesas fundadas no Brasil colônia. O projeto de Macapá possuía duas grandes praças centrais, ao invés de uma única praça central, como a maioria das vilas, em torno da qual se localizavam as principais edificações civis e religiosas. No projeto da Vila de Macapá a praça da esquerda era chamada de Praça São Sebastião e abrigava a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia, já a praça da direita, denominada de Praça São João, continha o Pelourinho.

Os estudos de Marin (2005, p. 75), corroboram também com a ideia de que Portugal queria transformar o delta do Amazonas e a planície fluvial (várzeas) em um celeiro agrícola, através do cultivo e beneficiamento do arroz e do plantio de algodão. A autora destaca que Macapá foi muito importante para expansão da agricultura na região,

⁶⁴ O Igarapé da Fortaleza recebeu esse nome porque cortava a cidade e desaguava na Doca ao lado da Fortaleza São José de Macapá.

pois foi a vila mais estável dessa região, além de possuir as melhores paragens e porções de terras de todo o rio Amazonas.

Nesse contexto, Ravena (2005) em seus estudos sobre a política de abastecimento da vila de São José de Macapá e vilas circunvizinhas, destacou a importância do transporte fluvial, sendo, naquele momento, as canoas o meio mais utilizado para as viagens da população e transporte de mercadorias. Não foi à toa que Macapá foi erguida às margens do rio Amazonas, local estratégico para desenvolver a movimentação de cargas e pessoas por via fluvial.

A vila de São José de Macapá enquanto núcleo central do poder na vizinhança, controlava a exploração, distribuição e otimização dos gêneros alimentícios e redes de abastecimento dessa região. O açougue de Macapá, por exemplo, era ligado a Fazenda Real e possuía sua própria canoa, onde fazia a distribuição de suas mercadorias. Da mesma forma, os *pesqueiros reais* deixavam os peixes diretamente em Macapá (RAVENA, 2005, p.145).

Apesar de toda essa dinâmica de abastecimento da vila de Macapá pela rede fluvial, através do rio Amazonas e de seus afluentes, ser descrita em documentos históricos, poucos são os registros sobre a localização exata onde ocorria o embarque e desembarque de mercadorias e de pessoas na vila, durante a época colonial.

Contudo, no início do século XX, o Governador do Pará, Augusto Montenegro, publicou um relatório com uma coletânea de informações sobre sua gestão, destacando os cenários de todos os municípios paraenses, apresentando suas riquezas naturais, produções agrícolas e extrativistas, dados populacionais, estrutura urbana, entre outros dados. No item relativo a Macapá, o documento caracterizou o núcleo como uma cidade desenvolvida que tinha como principal fonte de riqueza a exportação da borracha. No relatório é possível identificar alguns locais importantes da cidade antiga, como o Porto e a rua da Praia, dentre outros que mostravam a feição da cidade nos primeiros anos do século XX (MONTENEGRO, 1908).

O chamado Porto do Igarapé de Macapá (Mosaico 01) ficava numa área de ressaca⁶⁵ da cidade (atualmente bairro do Perpétuo Socorro). Por ser muito distante do núcleo central da cidade, essa região só foi povoada por volta dos anos de 1950. Hoje, este lugar é conhecido como Igarapé das Mulheres, um ancoradouro ainda utilizado pelos ribeirinhos, sobretudo das ilhas paraenses das redondezas, para trazer mercadorias e produtos para Macapá.

Já a antiga rua da Praia (Mosaico 01) situava-se em frente à cidade, na beira do rio, próxima a Doca do Igarapé da Fortaleza. Segundo os antigos moradores, à beira da praia, começava onde hoje se localiza o Macapá Hotel⁶⁶ e se prolongava até a Doca do Igarapé da Fortaleza São José de Macapá. Esta área atualmente está totalmente aterrada e com novas edificações, compondo a atual rua Beira Rio.

⁶⁵ São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas. (PORTILHO, 2010).

⁶⁶ <https://tribunaamapaense.blogspot.com/2011/11/patrimonio-arquitetonico-de-macapa.html>

Mosaico 01 – Vista do Porto do Igarapé de Macapá e da Rua da Praia.



Fonte: Montenegro (1908)

Segundo Lobato (2013), estas duas estruturas mencionadas acima, demonstram que a cidade de Macapá foi implantada estrategicamente entre dois cursos d'água: o Igarapé da Fortaleza (ao lado da Fortificação) e o Igarapé das Mulheres (Ver Figura 01). A escolha dessa localização para implantação da cidade foi extremamente importante para o abastecimento da vila desde o período colonial, pois especialmente a Doca do Igarapé da Fortaleza propiciou o desenvolvimento do comércio de Macapá.

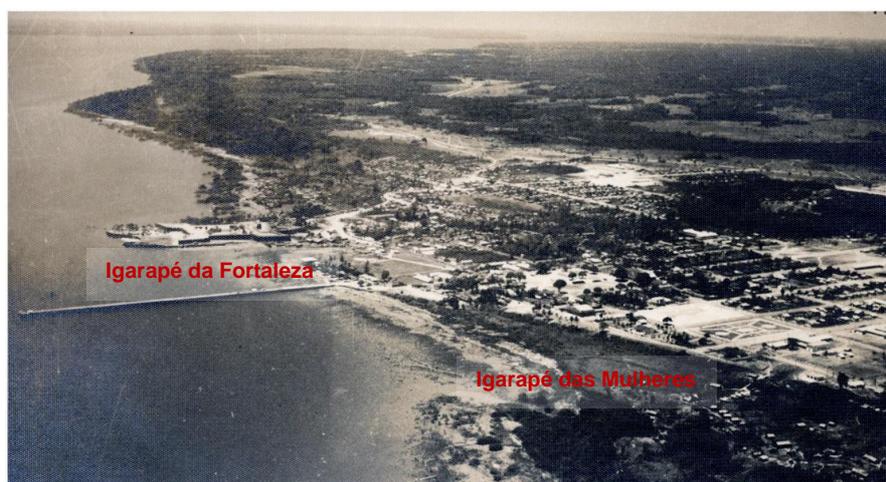


Figura 01 - Vista de Macapá e a localização do Igarapé da Fortaleza e o Igarapé da Mulheres, sd.
Fonte: Acervo Digital do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE

Os estudos de Porto (2007) destacam que até 1940, a economia do Amapá era baseada principalmente na indústria extrativa da borracha, castanha, pau-rosa, madeira e oleaginosas, bem como na exploração das minas de ouro e na criação de gado, especialmente nos municípios do Amapá e Mazagão.

No entanto, após o período de prosperidade vivenciado pela cidade de Macapá com o "boom da borracha" (1870-1912), Santos (2001) relata que as transformações políticas nacionais e os investimentos econômicos na Amazônia não beneficiaram Macapá. A crise econômica no governo do Pará resultou na suspensão dos investimentos na região, levando a cidade de Macapá a enfrentar um período de abandono e esquecimento por parte do governo paraense.

Porto (2007) afirma que durante esse período, toda a economia amazônica entrou em um estado de decadência e estagnação. Foi somente com a criação dos Territórios Federais que surgiu a possibilidade de organizar economicamente toda essa região.

A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E AS TRANSFORMAÇÕES DA ÁREA DA DOCA DO IGARAPÉ DA FORTALEZA E DE SEU ENTORNO

A criação do Território Federal do Amapá ocorreu em 13 de setembro de 1943, quando os municípios de Macapá, Amapá e Mazagão foram desmembrados do Estado do Pará. O surgimento desse território ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial e destacou-se dos demais devido à sua posição geográfica estratégica. Desde 1941, os norte-americanos já haviam construído uma base militar no município do Amapá para incursões até o Norte da África, e essa base também serviu como uma espécie de "proteção" para a região amazônica. Nesse período, a exploração da borracha foi retomada na Amazônia. (SANTOS, 2001, P. 66).

O autor esclarece que, embora o município de Amapá tenha desfrutado de certa visibilidade na época, sendo designado como capital do território, quando a administração territorial foi constituída em 1944, o primeiro governador, Janary Nunes, estabeleceu-se em Macapá. Por um curto período, o Território teve duas capitais. No entanto, esse impasse foi resolvido ainda no mesmo ano por meio de um decreto de Getúlio Vargas que reconheceu Macapá como a capital do Amapá.

Em 1946, o governador do Território publicou um relatório de atividades, no qual descreveu que, ao chegar em Macapá, encontrou uma cidade abandonada, sem infraestrutura e necessitando de inúmeras obras em todas as áreas (NUNES, 1946). A partir dessa constatação, o governador iniciou a implantação de uma política de modernização da cidade, com o objetivo de transformá-la em uma verdadeira capital. O governo do Território então deu início a um amplo projeto de ordenamento urbanístico em Macapá, no qual várias edificações foram reformadas e novas construções foram realizadas. Essas construções incluíram escolas, casas para funcionários, centrais de abastecimento e mercados, postos médicos e hospital, cineteatro, hotel, delegacias e cadeias públicas, entre outras estruturas de interesse público (CANTUÁRIA; SILVA; PELAES, 2010).

Na área do comércio, Costa (2008, p. 98), que estudou o modo de vida e trabalho dos regatões⁶⁷ que utilizavam a Doca da Fortaleza entre os anos de 1945 a 1970, afirma que foram realizados grandes investimentos para superar as dificuldades encontradas no fornecimento de mercadorias e gêneros alimentícios, que eram transportados por via fluvial. Esses investimentos visavam aumentar a frota de barcos territoriais, que na implantação do Território havia sido considerada insuficiente e precária. Nesse período, a Doca do Igarapé da Fortaleza ainda se destacava como um lugar estratégico para o desenvolvimento comercial da cidade.

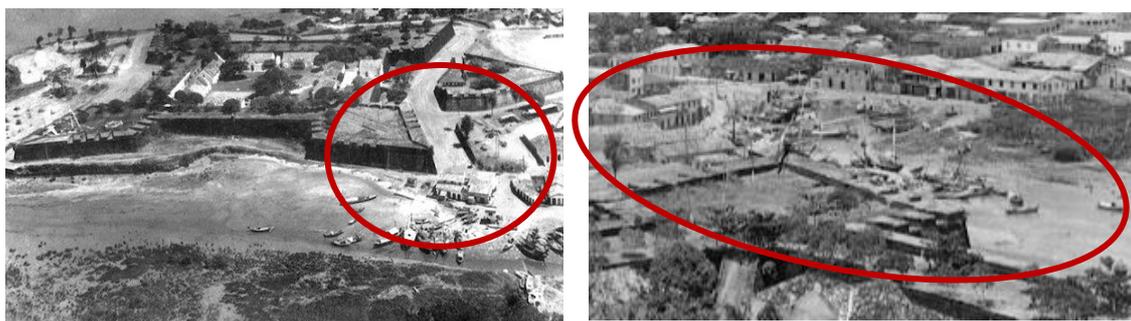
Relatos destacavam que em 1944, a Doca da Fortaleza contava apenas com um mercado municipal, pequenos comércios, habitações simples e o cais para atracação dos barcos:

(...) onde os moradores da cidade iam comprar não somente alimentos (peixes, carne bovina, frutas, etc.), mas, uma grande variedade de mercadorias vindas dos interiores do Amapá, das ilhas do Pará, de Belém, e de outras partes do

⁶⁷ Vendedores que usavam barcos para percorrer toda a região amazônica, comercializando e abastecendo comunidades distantes de Macapá com gêneros alimentícios, madeiras, etc.

Brasil. A doca também era um espaço de lazer, de prostituição, de moradia popular e de embarque e desembarque de viajantes (LOBATO, 2013, P. 73).

No mosaico 02, pode-se observar como era a movimentação na Doca durante a maré baixa, com vários barcos ancorados na beira do Igarapé da Fortaleza no final da década de 1940. É possível notar também as construções de madeira e alvenaria dos estabelecimentos comerciais que se formavam nas proximidades da doca. Atualmente, essa área foi totalmente aterrada e urbanizada, e o setor norte do Parque do Forte foi implantado no local onde antes ficava a doca da Fortaleza.



Mosaico 02 - Vistas da Doca do Igarapé da Fortaleza – sd.
Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Motivado pela preocupação inicial em melhorar a infraestrutura de transporte fluvial da cidade, o governador do Território procurou uma nova alternativa para expandir o setor econômico da nova capital. Em 1945, o governo do Território reformou o Trapiche Eliezer Levy (Mosaico 03), que estava localizado em frente à cidade. Essa reforma possibilitou que o trapiche funcionasse como um porto e local de atracação de barcos, permitindo o embarque e desembarque de produtos e pessoas em Macapá.



Mosaico 03 - Duas Vistas do Trapiche Eliezer Levy, sd.
Fonte: <https://www.alcinea.com/memoria/> - <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

O período entre 1940 e 1950 foi marcado pelo crescimento urbano de Macapá, que se destacou como a capital brasileira com o maior índice de crescimento populacional. Sua população aumentou cerca de nove vezes nesse período (LOBATO, 2013). Muitos dos migrantes que chegavam a Macapá construíram um aglomerado de palafitas na embocadura do Igarapé da Fortaleza. Hoje em dia, esse local é conhecido como a rua do canal ou

avenida Mendonça Junior. No mosaico 04, pode-se observar como eram as palafitas ao longo do Igarapé.



Mosaico 04 - Antigas feições das palafitas do Igarapé da Fortaleza
Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Para atender ao aumento do número de visitantes que chegavam a Macapá por via fluvial, principalmente utilizando o trapiche Eliezer Levy, o governo do Território Federal do Amapá construiu o Hotel Macapá em 1945. Esse foi o primeiro grande investimento na área hoteleira na cidade. O hotel foi construído em estilo neocolonial, com dois pavimentos em alvenaria com estrutura de concreto.

Na Figura 02, é possível identificar o Hotel Macapá à esquerda da imagem, enquanto do lado direito há algumas casas com uma rua larga à frente, resultado do aterramento da área da beira da praia. Também é possível observar o início do Trapiche Eliezer Levy, onde as pessoas costumavam desembarcar, além do primeiro mercadinho de carne da cidade de Macapá, que é a primeira edificação ao lado direito do Hotel, com um formato arredondado.



Figura 02 - Vista do Hotel Macapá e de trecho da antiga Rua da Praia – sd.
Fonte: Acervo Digital do IBGE

No período seguinte, entre os anos de 1950 a 1960, os estudos de Costa (2008, p. 98) em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), apontaram que a navegação amazônica ainda era “*uma questão crucial para o desenvolvimento da região e, assim, os governos territoriais deveriam investir na estruturação do setor de navegação*”.

Filocreão (2015), em seu texto sobre a formação socioeconômica do Estado do Amapá, ressaltou que a criação do Território Federal do Amapá e a demanda por mão de obra para a extração do manganês no município de Serra do Navio, ocorrida entre os anos de 1957 a 1997, provocou um crescimento demográfico sem precedentes no Território. Os dados do IBGE mostram que, de 1950 a 1960, a população amapaense aumentou de 37.477 para 68.520 habitantes, sendo que o crescimento demográfico foi concentrado em Macapá, com os índices populacionais subindo de 48,89% para 61,64%.

Em 1953, a construção do Mercado Central (Figura 03), considerado o primeiro e maior prédio comercial construído na gestão do governo do Território Federal, iniciou uma nova dinâmica na comercialização das mercadorias que chegavam à cidade pelo trapiche Eliezer Levy e pela Doca da Fortaleza. Nessa nova organização dos espaços próximos a Doca da Fortaleza, o Mercado Central marcou a expansão comercial da área, principalmente, ao longo da rua Cândido Mendes que se estabelecia como um importante eixo comercial.



Figura 03 - Mercado Central e seu entorno na década de 1950.

Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/search?q=mercado+central>

Nessa nova configuração urbana, a rua Cândido Mendes se tornou um elo de ligação entre o centro da cidade e o Mercado Central, uma configuração que permanece até os dias atuais. Na Figura 04, é possível observar as características da rua Cândido Mendes na década de 1950. Os comércios e residências ainda eram construídos em madeira, algumas com dois pavimentos e cobertura de amianto. A rua ainda não possuía pavimento ou calçadas, mas contava com uma vala para a drenagem de águas pluviais. A população já utilizava bicicletas como meio de locomoção, além de veículos automotivos. Um relatório do governo do território em 1957 contabilizou que a capital possuía 1.929 veículos, sendo que 1.431 deles eram bicicletas (COSTA, 2008).



Figura 04 - Rua Candido Mendes, sd.
Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Lobato (2013) menciona em seus estudos que em 1955 ainda havia uma significativa movimentação de embarcações que atracavam na Doca da Fortaleza, com uma média semanal de 78,3 barcos.

No começo dos anos de 1960, ocorreram vários eventos que foram cruciais para uma nova urbanização da área comercial nas proximidades da Doca do Igarapé da Fortaleza e que foram determinantes para o desaparecimento do ancoradouro de barcos naquele local.

Segundo Costa (2008, p. 179), a visita de técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca a Macapá em 1962 definiu a necessidade de uma rede de drenagem pluvial das águas do rio Amazonas. A partir dos levantamentos realizados, foi decidido a construção de um canal de concreto armado no Igarapé da Fortaleza (atualmente é o canal da Avenida Mendonça Júnior). A construção desse canal de concreto, que ocorreu entre os anos de 1962 e 1970, foi fundamental para o encerramento das atividades na doca, pois gradualmente impediu a circulação de embarcações no local e provocou o fim da atracação de canoas e barcos na antiga Doca. Além disso, o curso natural do Igarapé da Fortaleza foi aterrado como resultado dessa construção.

A urbanização do canal também motivou que as residências mais simples de madeira fossem substituídas por novas construções em alvenaria, modificando a paisagem da avenida Mendonça Júnior, conforme visto no mosaico 05.



Mosaico 05 - A construção do canal de concreto do Igarapé da Fortaleza (Atual rua Mendonça Júnior), sd.
 Fonte: Costa (2008) – Lobato (201

Costa (2008) destaca ainda que o aumento da extensão da rede rodoviária no Território Federal do Amapá também influenciou na redução da dependência da navegação como principal meio de transporte para a distribuição de mercadorias no território. No entanto, a navegação não foi completamente suplantada, pois a partir da década de 1960, muitos barcos de carga foram substituídos por grandes balsas, com capacidade de carga acima de 500 toneladas. Essas balsas se tornaram uma alternativa viável para o transporte de mercadorias, especialmente em regiões onde o acesso rodoviário era limitado ou inexistente.

Outro fato relevante que contribuiu para o fim das atividades na Doca da Fortaleza foi o grande incêndio ocorrido na noite de 28 de novembro de 1967, que destruiu grande parte da zona comercial de Macapá, incluindo todas as estruturas edificadas na Doca da Fortaleza. Essa catástrofe levou o governo do Território a realizar uma nova urbanização do espaço comercial, iniciada com a drenagem do Igarapé da Fortaleza, o que permitiu a expansão do centro comercial para as áreas anteriormente alagadas ao lado da Fortaleza São José de Macapá (COSTA, 2008).

Logo após o incêndio de 1967, várias construções de madeira do centro comercial foram destruídas. Os novos estabelecimentos comerciais construídos em alvenaria receberam influência do estilo Art Déco, com linhas retas e formas retangulares bem marcadas. Os edifícios apresentavam fachadas simétricas, com uma platibanda que ocultava o telhado. Nesse período, a rua Cândido Mendes já estava urbanizada com asfalto, calçada, esgoto e rede de distribuição elétrica, como pode ser visto na Figura 05. Lobato (2013) reforça que a criação da Companhia de Eletrificação do Amapá (CEA) em 1956 foi importante, pois além de buscar solucionar o déficit no fornecimento de energia do Território, também contribuiu para a ordenação urbana da cidade pelo governo do Território.

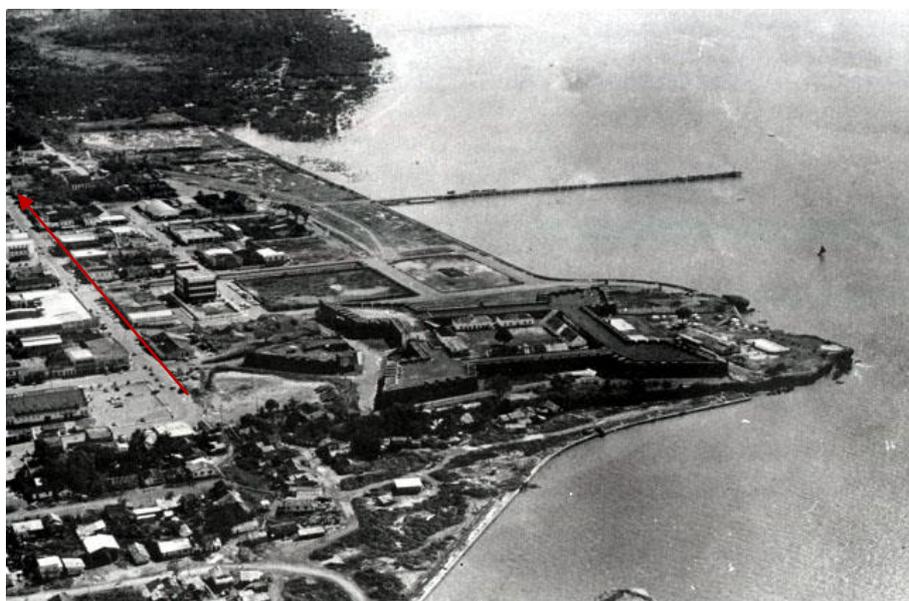


Figura 05 - Rua Cândido Mendes urbanizada, sd.
 Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Na Figura 06, que apresenta uma vista aérea do centro comercial de Macapá datada de 1979, é possível observar diversas transformações ocorridas no espaço. Uma das principais mudanças foi o aterramento das áreas baixas da frente da cidade, que possibilitou a construção do Hotel Macapá e posteriormente a implantação de um grande complexo de lazer, composto pela Praça Zagury, quiosques e um amplo estacionamento ao lado da Fortaleza de Macapá, na área aterrada e urbanizada da antiga Doca. Na figura, uma seta em vermelho destaca a rua Cândido Mendes (conhecida como a rua do Comércio), que se tornou uma via importante de ligação e foi responsável pela expansão do comércio de Macapá.

A urbanização da área possibilitou a implantação das vias comerciais, o que levou à organização das construções comerciais ao longo das ruas, substituindo os antigos estabelecimentos comerciais que existiam nas proximidades da Doca. Essas transformações contribuíram para a configuração atual do centro comercial de Macapá.

Figura 06 - A nova configuração da área Beira - 1979.



Fonte: Cole (1979)

Na década de 1980, o crescimento da cidade de Macapá refletiu-se na expansão da área comercial. O comércio local estendeu-se para além das imediações da Fortaleza São José de Macapá, ocupando as vias que ligavam o núcleo inicial da cidade à orla. Além da rua Cândido Mendes e da rua Independência, a área comercial passou a ocupar as ruas São José e outras vias transversais, com destaque para as avenidas Padre Júlio Mario Lombaerd e Mendonça Júnior. Essas vias tornaram-se importantes trechos comerciais, impulsionando o desenvolvimento e a expansão da atividade comercial em Macapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi traçar um perfil histórico do processo de expansão do centro comercial de Macapá e das transformações da paisagem na área da Doca do Igarapé

da Fortaleza de Macapá e suas adjacências, especialmente durante o período em que o Amapá era Território Federal. Por meio desse percurso histórico, buscou-se resgatar a importância do cais da Fortaleza para o desenvolvimento comercial e econômico de Macapá. O objetivo foi destacar as mudanças ocorridas ao longo do tempo e compreender como essas transformações contribuíram para a configuração atual da área comercial da cidade.

A criação do Território Federal do Amapá, impulsionada pelos interesses econômicos relacionados ao potencial dos recursos naturais da região, permitiu a implementação de uma política de melhoria urbana em Macapá. Isso resultou em um grande influxo de pessoas para a cidade e contribuiu para o desenvolvimento do comércio local. O artigo destacou a construção de importantes estruturas arquitetônicas e urbanas além dos arredores da doca da Fortaleza de São José de Macapá, que passaram a ocupar cada vez mais a área central da cidade. Essas construções desempenharam um papel fundamental na consolidação e no fortalecimento do comércio de Macapá. Elas contribuíram para a transformação da paisagem urbana e para o desenvolvimento econômico da cidade, evidenciando a importância do crescimento comercial de Macapá durante o período do Território Federal do Amapá.

Por fim, essa abordagem é de suma importância para a história urbana de Macapá, pois revela como essas estruturas, com seus valores históricos e memoriais, são portadoras de informações valiosas sobre a cidade e seu patrimônio cultural, construído ao longo do tempo. Além disso, por meio desse percurso histórico, é possível trazer à tona um passado recente que desperta um sentimento de nostalgia, rico em afetividade para os moradores mais antigos que vivenciaram a história do lugar. Essa pesquisa contribui para a preservação da memória coletiva da cidade e para o reconhecimento e valorização de seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, R. **As Cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto, Portugal: Faup Edições. 1998.

CANTUÁRIA, E. **Macapá: Capital de um Território Inventado - Relações entre Cidade, Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: PPUR/UFRJ, 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

CANTUÁRIA, E.; SILVA, J. V.; PELAES, F. O inventário de conhecimento dos bens imóveis da cidade de Macapá e o legado do movimento moderno. In: **Anais do I Seminário Internacional da Acadêmica de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 2010.

COLE, H. J. Associados. **Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo**. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 1979.

COSTA, P. M. C. da. **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: Açáí, 2008.

FIGUEIREDO, V. G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas**: inspirações à política de preservação cultural no Brasil.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/Universidade de São Paulo, 2014.

FILOCREÃO, A. S. M. Formação socioeconômica do estado do Amapá. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (Orgs.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2. Belém: NAEA, 2015.

LOBATO, S. S. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

MARIN, R. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**. Belém-PA, v.8, n.1, p.73-114, jun. 2005.

MONTENEGRO, A. **Álbum do Estado do Pará: oito anos do governo (1901 a 1909)**. Paris, 1908.

NUNES, J. **Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944**, apresentado ao Exmo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PORTILHO, I. S. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá. **Anais do VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física** Universidade de Coimbra, 2010.

PORTO, J. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: Edição do Autor, 2007.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**. Belém-PA, v.8, n.2, p.125-149, dez., 2005.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. Valcan: Macapá, 2001.

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Paris: Unesco, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Capítulo 07

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS E FUNDIÁRIOS NO AMAPÁ

Roni Mayer Lomba
Alessandra Cunha Tavares
Higor Raillan de Jesus Pereira
Ana Margarida Castro Euler

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a contextualizar o histórico de conflitos fundiários no estado do Amapá, dando ênfase aos eventos ocorridos na última década (2012-2021), apresentando dados e indicadores como subsídio para reflexão e recomendações nesta etapa de diagnóstico do Zoneamento Ecológico Econômico por se tratar de uma política pública indispensável para a promoção do desenvolvimento econômico com justiça social, ambiental e climática.

Para se levar a cabo um novo paradigma de desenvolvimento, é necessário a transição de um modelo baseado na ocupação de terras e exploração descontrolada para um modelo baseado na governança e uso sustentável dos recursos naturais. Para tal, é imperativo a construção de consensos para resolução dos conflitos e disputas pelo território e seus recursos. Levando em consideração a escuta aos diferentes grupos sociais envolvidos, o histórico de uso e ocupação e os marcos regulatórios que orientam a reforma agrária, a regularização fundiária das terras públicas e a gestão de florestas públicas, como será exposto no corpo deste documento.

Como ponto de partida para esta análise, são apresentados os conceitos que sustentam o arcabouço metodológico proposto. Partimos da premissa sobre o que tratamos por **conflitos fundiários**. Considera-se pelas “*disputas pela posse e pela propriedade das terras rurais, ou seja, a situação de antagonismo explícito ou potencial entre pessoas físicas ou jurídicas, detentoras de imóveis rurais a qualquer título*” (ITERPE, 2020). Portanto, nossa reflexão sobre conflitos remete a disputa pela terra ou território que na maior parte dos casos é também a disputa sobre modos de vida, concepções sobre o uso do território, seja amparada pela propriedade jurídica da terra ou por sua possibilidade de reprodução social dos sujeitos que nela vivem.

Devido à heterogeneidade dos sujeitos existentes no território que envolve matizes e uso distintos optamos por tratar esses pelo conceito **socioterritorial**. Importante destacar também que **território** está sendo lido como “*fração do espaço envolvido em disputas e relações de poder, logo é também ‘multidimensional, constituindo-se em uma totalidade’*”, concreto e imaterial (FENANDES, 2005).

Por movimento **socioterritorial** consideramos as “classes sociais (que) se constituem, assim, nas e pelas lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que conformam os lugares que não só ocupam, mas constituem” e, contudo, “o movimento social ganha, assim, para a nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico” (PORTO-GONÇALVES, 2017). Fernandes (2005) afirma que os grupos sociais da mesma forma que transformam espaços em territórios, eles se territorializam, desterritorializam e se reterritorializam carregando consigo suas identidades territoriais. A conflitualidade seria a gênese desse processo.

No Amapá, assim como toda região amazônica, há uma diversidade de sujeitos sociais vinculados a condição de populações rurais e são envolvidos em diferentes tipos de

conflitos. Categorizamos tais grupos por: extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e agricultores familiares assentados e posseiros. Em muitos casos essa categorização social se dilui mediante as similitudes entre elas decorrentes de suas atividades produtivas.

Em todo caso, para facilitar a disposição e análise dos conflitos faremos a divisão entre aqueles que possuem oficialmente o direito adquirido em termos de acesso à terra, tais como terras indígenas demarcadas e homologadas, reservas extrativistas e assentamentos agroextrativistas, assentamentos da reforma agrária e alguns territórios quilombolas titulados. De outro modo, há aqueles que convivem com situação fundiária precária. Neste caso incluímos todo o universo de moradores de áreas rurais que não possuem a demarcação definitiva das terras que vivem e são considerados pelo Estado como posseiros, incluindo áreas reivindicadas por quilombolas.

O TERRITÓRIO AMAPAENSE

O Amapá está demarcado num mosaico de áreas com diferentes regimes de preservação ou restrição de uso que compõe cerca de 73% do território. Comportam Parques Nacionais, Reserva Biológica e Estação Ecológica que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (2000) são mais restritivas em termos de uso e ocupação e as unidades de uso sustentável que permitem a vida humana no ambiente natural com restrições de ocupação. Em tais áreas, há registros de conflitos, de certa forma mais amenos que em áreas não destinadas, incorporam especialmente problemas relacionados ao desmatamento, mineração (garimpos) além de sobreposição de áreas.

Nas áreas não destinadas, com ocupações juridicamente precárias observamos conflitos mais intensos com grilagens, ameaças e violência. A modernização do território que tem origem na segunda metade do século XX ocorre mediante o início da apropriação privada feita por grandes empreendimentos capitalistas no campo como a produção de florestas plantadas e pecuária extensiva que transformaram paulatinamente o território amapaense em espaço de conflitos. Esses conflitos passaram ser maiores nos últimos 20 anos com a expansão da fronteira da agropecuária além de novos projetos de desenvolvimento capitalista como as hidrelétricas construídas nos canais dos rios Araguari e Jari e também a proposta de exploração petrolífera na costa atlântica.

Nas áreas públicas ainda não destinadas, algo em torno de 30% do território, convivem aqueles grupos sociais que destacamos por mais vulneráveis, um universo de posseiros que estão historicamente presentes no território. São terras públicas, sob grande pressão de especulação imobiliária, e por isso alvo de programas de governo (Terra Legal, Lote Legal, etc.) e disputas pela sua destinação, seja para uso privado, seja para conservação. Essa situação perdura desde a criação do estado do Amapá em 1988, com a reivindicação do repasse das terras do ente federal para gestão estadual.

O processo de transferência e destinação das terras é necessário e deve ser feito com transparência, participação da sociedade e respeito ao ordenamento jurídico. De forma a evitar uma escalada de conflitos devido a formas injustas de destinação, que privilegiam a concessão de áreas para médios e grandes proprietários sem direitos adquiridos e com sistemas de produção pouco adequados a natureza da região.

Portanto, a escala do desenvolvimento não deve ser pensada única e exclusivamente como meio que promova a expansão econômica com altos custos socioambientais. Deve privilegiar avanços de natureza social e territorial condizentes ao

respeito e planejamento junto aos povos que compõe o território. Nesse diagnóstico de conflitos socioterritoriais apresentamos um conjunto de informações, mapas e análises como subsídio para a formulação de prognósticos que respondam as demandas da sociedade por um ordenamento fundiário justo e planejamento do desenvolvimento rural inclusivo, adequado a grandeza do zoneamento ecológico e econômico do estado do Amapá.

HISTÓRICO DE ORDENAMENTO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAPAENSE

Fazendo uma apresentação sucinta do território amapaense e do histórico de sua ocupação, iniciamos destacando que, a partir de estudos a respeito da cultura material Aristé, utilizada pelos povos originários no período anterior à chegada dos europeus, os arqueólogos descrevem uma ocupação humana, que remonta ao século I, ao longo da costa atlântica do atual Amapá, que se estendia até a Guiana Francesa (SALDANHA, CABRAL, 2014). Já a partir do século XVI, com a chegada dos primeiros sujeitos brancos de origem europeia, o território no qual o Amapá está situado foi disputado diplomática e militarmente entre diversos povos europeus ao longo dos séculos.

No início do século XVII, holandeses realizavam trocas com indígenas que viviam na região, sendo perseguidos pelos portugueses, que queimavam seus navios e os assassinavam para evitar a perda do controle da foz do Amazonas, entrada para a Amazônia (HULSMAN, 2011). No século XVIII, visando definir, ocupar e defender suas fronteiras amazônicas, a Coroa Portuguesa, a partir das diretrizes do Marquês de Pombal, fundou a vila de São José de Macapá, na qual mandou construir a maior fortificação portuguesa das Américas, a Fortaleza de São José. Para tanto, precisou contar abundantemente com mão de obra escrava, de indígenas e de africanos, estes últimos trazidos sobretudo a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CAMILO, 2003). No mesmo período, Portugal transferiu a cidade de Mazagão do Marrocos, na África, para a colônia do Brasil, instalando-a próximo a Macapá. A partir dessas iniciativas, consolidou seu domínio sobre o território entre a foz do Amazonas e o rio Jari. O norte do atual Amapá, porém, permaneceu sendo disputado com a França até o fim do século XIX. Apenas em 1901, após arbitragem suíça, a região entre os rios Oiapoque e Araguari passou definitivamente ao controle do Brasil (CARDOSO, 2008).

Nesse primeiro momento da ocupação territorial, as terras onde hoje é o Amapá possuíam valor econômico reduzido quando comparadas a mão de obra escrava, pois a gênese da acumulação era o trabalho, ou seja, a quantidade de trabalhadores disponíveis permitia maior ou menor riqueza. Até o final do século XIX, este território não apresentou grandes atividades que desempenhassem interesse econômico, mas sim um evidente sentido político de definir as fronteiras com a colônia francesa da Guiana, que é oficializado em 1901.

Durante o início do século XX a demanda internacional pelo recurso da borracha e outros produtos extrativos como a castanha alimentou a formação de grandes latifúndios destinados a tais atividades, denominados por seringais e castanhais, a maioria localizados no sul do estado. Nessas atividades predomina a baixa inserção tecnológica e o uso intensivo do trabalho, normalmente camponeses trazidos da região nordestina com a promessa de boas condições de trabalho e salários, mas que na realidade, eram convertidos

em cativos, numa relação similar a escravidão (aviamento) (RANGEL, 2017). Esses trabalhadores atualmente constituem grupos extrativistas, ribeirinhos e de posseiros.

Os povos escravizados de origem africana vieram para o Amapá para trabalhar nas atividades de construção de obras militares como os fortificados e também nas atividades agrícolas como em Mazagão. Atualmente, seus descendentes encontram-se em diversas comunidades rurais em várias partes do estado, algumas mais isoladas outras mais próximas a Macapá e uma parte considerável se autodeclara remanescente de quilombos e seus territórios ancestrais encontram-se em processo de demarcação e titulação.

Nessas condições, na primeira metade do século XX, as ocupações do território foram pouco orientadas pelas atividades capitalistas, prevalecendo o uso do mesmo de forma esparsada pelos povos já aqui existentes e por migrações campesinas espontâneas (PORTO, 2002).

O ano de 1943 é um marco temporal para o território. Por interesse político e econômico é criado o Território Federal do Amapá (TFA) pelo desmembramento do Pará e logo são realizados estudos para a abertura de projetos econômicos capitalistas assim como a migração passa a ser direcionada sob tutela do Estado. Em 1956 tem início a exploração para exportação do minério de manganês pela Indústria de Comércio de Minérios (Icomi), numa associação privada de capitais nacionais com estrangeiros com objetivo único de exportação mineral. A Icomi explorou o minério de manganês durante 50 anos, na região de Serra do Navio, centro-oeste do estado.

Impõe-se nesse momento a plena capitalização das atividades com o território sendo convertido paulatinamente em recurso. Destaca-se, a partir da ditadura, o Projeto Jari, instalado em 1967, em princípio de capital estrangeiro, destinado a conversão de florestas para a agropecuária e localizado no sul do estado, nas antigas terras ocupadas pelas atividades extrativistas da borracha e castanha. Outras atividades econômicas foram incentivadas a partir da década de 1970, mediante o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e incentivos fiscais diversos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como o projeto de bubalinocultura e o empreendimento de plantio de pinus da Amapá Florestal e Celulose (AMCEL), do mesmo proprietário da Icomi que ocupa ainda hoje a região central do Amapá (PEREIRA, 2022).

Dentro desse conjunto de políticas para o desenvolvimento de monoculturas baseadas em grandes áreas extensivas, ocorre a expansão da pecuária, no caso, a bubalinocultura na região costeira do Amapá a partir de 1975 decorrente do Programa de Desenvolvimento da Bubalinocultura vinculado ao POLAMAZÔNIA (MEIRELLES; MOCHIUTTI, 2000). Essa atividade predominou nas zonas alagadas com pastagens naturais denominada por região dos lagos, uma cultura extensiva, degradante e promotora de conflitos pelo uso do território entre fazendeiros e povos campesinos.

Nos anos 1980 e 1990, em meio ao intenso debate internacional pela conservação da natureza, que culminou com a realização no Brasil da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio 92, o Amapá figurou como ambiente propício para a constituição de um grande mosaico de áreas protegidas. Por um lado, havia grandes áreas de floresta preservada com status de terras devolutas, soma-se a isso a luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento dos territórios extrativistas e assentamentos da reforma agrária de uso sustentável, e os territórios indígenas já homologados. Finalmente, o ambiente político-institucional, no âmbito federal e estadual, permitiu que ao longo das décadas de 1990 até 2006, cerca de 73% do território fosse destinado a criação de desse mosaico de áreas

protegidas. Porém, essas áreas não estão alheias aos conflitos. Lomba e Porto (2020) apresentam um conjunto de conflitos presentes nesses territórios, que se traduzem no avanço do desmatamento ilegal, atividades de mineração, além de disputas entre os povos tradicionais e o Estado, como no caso da desterritorialização dos quilombolas do Cunani consequência da criação de Unidades de Conservação.

Desde o início do século XXI, novas atividades capitalistas vêm sendo apoiadas pelo Estado recebendo destaque na sociedade. São atividades destinadas ao mercado, especialmente o internacional, e tem promovido intensos conflitos. Seguem nesse marco as atividades de mineração, madeireira, a insurgente agricultura de grãos (soja, milho) e os grandes projetos hidrelétricos.

São projetos que demandam um conjunto de infraestrutura como melhorias em portos, rodovias, sistemas de energia e outros. Para isso, segundo Carmo (2020), a retórica de desenvolvimento requer um complexo aparato político e midiático para convencer a opinião pública, entre outros de que “a necessidade de bem-estar coletivo, mesmo que para isso seja necessário desestruturar comunidades e degradar o meio ambiente”.

Projetos polêmicos como exclusão da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) para atender aos anseios do setor mineral em 2016 nas esferas públicas demonstram a cobiça do capital pelos recursos minerais raros presentes nesses territórios, em especial os territórios indígenas, mas com forte movimento de resistência como pode ser constatado no posicionamento publicado pela RCA (2017).

A situação fundiária do Amapá é um imbróglio antigo e remonta ao seu processo de transformação e formação territorial enquanto estado em 1988. Como território paraense (antes de 1943) predominou a concessão de terras em cartas de sesmarias, sendo que após a definição das fronteiras com Guiana Francesa, o Pará promulgou a Lei nº 748 e regulamentada pelo Decreto nº 1021/1901 para regularização de áreas ocupadas por posseiros (SEGÓVIA, 2011). Com a criação do TFA, com o Decreto nº 5.839 as terras se tornam domínio federal e são administradas pela Divisão de Terras e Colonização (DTC) emitindo licenças de ocupação até 1971, quando tal responsabilidade passa para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BATISTA et al., 2006;).

O Incra, mediante Decreto nº 1.164/71, ficou responsável pela gestão das terras em faixas de 100 km as margens das rodovias e estradas, este foi substituído por novo Decreto-Lei nº 2.375/87 no qual todas as terras devolutas fora da faixa de fronteira foram matriculadas como patrimônio da União, totalizando 5.801.268,64 ha, conformando as glebas federais: Rio Pedreira, Tartarugal Grande, Mazagão, Macacoari, Uruguinha, Tartarugalzinho, Tucunaré, Água Branca, Amapá Grande, Aporema, Bela Vista, Jupati (I e II), Água Fria, Arapari, Oiapoque, Santa Maria, Carnot, Uaçá, Maracá (BRASIL, 1971). Nos anos 1980 com a Emenda Constitucional nº 16/80, novas terras são destinadas: as glebas Terra Grande do Bailique, Jupari I e II, Ilhas do Bailique, Croa da Pedreira e Iratapuru (localizadas nos Municípios de Pedra Branca, Mazagão, Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e o atual Distrito da Ilha de Santana) (FLEXA, 2013).

Dos 14 milhões de hectares de terras que constituem o Amapá, apenas 10% estão sob gestão estadual. As demais terras estão vinculadas à União, sendo que as primeiras movimentações desse repasse de terras ocorreram com a lei no 10.304, de 5 de novembro de 2001 onde essa lei decretava que

Art. 1º As terras pertencentes à União, compreendidas no Estado de Roraima e do Amapá, passam ao domínio desse Estado, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta Lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da Constituição Federal, as terras indígenas pertencentes à União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Art. 3º As terras transferidas ao domínio do Estado de Roraima deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e de colonização, podendo ser adotado o regime de concessão de uso, previsto pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º A aquisição ou o arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá os limites, condições e restrições estabelecidos na legislação federal.

O Decreto no 10.304/2021 não se consolidou como esperado a ponto de as terras continuarem sob tutela federal mesmo com a criação do estado em 1988. No ano de 2009, o Governo Federal cria o Programa Amazônia Terra Legal pela Lei Nº 11.952, que previa regularizar as terras de posses na Amazônia. Pouco antes, em 2007, o Governo Lula assina o Decreto nº 6.291/07 que previa destinar 3,8 milhões de hectares de terras para o estado, fato que também não se concretizou. Novos decretos foram assinados para fins de repasse das terras do ente federal para o estado que foram os de nº 8.713/16 e 10.081/19 no qual destacam-se: priorizar os órgãos de terras do estado do Amapá os processos de regularização fundiária que se encontram em tramitação no Incra, a passagem da cópia dos livros fundiários do Incra ao órgão estadual de terras, terras tituladas pelo Incra ou União e não registradas em cartório seriam repassados ao estado (LOMBA; SILVA, 2022).

No ano de 2020, o Presidente da República sancionou com vetos a Lei 14.004 que facilita a regularização de terras da União ocupadas por particulares nos estados de Amapá e Roraima. A nova norma altera a Lei 10.304, de 2001, que regula o repasse de terras da União aos dois estados. A legislação anterior excluía da transferência e, portanto, mantinha nas mãos dos particulares os imóveis com títulos ainda em vigor expedidos pelo governo federal. A nova lei é mais abrangente: admite que os particulares mantenham a propriedade das terras, mesmo que os títulos tenham sido extintos por descumprimento de condições impostas pela União.

O portal Agência Senado faz um breve resumo da Lei 14.004 de 2020, como observaremos a seguir:

O texto assegura o direito à terra mesmo aos beneficiários de títulos que não tenham registrado os documentos em cartório de imóveis. No entanto, a prioridade será para as glebas cujos títulos tenham sido matriculados e contenham informações como memorial descritivo e coordenadas de georreferenciamento.

A Lei 14.004, de 2020, reduz as garantias ambientais previstas na legislação anterior. De acordo com o texto, as terras transferidas aos estados de Amapá e Roraima devem ser utilizadas preferencialmente em atividades agropecuárias e de desenvolvimento sustentável ou em projetos de colonização e regularização fundiária. As primeiras redações da Lei 10.304, de 2001, asseguravam o uso preferencial das glebas também “em atividades de conservação ambiental” (BRASIL, 2020).

O viés como o repasse de terras da União para o estado do Amapá está sendo conduzido coloca em segundo plano as populações tradicionais que usufruem e ocupam esses territórios das glebas, conforme constatado em declaração do presidente do INCRA Amapá.

“Em janeiro, o Amapá recebeu as áreas de Água Fria e Santa Maria, agora recebeu mais 6. Essas áreas são muito importantes pelo tamanho delas e por já abrigarem investimentos em grãos, bubalinos e até estação mineral. É mais área para produzir e desenvolver, gerando emprego e renda para o amapá”, disse o gestor. (SANTOS 2022, Amapá recebe a titularidade de seis áreas de terras da União)

Neste sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7052 perante o Supremo Tribunal Federal questionando o interesse real da destinação de terras nos estados de Amapá, Roraima e Rondônia. Com isso, o objetivo da ADI nº 7052 assim como sua sustentação principal está contida na carta aberta sobre o repasse de terras que foi escrita e assinada no Seminário: “Repasse das terras: para quê e para quem?” que foi realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2022, coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e realizado na Universidade Federal do Amapá:

A ADI 7052 questiona a constitucionalidade das leis e decretos que regulam o repasse das terras da União para o domínio estadual em razão de tais normas expressamente privilegiarem o uso das terras pelos estados de modo a legitimar a grilagem histórica além de invisibilizar os direitos territoriais das populações tradicionais e aniquilar as expectativas de acesso à terra pelos trabalhadores rurais vez que o propósito manifesto do conjunto de normas que regulam a transferência é dirigido à satisfação dos interesses do latifúndio, agronegócio e especulação imobiliária.

A ADI 7052 sustenta como argumento principal que a destinação única das terras federais que já foram ou serão repassadas para os estados é o cumprimento da política de reforma agrária, entendimento esse decorrente da clareza do artigo 188 da Constituição Federal – “A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.” – devendo ser precedida pela garantia de reconhecimento às reivindicações territoriais das populações indígenas, quilombolas e tradicionais.

Em janeiro de 2020 duas glebas foram repassadas da União para o estado do Amapá, as glebas Água Fria e Santa Maria, localizadas nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Mazagão. Até julho de 2022, outras nove glebas foram repassadas: Oiapoque, Tartarugalzinho, Tartarugal Grande, Macacoari, Água Branca, Mazagão, Arapari, Cunani e Amapá Grande. A Figura 1 mostra a localização das glebas do Amapá.

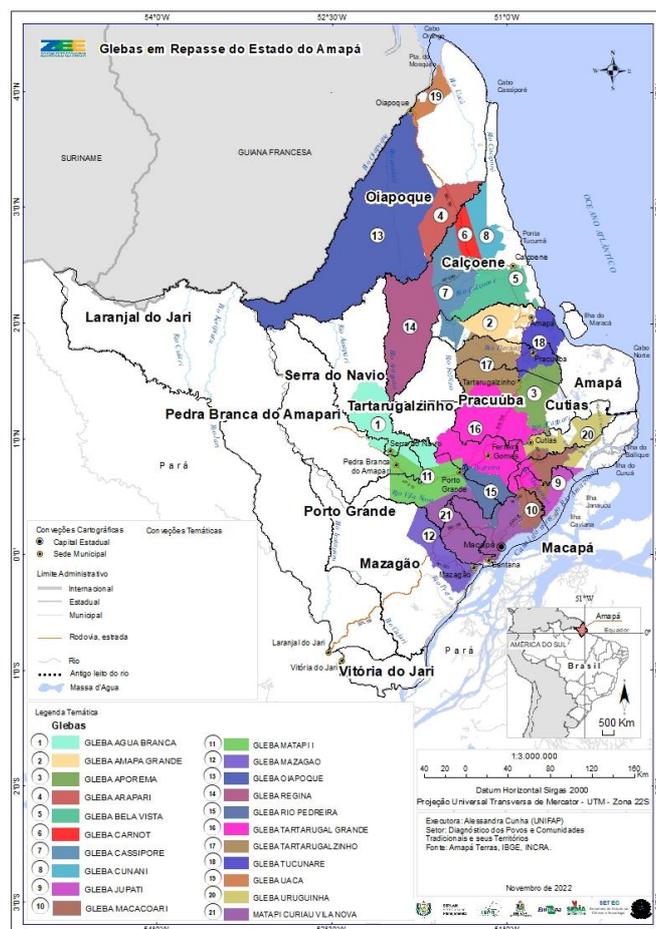


Figura 1 - Mapa das Glebas da União e sua localização nos diferentes municípios do estado do Amapá.

ARCABOUÇO JURÍDICO

A Constituição Federal de 1988 dispõe, no seu capítulo referente à política agrária, agrícola e fundiária, no Art. 186 que a função social da propriedade rural só é cumprida quando há a observância simultânea de alguns requisitos, entre os quais: 1. “II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”; 2. O art. 188, manda que a destinação das terras públicas e devolutas seja compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária e em seu parágrafo primeiro impõe que a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área maior que dois mil e quinhentos hectares seja previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com exceção (parágrafo segundo) das alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Anterior à Constituição de 1988, mas recepcionado por esta, o Estatuto da Terra, conceituou Reforma Agrária no § primeiro do artigo 1º caput como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. O Estatuto da Terra foi regulamentado pelo Decreto n. 59.428, de 27 de outubro de 1966 que determina, no art. 1º os dois objetivos primordiais da política de acesso à propriedade rural, a ser implementada:

- I - Promover medidas destinadas a melhorar a estrutura agrária do País;
- II - Vincular à propriedade quem trabalha a terra agrícola, satisfazendo normas sócio-fundiárias que mais se ajustem à dignificação da pessoa humana.

A Lei 11.284/2003 de gestão de florestas públicas que prevê em seu Art. 6º Antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para a destinação, pelos órgãos competentes.

§ 3º O Poder Público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6040/2007, no seu Anexo, Art. 3º que apresenta os objetivos específicos, indica que cabe ao Estado brasileiro:

- XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO AMAPÁ

Neste texto, focamos na discussão sobre dois temas prioritários: os conflitos pela água, que acometem os povos que dependem majoritariamente dos recursos hídricos para sobrevivência e os vinculados a terra que envolvem posseiros e quilombolas, no cerne jurídico do direito a terra de trabalho e vida.

CONFLITOS POR ÁGUA

O Amapá, até tempos recentes, não estava interligado pela transmissão de energia elétrica ao Sistema Integrado Nacional (SIN) de energia. Basicamente, a energia consumida no estado era proveniente de usinas térmicas movidas a combustível fóssil e por uma usina hidrelétrica, a Coaracy Nunes, com capacidade relativamente pequena (78 MW), cuja operação iniciou em 1975, no momento da expansão de grandes projetos agropecuários.

Em 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cuja prioridade era o de acelerar obras de infraestrutura que permitissem o desenvolvimento econômico do país. Nesse caso, o Amapá foi integrado ao SIN, via Linhão do Tucuruí cujo objetivo principal era o de garantir o pleno abastecimento local ao passo que ampliava a geração de energia com a construção de novas e potentes usinas hidrelétricas.

As respectivas usinas foram construídas: Ferreira Gomes Energia em 2014 e Cachoeira Caldeirão em 2016, ambas no rio Araguari, e Santo Antônio em 2014, no rio Jari.

Esses empreendimentos geraram um passivo grande social, com um total de 2.954 famílias diretamente atingidas (extrativistas, ribeirinhos, agricultores) de acordo com as publicações da CPT nos anos de 2012 até 2021. A grande maioria dos atingidos não possuía regularização fundiária de suas terras, portanto são considerados posseiros e receberam tão somente indenização das benfeitorias existentes nas áreas alagadas.

Os benefícios sociais previstos, como oferta de energia barata e empregos locais não se concretizaram. Como resultado houve a desterritorialização de várias comunidades ribeirinhas e quilombolas, crimes ambientais com a mortalidade de enorme quantidade de peixes nos reservatórios (G1, 2019), aumento da pobreza local, e finalmente uma energia que não chega a diversas comunidades rurais por onde o linhão passa (Mapa de Conflitos...; MP-AP, 2020; CAMAROTO, 2014). O gráfico 1 apresenta o aumento do número de famílias envolvidas em conflitos com as hidrelétricas nos últimos 10 anos.

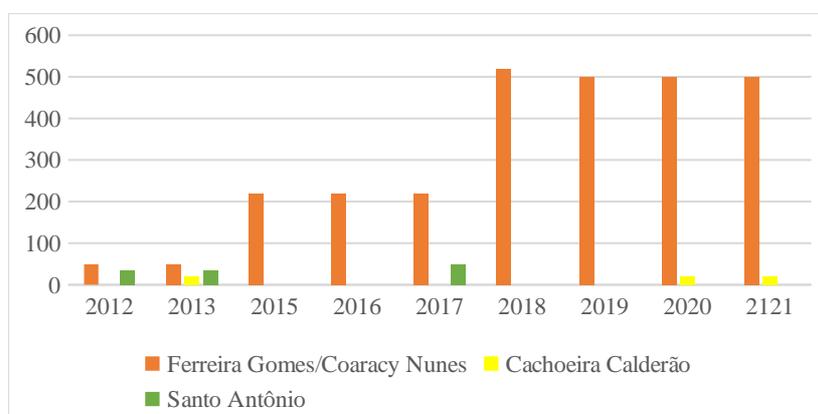


Gráfico 1 - Número famílias envolvidas em conflitos com as usinas hidrelétricas no Amapá, Brasil (2012 - 2021).
Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem protocolado reiteradas denúncias nos Ministérios Públicos (Federal e Estadual) na cobrança das compensações para os pescadores e ribeirinhos e a criminalização dos prejuízos ambientais e humanos causados pelos empreendimentos. Conforme relato em campo de pescador atingido:

Os empreendimentos foram criados do estado por governador, senador, deputado estadual e federal, presidente e fazem os projetos entre quatro paredes e chegam aqui, eles fazem só audiência pública. E o que a população entende? Nada. Eles disseram que irão fazer a barragem dentro do rio Araguari, prometendo vários empregos, alegando que haverá melhoria para todos, e assim os moradores concordam. E depois que já está pronto e põem uma placa do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), eles irão reclamar para quem, após aparecerem os problemas? Eles vêm na “cara de pau”, dizendo que não têm respostas para os problemas ocasionados com a mortandade de peixes. (Entrevista concedida a Lomba, Schweitzer, 2022, s.p)

Por fim, comunidades diretamente afetadas pelo Linhão de Tucuruí, como as do PAE Maracá e Resex Rio Cajari, continuam sem acesso a energia elétrica, com seu direito negligenciado apesar de vítimas dos impactos ambientais, sociais e nos seus modos de vida em função do “interesse público” em uma evidente situação de racismo ambiental (PAES;

SILVA, 2011) ou de injustiça ambiental como caracterizado no Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (CPT, 2022).

CONFLITOS EM TERRAS PÚBLICAS OCUPADAS POR POSSEIROS E QUILOMBOLAS

A categoria de posseiro engloba uma variedade de sujeitos sociais no campo, não tendo uma definição muito clara com relação às atividades econômicas. Do ponto de vista fundiário, consiste naqueles que tem a posse e promovem o usufruto da terra, geralmente antigas e com ancestralidade (superior a 10 anos de ocupação), mas não possuem o domínio jurídico (MARTINS, 1981). Caracterizam-se por não estarem sob tutela de políticas públicas como o caso dos assentados da reforma agrária, encontrarem fragilidades de acesso a título definitivo e hoje estarem mais suscetíveis aos processos de expulsão e grilagens.

Conflitos com posseiros são registrados no Amapá desde o início da exploração de manganês e se tornam mais intensos com a destinação de terras pelo INCRA para os grandes projetos de agropecuários (caso da AMCEL), a pecuária extensiva e o Projeto Jari, que incorporava terras de antigos seringais. No caso do Projeto Jari, a luta pelo território gerou o movimento de reconhecimento socioterritorial, sendo que parte das terras foram destinadas a reserva extrativista, de desenvolvimento sustentável e projetos de assentamento agroextrativistas, com os posseiros sendo reconhecidos pelo Estado como populações extrativistas. Já nas terras ocupadas pela AMCEL, houve disputas que culminaram no despejo dos posseiros para derrubada da floresta e o plantio de pinus/eucalipto nas décadas de 1970 e 1980. Em 2004, após Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Amapá, a empresa teve que devolver parte das terras que havia se apropriado indevidamente (grilado).

Porém, atualmente, posseiros enfrentam novas frentes de disputas pelas suas terras, com crescente especulação para que se convertam em áreas produtoras de grãos. A maior parte das terras amapaenses almeçadas por esse setor – cerca de um milhão de hectares de savanas amazônicas - são terras públicas ocupadas em parte por populações tradicionais e agricultores familiares em regime de posse. Assim, a pressão pela regularização fundiária e destinação para uso privado move o aparato de Estado para tais fins, dentre outros excluindo ou minimizando a presença de comunidades tradicionais e relegando tais áreas como “espaços vazios” (HILARIO et al., 2017; MUSTIN, *et al.*, 2017). Portanto, depreende-se que a capitalização do território é peça central para explicar os conflitos recentes.

Nesse aspecto, a sociedade tem se organizado no sentido de cobrar seus direitos civis. Há movimentos socioterritoriais mais antigos, como os extrativistas, liderado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), e novos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atua junto aos ribeirinhos atingidos pelos projetos hidrelétricos, a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Amapá (Conaq - AP) que luta pela titulação dos territórios quilombolas e, a Frente Nacional de Lutas (FNL), movimento de luta pela reforma agrária.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1975 desenvolve importante trabalho de mapeamento e assessoramento de conflitos socioterritoriais que envolvem agricultores familiares e PCTs no Brasil. Por meio da catalogação e publicação anual de relatórios sobre

os conflitos de terra no Brasil, trabalho iniciado em 1986, a CPT e sua rede de parceiros tem cobrado sistematicamente o Estado Brasileiro a defesa dos direitos humanos e denunciado situações que vão de encontro ao interesse público.

No decorrer dos anos 2012 a 2021, a CPT no Amapá registrou um total de 540 ocorrências de conflitos socioterritoriais envolvendo 18.356 famílias nesses conflitos (Figura 2). Dessas, 73 ocorrências de conflitos socioterritoriais nos territórios de povos e comunidades tradicionais delimitados por este trabalho envolvendo 3.187 famílias. Os territórios extrativistas registraram 45 ocorrências envolvendo 2.424 famílias, e os territórios quilombolas 28 ocorrências envolvendo 763 famílias. (Tabela 1; Figura 3).

PCTs	Nº ocorrências	Nº famílias
Amapá	540	18.356
Quilombolas (pessoas)	45	2.424
Extrativistas (famílias)	28	763

Tabela 1 - Número de ocorrências de conflitos socioterritoriais e de famílias afetadas em todo o estado, nos territórios extrativistas e territórios quilombolas, Amapá, Brasil (2011 - 2021)

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

Um aspecto destacado quando realizamos a análise dessas séries estatísticas que vem sendo elaboradas pela CPT, para o território brasileiro como um todo, é que desde 2007 elas têm incorporado os fatores étnicos e indenitários indicando que não se referem simplesmente a conflitos por terra ou conflitos agrários, mas que consideram também as identidades coletivas e o papel dos movimentos sociais.

Tendo em vista o considerável número de ocorrências levantado por este trabalho, assim como o número de famílias envolvidas nesses conflitos, realizar levantamento das áreas onde esses conflitos ocorrem demonstra o dilema do repasse de terras, que propõe a destinação dessas áreas a empreendimentos agropecuários. Os Gráficos 2 e 3 apresentam o aumento gradativo do número de ocorrências e de famílias envolvidas em conflitos no Amapá no período de 1996 a 2021. O período de 2013 a 2015 apresenta um crescimento exagerado no número de conflitos, chegando em 2020 a 3040 famílias envolvidas em conflitos. Isso é próximo a 20% da população rural do estado.

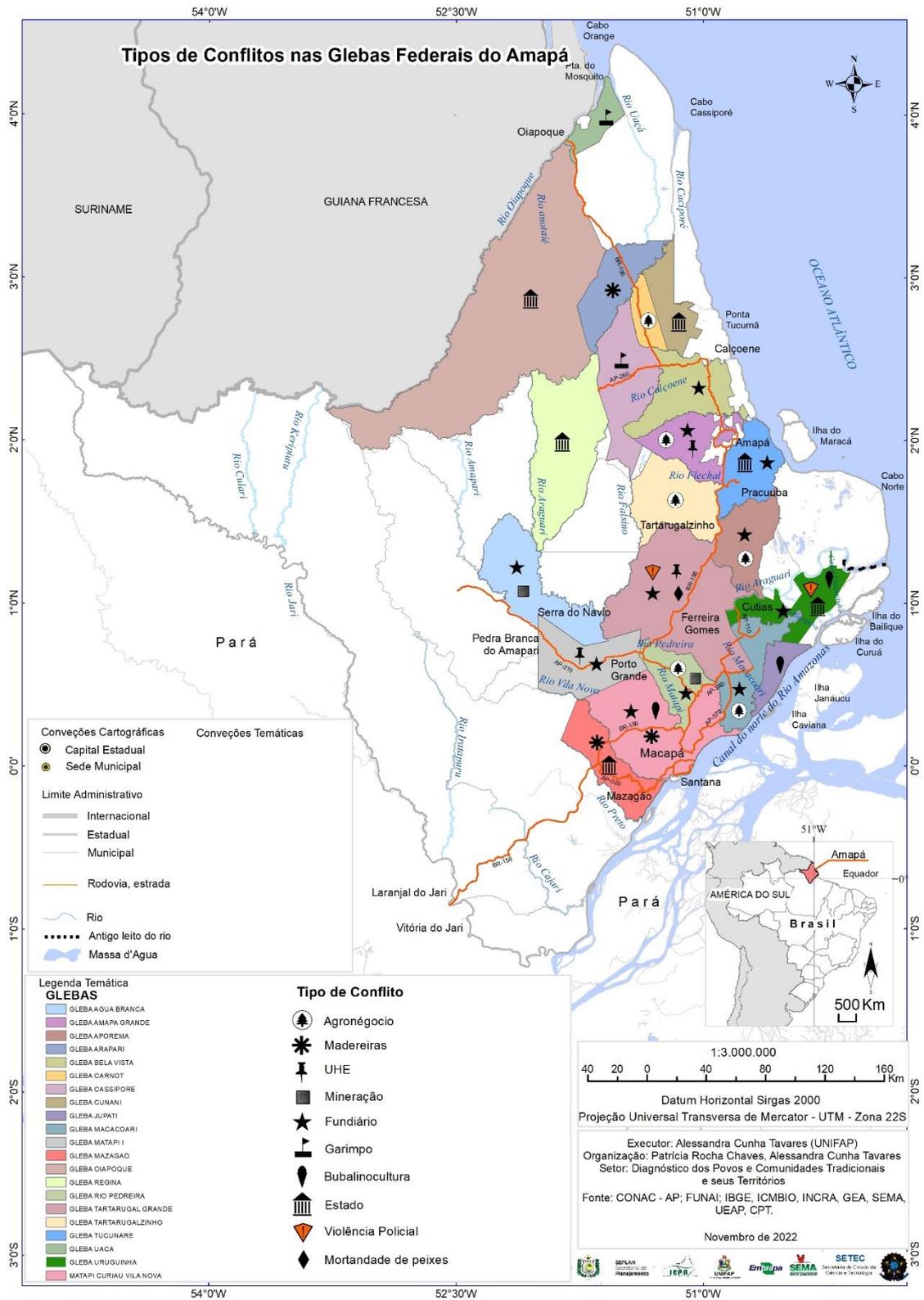


Figura 2 - Mapa dos conflitos socioterritoriais incidentes nas glebas federais, terras públicas não destinadas, Amapá, Brasil (2011 - 2021)

Fonte: CPT (2022) adaptado pelos autores.

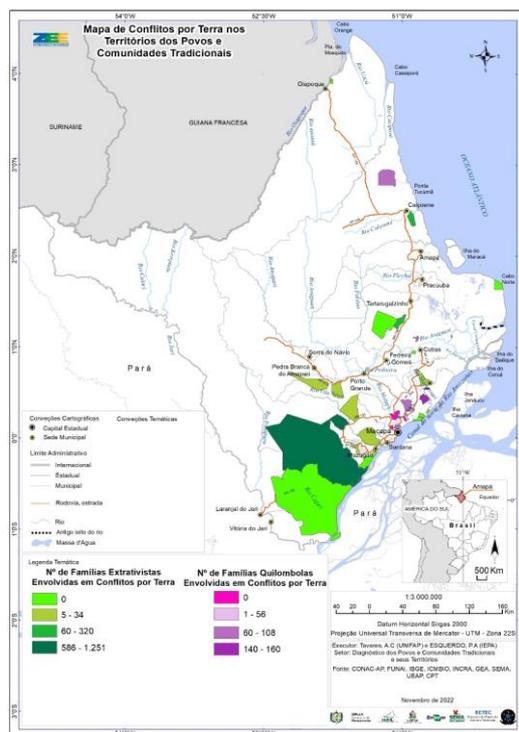


Figura 3 - Mapa dos conflitos socioterritoriais incidentes nos territórios extrativistas e quilombolas Amapá, Brasil (2011 - 2021),

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

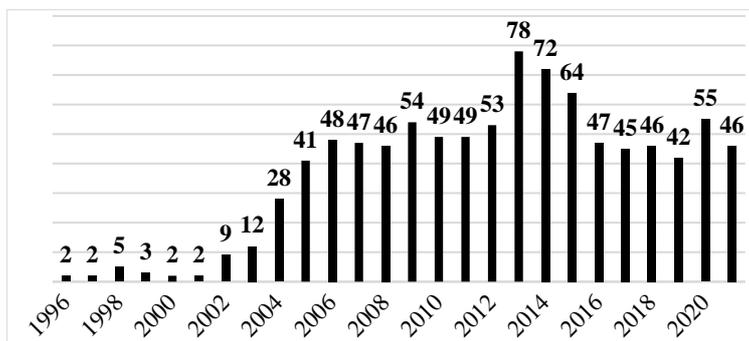


Gráfico 2 - Ocorrências de conflitos socioterritoriais no Amapá, Brasil (1996 - 2021)

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

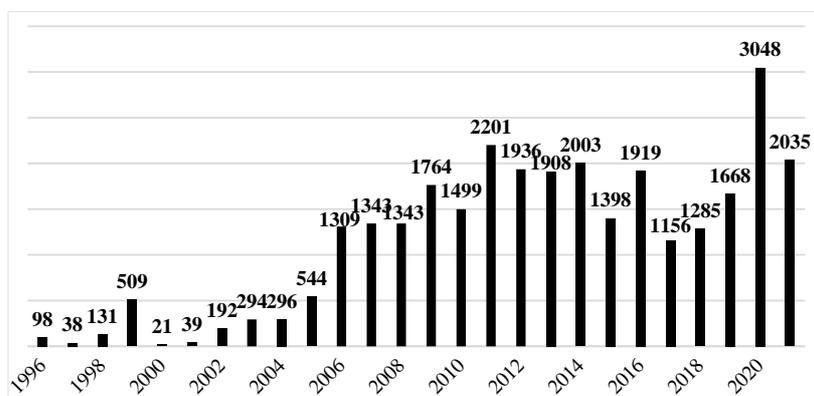


Gráfico 3 - Número de famílias envolvidas em conflitos socioterritoriais no Amapá, Brasil (1996 - 2021)

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

A partir dos dados contidos nos gráficos, podemos inferir que os conflitos no campo no Amapá são constantes e estão em ritmo acelerado. O que explica o aumento nos números a partir da segunda metade da década de 2000 é, de um lado, a compra da Amcel pelo grupo japonês Nippon Paper, que passou a judicializar os conflitos, causando o despejo de dezenas de famílias. De outro lado, a chegada da soja de atores ligados a fronteira do agronegócio, que disputa as mesmas áreas ocupadas tradicionalmente pelos posseiros e comunidades quilombolas. O repasse de terras da União para o Amapá tende a acirrar ainda mais esses conflitos já existentes, que têm sido menosprezados no curso desse processo. No ano de 2020, houve uma análise mais detalhada pela CPT dos conflitos incidentes nas diferentes glebas, como apresentado na Quadro 1.

GLEBA	TIPO DE CONFLITO/AGENTE CAUSADOR
Amapá Grande	Agronegócio, AMCEL, Madeiras, Grilagem de Terras, UHE
Água Branca	Mineradora, especulação fundiária
Aporema	Especulação fundiária, Agronegócio
Arapari	Madeirasas
Bela Vista	Grilagem de Terras, especulação fundiária
Carnot	Agronegócio
Cassiporé	Garimpo
Japati	Bubalinocultura
Jubati	Bubalinocultura
Macacoari	Agronegócio, Grilagem de terras
Matapi Curiau Vila Nova	Grilagem de terras, bubalinocultura, especulação fundiária, madeiras
Matapi I	Grilagem de terras
Mazagão	Madeira, Conflitos com o Estado*
GLEBA	TIPO DE CONFLITO/AGENTE CAUSADOR
Oiapoque	Conflitos com o Estado *
Regina	Conflitos com o Estado *
Rio Pedreira	Agronegócio, grilagem de terras, mineração
Santa Maria	Madeira
Tartarugal Grande	Grilagem de terras, Violência policial e mortandade de peixes
Tartarugalzinho	Agronegócio
Tucunaré	Grilagem de terras, Conflitos com o Estado *
Uruguinha	Bubalinocultura, Grilagem de terras

Quadro 1 - Glebas da União e tipos de conflito e/ou agente causador levantado, Amapá, Brasil (2020)
(Conclusão)

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

*Envolvem diversos órgãos representativos do Estado brasileiro, tais como Inbra, ICMBio, Imap/Terrap e outros.

O processo de repasse das terras, com seus emaranhados de vaivéns, desperta dúvidas quanto ao atendimento às premissas constitucionais de garantir a posse e direito

àqueles sujeitos que a ocupam. Ou se prevalece o interesse privado na concentração da terra para atendimento de grandes projetos econômicos capitalistas?

CONFLITOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Para caracterização dos conflitos incidentes nos territórios quilombolas, consideramos inicialmente os 31 territórios quilombolas que têm processo de reconhecimento e titulação constantes nos cadastros do INCRA, destes, quatro estão titulados e os demais em processo de titulação. Os quilombos já titulados são: Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari e São Raimundo do Pirativa. Há, ainda, outras 36 comunidades autodeclaradas quilombolas, mas que ainda não tiveram seus processos de reconhecimento iniciados pela Fundação Palmares. O Quadro 2 apresenta os referidos territórios quilombolas do Amapá.

1	Abacate da Pedreira	36	Conceição do Macacoari
2	Alto Pirativa	37	Cunani
4	Ambé	38	Curiau
5	Associação Cultural de São Sebastião de Mazagão Novo	39	Curralinho
6	Associação Cultural São Tomé	40	Engenho do Matapi
7	Associação de Moradores Agricultores familiares de São Francisco do Piririm	41	Grupo de Raizes do Marabaixo Infantil- Grupo marbaixo da Gungá
8	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Conceição de Macacoari	42	Igarapé do Lago
9	Associação de Moradores do Tessalônica	43	Igarapé do Lago do Maraca
10	Associação de Moradores dos Produtores Rurais do São Pedro do Carana	44	Igarapé do Palha
11	Associação de Moradores e agricultores	45	Ilha Redonda
12	Associação de Moradores e Agricultores do Areal do Matapi	46	Kulumbu do Patuazinho
13	Associação de Moradores e Agricultores quilombola da ressaca da pedreira	47	Lagoa do Índios
14	Associação de moradores e Agricultores Quilombola do São Francisco do Matapi	48	Mata Fome
15	Associação de Moradores e Produtores Rurais Remanescentes do Quilombo São Joao do Maruanum 2	49	Mel da Pedreira
16	Associação de Moradores Remanescentes Quilombola de Cunani	50	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos
17	Associação de Moradores São Luiz Flexal	51	Nova Esperança do Pirativa
18	Associação de Mulheres e Agricultores de São benedito do Piririm	52	Pacui
19	Associação de Ribeirinhos Afrodescendentes do São João do Matapi	53	Ressaca da Pedreira

20	Associação do QUILOMBO do Pescada	54	Rosa
21	Associação dos Agricultores e familiares da Comunidade do São Thiago	55	Santa Luzia do Maruanum
22	Associação dos Moradores do Quilombo do Curia	56	Santo Antonio do Matapi
23	Associação dos Moradores e AGRICULTORES da Casa Grande	57	São Benedito
24	Associação dos Moradores e Produtores da Comunidade remanescentes de Quilombolas de São José do mata Fome	58	São Francisco do Matapi
25	Associação dos Moradores remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira	59	São João do Maruanum
26	Associação dos produtores moradores da comunidade que são Raimundo Maruanum	60	São Joao I do Maruanum II
27	Associação dos Remanescentes das Comunidades do Igarapé do Lago do Maraca	61	São Jose do Mata Fome
28	Associação Quilombola do Tapereira	62	São Jose do Matapi do Porto d Ceu
29	Associação Quilombola dos Remanescentes do Alto Pirativa	63	São Miguel do Macacoari
30	Associação Quilombola São raimundo do Pirativa	64	São Pedro dos Bois
31	Associação Quilombolas da Comunidade do Igarapé do Lag	65	São Raimundo do Pirativa
32	Associação dos Moradores ribeirinhos Pescadores Extrativista Quilombola da Comunidade do Lontra da pedreira	66	São Tome do Aporema
33	Campina Grande	67	Tapera
34	Carmo do Maruanum	68	Vila Velha

Quadro 2 - Territórios quilombolas e comunidades quilombolas do Amapá, Brasil (Conclusão).

Fonte: INCRA (2022); Fundação Palmares (2022); Organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

Ao longo dos últimos 10 anos, muitos destes territórios quilombolas estiveram envolvidos em conflitos por terra, como apresentado nos gráficos 4 e 5. A maior parte desses conflitos decorre do avanço da fronteira do agronegócio de grãos no cerrado amapaense sobre territórios ocupados historicamente por muitas dessas comunidades.

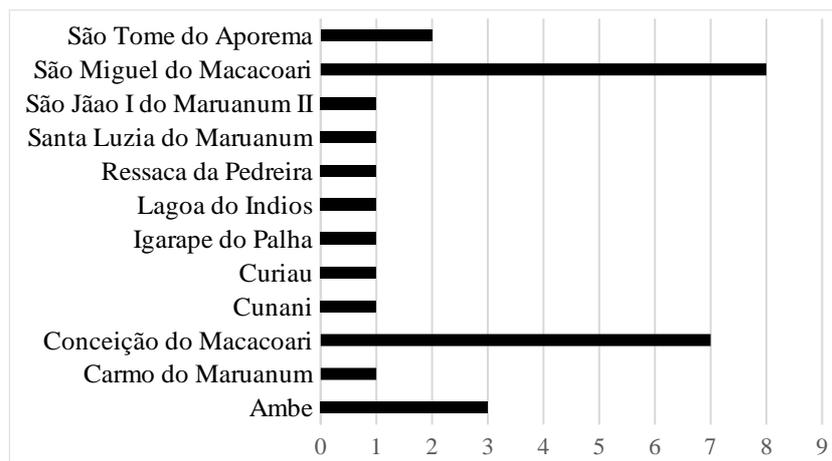


Gráfico 4 - Número de ocorrências de conflitos socioterritoriais em território quilombola no Amapá, Brasil (2012 - 2021).

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

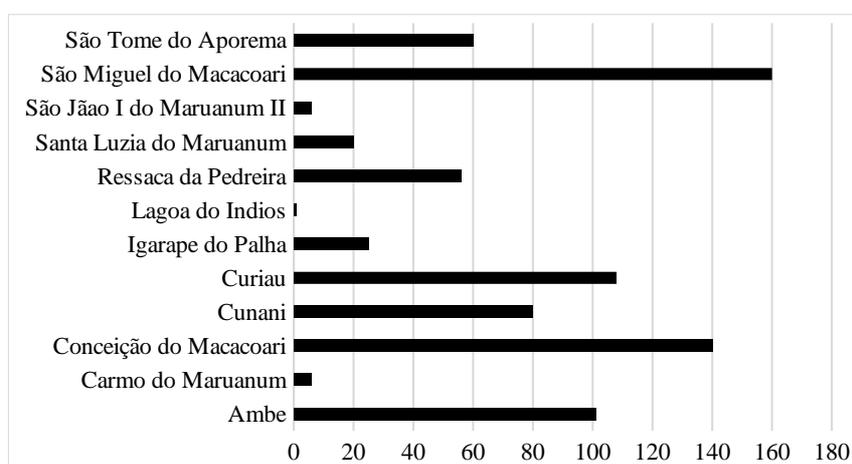


Gráfico 5 - Número de famílias envolvidas em conflitos socioterritoriais em território quilombola no Amapá, Brasil (2012 - 2021).

Fonte: CPT (2022), organização: Chaves, P.R e Tavares, A.C.

Pelos gráficos, é possível verificar que os quilombos mais impactados em número de conflitos e famílias envolvidas são: São Miguel do Macacoari, no município de Itaubal, Conceição do Macacoari e Ambé, ambos no município de Macapá. Nesses três territórios, os conflitos estão relacionados ao aumento da violência contra posse e contra a pessoa, relacionada com o agronegócio, a grilagem de terras e o uso de agrotóxicos, conforme informações da CPT. No território do Ambé, devido a morosidade do Estado em reconhecer e titular a comunidade quilombola, tem havido invasões e ameaças aos seus moradores por empresários do ramo de grãos, com a realização de plantios em terras públicas ocupadas ilegalmente (griladas) ou adquiridas por meio da compra de posses (SOARES, 2019; CPT, 2022) e com licenciamento ambiental irregular segundo consta decisão do Ministro Luiz Fux do Superior Tribunal Federal em resposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5475 impetrada pelo Instituto Defenda-se das Ilegalidades do Estado.

Outro agente causador de conflitos em comunidades quilombolas é a empresa Amcel (Amapá Florestal e Celulose S/A), como é o caso da comunidade Igarapé do Palha, que enfrenta processos judiciais com a empresa nos últimos 10 anos.

RECOMENDAÇÕES

Como parte deste diagnóstico que tenderá compor o relatório do Zoneamento Ecológico Econômico do Amapá, neste contexto histórico que se encontram os conflitos socioterritoriais no Amapá, vemos necessidade de ampliar os espaços de debate sobre os temas agrários e socioambientais. Evidências sobre transformações territoriais em curso, marcadas por injustiças, ilegalidades e prejuízos para os povos e comunidades tradicionais foram apresentadas nas análises. Desta forma, é imperativo que as áreas já destinadas sejam mantidas para fins de conservação e adoção de práticas econômicas de baixo impacto ambiental e social, e que sejam garantidos os meios para sua proteção e efetiva gestão sustentável.

Nas áreas não destinadas, e, que se encontram em fins de regularização fundiária, alerta-se para os riscos eminentes de destinação inadequada, sem respeito as designações constitucionais que preveem a terra pública para fins de reforma agrária. Portanto parece incoerente contemplar regularização de áreas superiores a 15 módulos fiscais para sujeitos que não possuem identidade e residência local. Os conflitos relatados evidenciam por um lado, a disputa de classes, entre agricultores posseiros e outras gêneses de povos tradicionais frente a empresários do ramo agropecuário que tem a terra como objeto de negócio. Por outro, o papel das organizações de estado como provedoras de políticas que privilegiam projetos de desenvolvimento econômico em contraponto aos interesses sociais.

A partir das informações e análises apresentadas, este estudo recomenda:

- 1) A destinação e reconhecimento das terras amapaenses prioritariamente para a agricultura familiar, respeitando a ocupação dos povos e comunidades tradicionais;
- 2) Garantia de instrumentos de governança e mediação pública para resolução dos conflitos fundiários;
- 3) Garantia do reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas com áreas condizentes com a reprodução dos seus modos de vida;
- 4) Avaliação sistemática do impacto ambiental e nas pessoas, causado pelas atividades legais e ilegais de mineração/garimpo e cultivo de grão com a utilização de agrotóxicos dentro e no entorno dos territórios dos povos e comunidades tradicionais;
- 5) Cumprimento dos preceitos legais estabelecidos pela Convenção 169 da OIT no que se refere a consulta livre, prévia e informada em todos os projetos que impactem direta e indiretamente os PCTs do Amapá, com destaque para a destinação de terras públicas sobrepostas ou no entorno de seus territórios, atividades minerárias e de exploração de petróleo.
- 6) Implementação das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no que diz respeito aos seus princípios, objetivos, instrumentos e planos de desenvolvimento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui proposto foi construído para dar subsídios a construção do ZEE do Amapá, no enfoque dos conflitos socioterritoriais. A ênfase foi tratar acerca dos dados publicados anualmente pela CPT, que no Amapá, é praticamente a única entidade que aborda o tema e nisso tecer nossas análises.

O Amapá possui em sua base econômica, um histórico de exploração dos recursos naturais que iniciou com a mineração de manganês, expandiu para agropecuária e silvicultura e atualmente encontra-se integrada entre a produção energética e a agricultura. Tais condições colocaram a situação numa ordem de conflitos entre os povos que habitam o território ancestralmente e as novas atividades capitalizadas. A esse fenômeno tratamos por disputas socioterritoriais.

Nestas disputas, as novas hidrelétricas construídas, desterritorializaram povos que vivam as margens dos rios e dali supriam suas necessidades básicas. Em outras áreas, com os quilombolas e de posseiros, a relação entre o uso da terra e propriedade privada se opõe. Os povos que ali vivem, usam a terra e quase sempre não dispõem do título jurídico, fator que tem proporcionado conflitos quando grileiros utilizando de mecanismos fraudulentos conseguem emissão de licenças e cadastro em órgão de regularização.

Nesse sentido, nossa pesquisa aqui proposta adverte pela necessidade de gerar publicidade e cobrar dos órgãos públicos a efetividade na gestão fundiária, na criação de um zoneamento capaz de gerar um modo de desenvolvimento equilibrado com as demandas locais com redução dos conflitos socioterritoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, E. M. et al. **Diagnóstico fundiário do estado do Amapá**. Macapá: Instituto Nacional de colonização e reforma Agrária-Incra, Superintendência Regional no Amapá, 2006. 40 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943

BRASIL. Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. **Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 1971.

BRASIL. Decreto-lei nº 14.004 de 26 de maio de 2020. **Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2020.

CAMAROTO, M. **Linha de transmissão chega a Macapá, mas sem energia**. 17/04/2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/linha-de-transmissao-chega-macapá-mas-sem-energia>. Acesso em: 08/08/2014.

CAMILO, J. V. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, 2003.

CARDOSO, F. S. S. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX.** Associação de Universidades Amazônicas, UNAMAZ, 2008.

CARMO, E. M. Os mecanismos de consenso e coerção em torno do projeto de desenvolvimento hegemônico no Amapá. **PRACS: Macapá**, v. 13, n. 2, p. 253-270, jul./dez. 2020

CARTA aberta sobre o Repasse das Terras da União para os Estados de Amapá, Rondônia e Roraima. Seminário “Repasses das terras: para quê e para quem?” 19 e 20 de setembro de 2022, Macapá, Amapá.

CPT - Comissão Pastoral da Terra Amapá. **Conflitos no Campo: Brasil 1996 – 2019/** Centro de Documentação Dom Tomás Babuino – Goiânia: CPT Nacional, 1985 – 2019. Abril, 2020.

CPT - Comissão Pastoral da Terra Amapá. **Conflitos no Campo: Brasil 1996 – 2021/** Centro de Documentação Dom Tomás Babuino – Goiânia: CPT Nacional, 1985 – 2021. Abril, 2022.

CPT - Comissão Pastoral da Terra Amapá. 2017. **Análise da sobreposição de parcelas particulares georreferenciadas em área da Floresta Estadual do Amapá – FLOTA.** Relatório apresentado ao MPE-AP.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Presidente Prudente: Revista Nera, ano 8, n. 6, 2005.

FLEXA, R. C. Colonização e ordenamento das terras no Território do Amapá (1943-1988). **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 3 n. 1, p. 87-98, jan.-jun. 2013.

HILARIO, R. R.; et al. The Fate of an Amazonian Savanna: Government Land-Use Planning Endangers Sustainable Development in Amapá, the Most Protected Brazilian State. **Review Article Tropical Conservation Science**. v. 10: 1-8, 2017.

HULSMAN, L. S. O comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). In. **Revista Estudos Amazônicos**. 6 (1): p. 178-202, 2011.

ITERPE. **Comissão de mediação e conflitos, áreas emblemáticas de conflitos agrários em Pernambuco.** Recife: SDA/GEP, 2019. disponível em: <https://www.lai.pe.gov.br/iterpe/conflitos-agrarios>.

LOMBA, R. M.; PORTO, J. L. R. Conflitos na fronteira amazônica: conservação e disputas nas áreas protegidas do Amapá - Brasil. **Confins (PARIS)**, v. 1: p. 1-20, 2020.

LOMBA, R. M.; SCHWEITZER, A. F. Disputas socioterritoriais no Amapá: conflitos por terra, água e florestas. **Confins (PARIS)**, v. 1: p. 1-15, 2022.

LOMBA, R, M; SILVA, E. C. Renda e propriedade privada da terra: uma leitura sobre a regularização fundiária no estado do Amapá - Brasil. **GEO UERJ**, v. 40: p. 1-19-19, 2022.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MEIRELLES, P. R. L.; MOCHIUTTI, S. Impactos ambientais da bubalinocultura nos campos inundáveis do Amapá. In: **Workshop Ecolab 5**, Macapá, 2000. Ecosistemas Costeiros Amazônicos: boletim de resumos. Macapá: IEPA, 2000, p.57-61.

MUSTIN, K; CARVALHO, W. D; HILÁRIO, R. R; COSTA-NETO, S. V; SILVA, C. R; VASCONCELOS, I. M; CASTRO, I. J; EILERS, V; KAUANO, E. E; MENDES-JUNIOR, R. N. G; FUNI, C; FEARNSIDE, P. M; SILVA, J. M. C; EULER, A. M. C; TOLEDO, J. J. **Biodiversity, threats and conservation challenges in the Cerrado of Amapá, an Amazonian savanna.** Nature Conservation 22: 107-127, 2017. <https://doi.org/10.3897/natureconservation.22.13823>

PEREIRA, H. R.J. **O chão do conflito:** estado ditatorial, grandes projetos e campesinato na Amazônia amapaense (1978-1985). Dissertação (mestrado em História). Macapá, Universidade Federal do Amapá, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De utopias e de Topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/ABYA YALA. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3: p. 10-58, 2017.

RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá).** São Paulo: FFLCH/PPGEO/USP, 2017. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

RCA. Rede de Cooperação Amazônia. **Carta Aberta dos Waiãpi sobre o Decreto de Extinção da Renca.** Disponível em: <https://rca.org.br/2017/09/carta-aberta-dos-wajapi-sobre-o-decreto-de-extincao-da-renca>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

SANTOS, A. Amapá recebe a titularidade de seis áreas de terras da União. *In: Amapá recebe a titularidade de seis áreas de terras da União.* [S. l.]: Santos, Anne, 8 abr. 2022. Disponível em: <https://amapa.gov.br/noticia/0804/amapa-recebe-a-titularidade-de-seis-areas-de-terras-da-uniao>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SALDANHA, J. D. M.; CABRAL, M. P. A longa história indígena na costa norte do Amapá. **Anuário Antropológico**, 39 (2): p. 99-114, 2014.

SOARES. L.R. **Conflitos territoriais e identidade quilombola da comunidade do Ambé no Amapá.** Goiânia: PPGEO/UFG, 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

Capítulo 08

FITOFISIONOMIA DAS SAVANAS DO ESTADO DO AMAPÁ, BRASIL

Salustiano Vilar da Costa Neto
Izildinha de Souza Miranda

INTRODUÇÃO

A vegetação das savanas do planalto central brasileiro, é conhecida regionalmente de “Cerrado”, e é composta por um mosaico de diferentes fisionomias que já foram bem descritas na literatura (COUTINHO, 1978; 2006; RIBEIRO; WALTER, 1998; 2008; IBGE, 2012). Os fatores climáticos, edáficos e antrópicos, tais como o fogo, são importantes na determinação fisionômica da vegetação dos cerrados do planalto central brasileiro e nas savanas amazônicas (RUGIERRO *et al.* 2002; AMORIM; BATALHA, 2006; SILVA; BATALHA, 2008; DANTAS; BATALHA, 2011; NERI *et al.*, 2012; ROCHA; MIRANDA, 2014, COUTINHO, *et al.*, 2021; SANTOS, *et al.*, 2020; SANTANA, *et al.*, 2023).

As savanas disjuntas, existentes na Amazônia, são denominadas de savanas amazônicas, o mosaico de diferentes fisionomias também é reconhecido e já foi relacionado com fatores edáficos, como é o caso das savanas de Roraima (MIRANDA; ABSY, 2000; BARBOSA; FEARNSSIDE, 2005). Entretanto, as savanas disjuntas do Amapá ainda não foram bem descritos e por isso não há uma unanimidade sobre os tipos fisionômicos lá existentes.

A primeira descrição fisionômica para as savanas do Amapá foi realizada por Azevedo (1967). Esse autor identificou seis tipos eco-fisionômicos: três florestais e três campestres. Dentre os campestres estão: os cerrados, os campos limpos e os campos de várzea. A classificação do Projeto RADAMBRASIL identificou em áreas não alagadas, três tipos fisionômicos: savana florestada (cerradão), savana arborizada (campo cerrado) e savana parque (parque de cerrado) (VELOSO *et al.* 1991).

A existência de três tipos fisionômicos (cerradão, campo limpo e campo sujo) também foram reconhecidos por Rabelo e Van den Berg (1981). No entanto, as fisionomias foram diferentes daquelas relatadas pelo Projeto RADAMBRASIL. Já o Zoneamento Econômico-Ecológico do Amapá sugere a existência de apenas dois tipos fisionômicos (cerrado arbóreo-arbustivo e cerrado parque) (ZEE 2008).

Atualmente, o mapa de vegetação do Brasil (IBGE 2012) aponta para a existência de três formações savânicas no estado do Amapá: a savana arborizada, a savana parque e a savana gramíneo-lenhosa, além das áreas já modificadas pelas atividades agrárias. E mais recentemente a classificação dos subtipos das savanas da Amazônia (Pará e Amapá) através de uma chave dicotômica onde defini quatro tipos de savanas: florestada, arborizada, parque e gramíneo-lenhosa (AMARAL, *et al.*, 2019).

As savanas do Amapá, conhecidos como “Campos savânicos do Amapá” ou “Campos amapaenses” cobrem uma superfície de 9.986,89 km², que correspondem a 6,87% do Estado (ZEE 2008). Essa área vem sofrendo grande pressão antrópica; a partir da instalação de mineradoras na região e posteriormente do agronegócio (SILVA, 2006).

A hipótese é que similarmente aos cerrados brasileiros a fisionomia das savanas do Amapá é influenciada pelos fatores abióticos. Nesse contexto, este estudo objetiva

relacionar as características florísticas ou estruturais, encontradas nas savanas do Amapá e as características de solo, relevo, latitude, entre outros, afim de descrever as diferentes fisionomias.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado no estado do Amapá onde as áreas de savanas estão distribuídas no sentido norte-sul e na sua porção sudoeste (Figura 2.1), entre as coordenadas 04° 30' N a 01° 10' N e 50° 00' W a 52° 00' W, estendendo-se do Escudo das Guianas até o estuário do rio Amazonas, e estão presentes nos municípios Macapá, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene, Oiapoque e Laranjal do Jari.

A geologia dessa área de savana corresponde à era Cenozóica, formada pela formação Barreiras e caracterizada morfologicamente por platôs baixos dissecados ou relevo colinoso (Leite *et al.* 1974). Essas áreas estão sobre Latossolo Amarelo, aluminizados, constituídos por sedimentos areno-argilosos, arenosos, argilo-siltosos e conglomerados, e distribui-se em relevo plano e suave ondulado (RODRIGUES *et al.* 2000).

O clima da região é do tipo tropical quente (Amw de Köppen), com um período chuvoso (entre dezembro e agosto), e uma estação seca de baixa precipitação (setembro a novembro). A umidade relativa do ar de 85%. A temperatura média anual situa-se entre 26 °C e 28 °C e precipitação total anual varia entre 1.500 mm a 3.500 mm (IBGE 1990).

A savana do Amapá possui uma distribuição no sentido norte-sul, esse eixo foi dividido em 12 linhas latitudinais de 15' em 15'. Em cada linha foram demarcados três pontos, um ponto central, um ponto a leste e um ponto a oeste. Além desses pontos também foram acrescentados sete pontos fora do eixo norte-sul: cinco pontos no sudoeste do estado, no Assentamento Maracá e Reserva Extrativista do Rio Cajari. Um ponto no Parque Nacional do Cabo Orange (Autorização para atividade com finalidade científica MMA/ICMBio/SISBIO Número 28.452-2). E um ponto no Oiapoque. No total foram inventariados 17,2 ha distribuídos em 43 pontos amostrais (Figura 1).

Em cada ponto foram inventariados em quatro parcelas de 1.000 m² as espécies arbóreo-arbustivas, com DAS ≥ 5 cm, e as espécies subarbustiva e herbácea em 40 parcelas de 1 m² totalizando 17,2 ha distribuídos em 43 pontos amostrais.

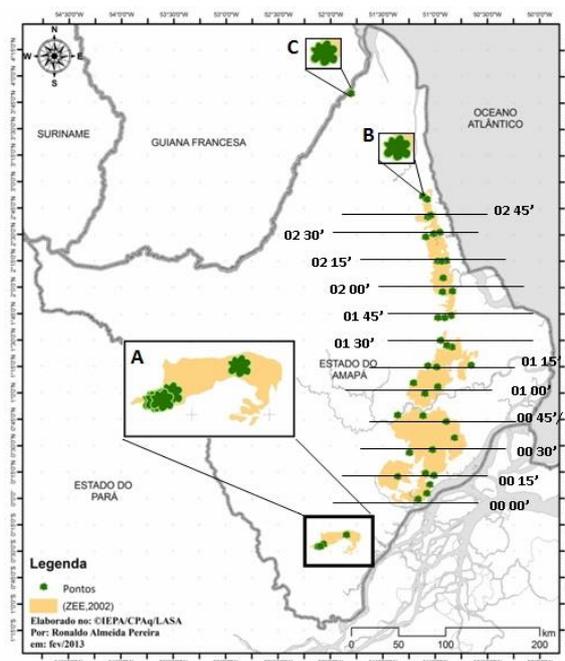


Figura 1 - Localização das Savanas do estado do Amapá (laranja) e dos pontos amostrais para o inventário florístico (pontos em verde), distribuídos em 12 linhas latitudinais, no eixo norte-sul, a cada 15'. Além desses pontos foram acrescentados (A) cinco pontos no sudoeste do estado; (B) um ponto no Parque Nacional do Cabo Orange e; (C) um ponto no Oiapoque.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram registrados no trabalho 378 táxons, distribuídos em 221 gêneros e 73 famílias. As plantas herbáceas e subarborescentes predominaram no inventário, com 68% das espécies; e, as plantas arbóreo/arbustivo representaram 31% das espécies.

As fisionomias diferenciaram-se entre si tanto no estrato arbóreo-arbustivo, quanto no estrato herbáceo. A savana arbórea densa apresentou os maiores valores de densidade e área basal, e diferiu das outras quatro fisionomias, assim como a savana arbórea foi também diferente do campo sujo, e mais similar a savana rupestre (Tabela 1).

Essas diferenças fitofisionômicas foram evidenciadas para as savanas de Roraima (MIRANDA; ABSY, 2000), Rondônia (MIRANDA *et al.* 2006) e para as savanas estuarinas amazônicas (ROCHA, 2012, ROCHA; MIRANDA, 2014, ROCHA, *et al.*, 2014; COUTINHO, *et al.*, 2021).

Entre as características fisionômicas, as maiores densidades e alturas do estrato arbóreo-arbustivo distingue a savana arbórea densa e a ausência desse estrato distingue a savana gramíneo-lenhosa. Acrescentando o número de espécies exclusivas de cada fisionomia, que foi importante para um gradiente fisionômico estrutural na seguinte ordem decrescente: savana arbórea densa, savana arbórea, savana rupestre, campo sujo e savana gramíneo-lenhosa.

Localizadas predominantemente mais ao norte do Estado, as savanas gramíneo-lenhosas e o campo limpo, ocupam extensas áreas de relevo colinoso e plano, com conglomerados e rochividade, com predomínio de solos franco-siltosos, de mal a bem drenados. Nas áreas mais planas é possível encontrar uma vegetação com influência fluvial dominadas por buritis (*Mauritia flexuosa* L.).

Fisionomias/ Características	Savana Arbórea Densa	Savana Arbórea	Campo Sujo	Savana Gramíneo- Lenhosa	Savana Rupestre
Nº de Pontos amostrais	6	13	13	8	3
Nº de Espécies Total	104	168	122	87	81
Nº de Gêneros Total	77	108	84	54	65
Nº de Famílias Total	36	47	38	26	29
Nº de Espécies Exclusivas	11	38	13	16	10
Estrato arbóreo-arbustivo					
Nº de Espécies/ponto	10	7	6	0	10
Altura média	2,43	2,27	2,17	0	2,75
Densidade média (ind/ha)	590	317	148	0	239
Área Basal média (m ² /ha)	1.58	0.98	0.50	0	0.91
Estrato herbáceo					
Nº de Espécies/ ponto	33	35	36	27	36
Cobertura total por ponto	77.8	77.4	91.3	79.8	66.0

Tabela 1 - Características florísticas e estruturais das fisionomias das savanas do Amapá. Média \pm Desvio Padrão das espécies dos 43 pontos estudados nas savanas do estado do Amapá, Brasil.

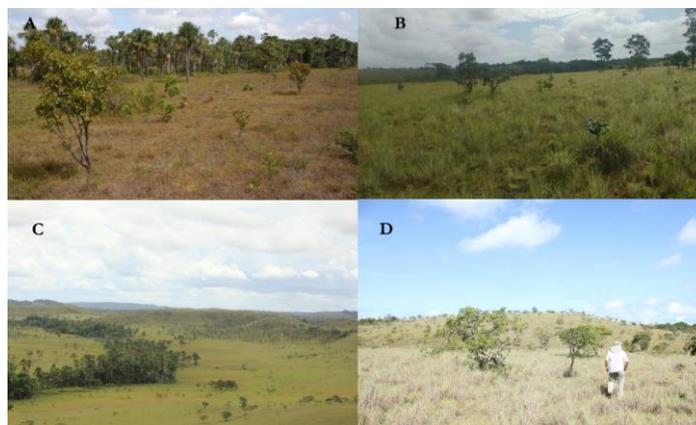
Nas savanas gramíneo-lenhosas o estrato herbáceo, apresenta uma das menores riquezas florísticas (87 espécies) e alta exclusividade ambiental; sendo 16 espécies (18% do total) encontradas apenas nesse tipo de fisionomia. No estrato arbustivo há o domínio de *Byrsonima verbascifolia* (L.) D C. As espécies mais frequentes e abundantes foram *Coleataenia stenodes* (Griseb) Soreng, *Paspalum pulchellum* Kunth, *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth e *Trichanthecium nervosum* (Lam.) Zuloaga e Morrone (Mosaico 1).



Mosaico 1 - Savana gramíneo-lenhosa com relevo plano e mal drenado (Fotos: Salustiano Vilar da Costa Neto e Izildinha de Souza Miranda). (A) Savana no município do Amapá, (B) Savana gramíneo-lenhosa com presença de *Byrsonima verbascifolia* (L.) D C., (C) Savana no município de Calçoene, (D) Solo franco-siltosos. Savanas do estado do Amapá, Brasil.

Os campos sujos apresentaram uma riqueza de 122 espécies, o estrato arbóreo-arbustivo apresenta uma altura média de 2,2 m, densidade média de 148 indivíduos ha⁻¹ e área basal média de 0,50 m² ha⁻¹, com predominância de *Ouratea hexasperma* (A.St.-Hil.)

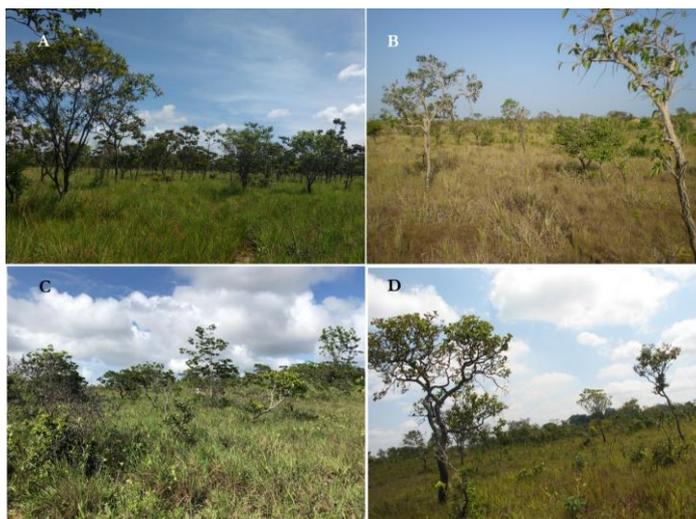
Baill. e *Palicourea rigida* Kunth, e o estrato herbáceo é dominado por *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth, *Paspalum pulchellum* Kunth, *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze (Mosaico 2).



Mosaico 2 - Savana Campo sujo com relevo suavemente ondulado, solos bem drenados (Fotos: Salustiano Vilar da Costa Neto e Izildinha de Souza Miranda). (A) Savana no município de Calçoene, (B) Savana no município de Pracuaba, (C) Savana na RESEX Rio Cajari, (D) Savana na região de Tracajatuba. Savanas do estado do Amapá, Brasil.

As savana arbórea e savana arbórea densa predominam mais ao sul, em geral sobre relevo suavemente ondulado, solos bem drenados e com predomínio ou não de conglomerados e rochosidade.

A savana arbórea apresentou a maior riqueza florística (164 espécies), sendo que 22% das espécies foram encontradas apenas nesse tipo fisionômico. Seu estrato arbóreo-arbustivo apresenta altura média de 2,3 m, com densidade média de 317 indivíduos ha^{-1} e área basal $0,98 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$ (Mosaico 3). Essa fitofisionomia é caracterizada principalmente por arbustos de *Byrsonima crassifolia* e *Ouratea hexasperma*, o estrato herbáceo é dominado por *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze e *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth, e também apresenta alta frequência do subarbusto *Tibouchina aspera* Aubl.



Mosaico 3 - Savana arbórea sobre relevo plano a suavemente ondulado, e solo bem drenado (Fotos: Salustiano Vilar da Costa Neto). (A) Savana Alinha “F” km 9, município de Macapá, (B) Savana na região do Corré Água, município de Macapá, (C) Savana no município de Porto Grande, (D) Savana na região do Lago Novo, município de Tartarugalzinho. Savanas do estado do Amapá, Brasil.

A savana arbórea densa ocupa boa parte da região leste da rodovia (BR 156), em contato com o cinturão lacustre que compõe a planície costeira do Estado. Essa fisionomia apresenta o estrato arbóreo-arbustivo, mais adensado, cobre mais de 70% da superfície do solo, representado por lenhosas com média de altura 2,4 m, e os maiores valores de densidade média, com 590 indivíduos ha^{-1} , e área basal, com 1,58 $m^2 ha^{-1}$ (Mosaico 4). Dentre as espécies dominantes do estrato arbóreo, encontraram-se: *Byrsonima crassifolia*, *Ouratea hexasperma* (A.St.-Hil.) Baill. e *Salvertia convallariodora* A.St.-Hil.. No estrato herbáceo há uma densa cobertura de *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze e *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth; o subarbusto *Tibouchina aspera* Aubl também é frequente nas savanas arbóreas densas.



Mosaico 4 - Savana arbórea densa com estrato arbóreo-arbustivo mais adensado, relevo plano, solos bem drenados (Fotos: Salustiano Vilar da Costa Neto). (A) Km 12 município de Macapá, (B) Savana na região do Mangabeira, município de Macapá, (C) Savana no município de Ferreira Gomes, (D) Savana na RESEX do Rio Cajari. Savanas do estado do Amapá, Brasil.

A savana rupestre ocupa parte dos afloramentos rochosos da Reserva Extrativista do Rio Cajari, com altitudes de aproximadamente 80 m, a sudoeste do Estado. Esta formação ocorre sobre Neossolo Litológico, são solos rasos e pobres em nutrientes, o lençol freático é superficial, com reduzida capacidade de retenção devido ao substrato rochoso. Essa fisionomia, juntamente com o campo limpo apresenta a menor riqueza específica (81 espécies) e dez espécies exclusivas (12% do total) (Mosaico 5). Composto por um estrato arbóreo-arbustivo com a maior altura média, 2,75 m, densidade média de 239 indivíduos ha^{-1} e área basal de 0,91 $m^2 ha^{-1}$.

As espécies desta fisionomia assemelham-se a savana arbórea, com a dominância do arbusto *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth, e uma alta frequência de *Salvertia convallariodora* A.St.-Hil. O estrato herbáceo é densamente coberto por *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth, *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze, *Coleataenia stenodes* (Griseb) Soreng, *Savagesia erecta* L., *Tibouchina aspera* Aubl. e *Rhynchospora globosa* (Kunth) Roem. & Schult.



Mosaico 5 - Savana Rupestre sobre afloramentos rochosos na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá, Brasil. (Fotos: Salustiano Vilar da Costa Neto e Izildinha de Souza Miranda).

As fisionomias apresentadas neste estudo podem ser melhor enquadradas nos tipos fisionômicos descritos por IBGE (2012), Ribeiro e Walter (1998, 2008) e Amaral et al (2019) do que naqueles tipos fisionômicos descritos para o Estado do Amapá por Azevedo (1967), Rabelo e van den Berg (1981) e Zoneamento Econômico-Ecológico Amapá (ZEE 2008) ou naqueles descritos para os cerrados do Planalto Central brasileiro por Coutinho (2006) (Tabela 2). Apenas as savanas gramíneo-lenhosas foram citadas pela maioria dos estudos.

A savana rupestre do sudeste do Estado nunca foi descrita e devem ser associados à Savana Parque, com feição de campos litossólicos e/ou rupestres proposto por Amaral et al (2019), mas não identificado no Estado (IBGE 2012). Também pode estar associado ao cerrado sentido restrito, no subtipo Cerrado Rupestre proposto por Ribeiro e Walter (1998, 2008) para os cerrados do Brasil Central, uma vez que esses autores descrevem essa fisionomia com a ocorrência de solos litológicos em áreas rochosas.

Algumas espécies são dominantes em todas as fisionomias, com destaque para *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth, indicando uma ampla aptidão da espécie em ocupar vários ambientes edáficos. Miranda e Absy (2000) e Magnusson, et al. (2008) também mostraram grande abundância dessa espécie entre as savanas de Roraima e Alter do Chão em Santarém. Esta amplitude na ocupação de ambientes pôde ser verificada, também para as espécies herbáceas como no caso de *Trachypogon spicatus* (L.f.) Kuntze e *Rhynchospora barbata* (Vahl) Kunth, que também são comuns nas savanas de Roraima, Pará e Amazonas (MIRANDA; ABSY, 2000; MAGNUSSON, et al. 2008; ROCHA E MIRANDA, 2014; ROCHA; COSTA NETO, 2019; ROCHA; COSTA NETO, 2020).

Fisionomia	Azevedo (1967)	Rabelo; Van Den Berg (1981)	Ribeiro; Walter (2008)	Coutinho (2006)	ZEE (2008)	IBGE (2012)	Amaral et al. (2019)	Este Estudo
Florestal		Cerradão	Cerradão	Cerradão		S. Florestada - Cerradão	S. Florestada	
Savânica			Cerrado Sentido Restrito – Denso	Cerrado <i>sensu stricto</i>	Cerrado arbóreo-arbustivo	S. Arborizada - Cerrado Denso	S. Arborizada	Savana Arborizada Densa

	Cerrado Típico		Cerrado Sentido Restrito – Típico			S. Arborizada - Cerrado Típico		
			Cerrado Sentido Restrito – Ralo		Cerrado Parque	S. Arborizada - Cerrado Ralo		
				Campo Cerrado		S. Arborizada - Campo cerrado	S. Arborizada	Savana Arborizada
						S. Parque - Campo Sujo de Cerrado		
						S. Parque - Cerrado de Pantanal		
						S. Parque - Campo de Murundus		
			Cerrado Sentido Restrito – Cerrado Rupestre			S. Parque - Campo Rupestre	S. Parque	Savana Rupestre
Campestre		Campo Sujo	Campo Sujo	Campo Sujo				Campo Sujo
	Campo Limpo	Campo Limpo	Campo Limpo	Campo Limpo		S. Gramíneo-Lenhosa - Campo Limpo de Cerrado	S. Gramíneo-Lenhosa	Savana Gramíneo-Lenhosa

Tabela 2. Comparação entre as classificações das fisionomias das savanas de Azevedo (1967), Rabelo e van den Berg (1981), Ribeiro e Walter (2008), Coutinho (2006), ZEE (2008), IBGE (2012), Amaral, *et al.* (2019) e este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As savanas do Amapá não são homogêneas, nelas podem ser encontradas várias fisionomias que se juntam formando o bem conhecido mosaico fisionômico das savanas brasileiras. Neste trabalho foram descritos cinco tipos fisionômicos (savana gramíneo-lenhosa, campo sujo, savana rupestre, savana arbórea e savana arbórea densa), que possuem características de altura e densidade de espécies arbóreo-arbustivas bastante associadas à granulometria dos solos, que certamente influencia na capacidade de retenção de água.

A distribuição dessas fisionomias parece seguir um padrão norte-sul, acompanhado por modificações do relevo, solos e clima. Mais ao norte, estão os savana gramíneo-lenhosa e campo sujo, geralmente em áreas colinosas e planas, com solos mal drenados, a savana arbórea e savana arbórea densa predominam mais ao sul, em geral sobre relevo suavemente ondulado a colinosos, com solos bem drenados, com ou sem conglomerados e rochoso. As savanas rupestres estão sobre os afloramentos rochosos da Reserva Extrativista do Rio Cajari, em altitudes maiores, no sudoeste do Estado.

AGRADECIMENTOS

Ao Gerenciamento Costeiro do Estado do Amapá - GERCO-AP em nome do MSc. Uédio Robds Leite da Silva e à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá -

SETEC, através do Edital Projeto Custeio Tese, pelos apoios financeiros. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA, pelas concessões das bolsas de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, D. D., ROCHA, A. E., PEREIRA, J. L. G., COSTA NETO, S. V. Identificação dos subtipos de savanas na Amazônia oriental (Pará e Amapá, Brasil) com uma chave dicotômica de individualização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais 14 (2): 183-195, 2019.
- AMORIM, P. K.; BATALHA, M. A. Soil Characteristics of a hyperseasonal cerrado compared to a seasonal cerrado and a floodplain grassland: implications for plant community structure. **Brazilian Journal Biology**. 66: 661-670, 2006.
- Azevedo, L. G. 1967. Tipos eco-fisionômicos de vegetação do Território Federal do Amapá. **Revista Brasileira de Geografia**. 2: 25-51, 1967.
- BARBOSA, R.I.; P.M. FEARNSSIDE. Fire frequency and area burned in the Roraima savannas of Brazilian Amazonia. **Forest Ecology and Management**, 204: 371-384, 2005.
- COUTINHO, J. M. C. P.; JARDIM, M. A. G.; CASTRO, A. A. J. F.; COSTA NETO, S. V.; VIANA JUNIOR, A.B. Environmental drivers organize woody plant assemblages across a cerrado vegetation mosaic in Northern Brazil. **Nature and Conservation**. 14 (3), p.1-21, 2021.
- COUTINHO, L. M. O conceito de cerrado. **Revista Brasileira de Botânica**. 1: 17-23, 1978.
- COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Botânica Brasílica**. 20: 1-11, 2006.
- DANTAS, V. L.; BATALHA, M. A. Vegetation structure: Fine scale relationships with soil in a cerrado site. **Flora**. 206: 341–346, 2011.
- IBGE. **Projeto zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 212p.
- IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira: Sistema fitogeográfico; Inventário das formações florestais e campestres; Técnicas e manejo de coleções botânicas; Procedimentos para mapeamentos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, 271p.
- LEITE, P. F., VELOSO H. P., GOES FILHO L. 1974. Vegetação, pp. 3-84 in: Projeto RADAM. **Folha NA/NB 22 Macapá: geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial de terra**. Volume 6. Rio de Janeiro: IBGE.
- MAGNUSSON, W. E.; LIMA, A. P.; ALBERNAZ, A. L. K .M.; SANAIOTTI, T. M.; GUILLAUMET, J. Composição florística e cobertura vegetal das savanas na região de Alter do Chão, Santarém - PA. **Revista Brasileira de Botânica**. 31: 165-177, 2008.
- MIRANDA, I. S.; ABSY, M. L. Fisionomias das Savanas de Roraima, Brasil. **Acta Amazônica**. 30: 423-440, 2000.
- MIRANDA, I. S.; ALMEIDA, S. S. E DANTAS, P. J. Florística e estrutura de comunidades arbóreas em cerrado de Rondônia, Brasil. **Acta Amazônica**. 36: 419-430, 2006.

- NERI, A.V.; SCHAEFER, C. E. G. R.; SILVA, A. F.; SOUZA A. L.; FERREIRA-JUNIOR, W.G.; MEIRA-NETO, J. A. A. The influence of soils on the floristic composition and community structure of an area of Brazilian cerrado vegetation. **Edinburgh Journal of Botany**. 69: 1-27, 2012.
- RABELO, B. V.; VAN DEN BERG, M. E. Nota previa sobre o estudo dos cerrados do Amapá. In: **Anais** do Congresso Nacional de Botânica. v. 32. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Piauí, p.134-140, 1981.
- RESENDE, M.; CURTI, N.; REZENDE, S. B.; CORRÊA, S. A. **Pedologia**: Base para distinção de ambientes. 4ª ed. NEPUT, Viçosa, 2002, 338p.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Eds.). **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina, Distrito Federal: Embrapa - CPAC, 1998, p. 89-166.
- RIBEIRO J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Eds.). **Cerrado**: ecologia e flora. Planaltina, Embrapa-CPAC, 2008, p.151-212.
- ROCHA, A. E. S. **Riqueza e abundância de Poaceae em savanas do estuário Amazônico**. Belém: UFRA/Embrapa, 2012. 110 p. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias), Universidade Federal Rural da Amazônia/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- ROCHA, A. E. S.; COSTA NETO, S. V. Variabilidade morfológica em *Trachypogon* Nees (Andropogoneae/Panicoideae) em áreas de savanas da Amazônia brasileira. **Biota Amazônia**, 10 (2): p. 11-13, 2020.
- ROCHA, A. E. S.; COSTA NETO, S. V. Florística e fitossociologia do estrato herbáceo/arbustivo em 19 áreas de savanas amazônicas, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Naturais**. 14 (2): p. 159-181, 2019.
- ROCHA, A. E. S.; MIRANDA, I. S.; COSTA NETO, S. V. Composição florística e chave de identificação das Poaceae ocorrentes nas savanas costeiras amazônicas, Brasil. **Acta Amazônica**. v. 44, p. 301-314, 2014.
- ROCHA, A. E. S.; MIRANDA, I. S. Poaceae communities in the savannas of the Amazon Estuary in Brazil. **Acta Botânica Brasilica**. v. 28, p. 559-568, 2014.
- RODRIGUES, T. E.; OLIVEIRA JUNIOR, R. C.; VALENTE, M. A.; BARRETO, W. O. **Caracterização e classificação dos solos do Campo Experimental do cerrado da Embrapa do Amapá**. Belém: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazônia Oriental, 2000, 37p.
- RUGGIERO, P. G. C.; BATALHA, M. A.; PIVELLO, V. R.; MEIRELLES, S. T. Vegetation-soil relationships in cerrado (Brazilian savanna) and semideciduous forest, Southeastern Brazil. **Plant Ecology**, 160: 1-16, 2002.
- SANTANA, M. M. M.; VASCONCELOS, R. N.; MARIANO NETO, E. Fire propensity in Amazon savannas and rainforest and effects under future climate change. **International Journal of Wildland Fire**, v. 32, n. 2, p. 149-163, 2022.
- SANTOS, R. O. D., SOUZA, A. P. D., SOARES, R. N., RABELO, F. G., COSTA, S. V. 2020. Effect of fire under the soils on the organization of communities of three remnants of Amazonian savannas. **Acta Botanica Brasilica**, 34, 505-521.
- SILVA, J. G. C. **Oiapoque**: uma parábola na floresta, estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira. Belém: NAEA/UFPa, 2006, 152 p. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Universidade Federal do Pará.

SILVA, M. S.; BATALHA, M. A. Soil–vegetation relationships in cerrados under different fire frequencies. **Plant Soil**, 311: 87-96, 2008.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada um sistema universal**. Rio de Janeiro: Embrapa, 1991, 124p.

ZEE. 2008. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá primeira aproximação do ZEE**. 3ª ed. Macapá: IEPA, 2008, 139p.

SOBRE OS AUTORES

Ana Margarida Castro Euler: Doutora em Ciências Ambientais e Florestais pela Graduate School of Environment and Information Science- Yokohama National University, Japão. Pesquisadora na Embrapa Amapá. E-mail: ana.euler@embrapa.br.

Alessandra Cunha Tavares: Geógrafa; Mestranda em Geografia pela UNIFAP. E-mail: alessandra.cunha45@yahoo.com.

Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues: Arquiteta e Urbanista; Doutoranda no Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa na especialidade Teoria e Prática de Projeto. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. E-mail: anakarinarodrigues@unifap.br.

Anneli Maricielo Cárdenas Celis: Arquiteta e Urbanista; Mestre em Arquitetura e Sustentabilidade; Doutoranda no Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. E-mail: celis2792@unifap.br.

Charles Chelala: Economista; Mestre em Desenvolvimento Regional; Professor da Universidade Federal do Amapá. E-mail: charleschelala@gmail.com

Cláudia Chelala: Economista; Doutora em Desenvolvimento Socioambiental; Professora da Universidade Federal do Amapá. E-mail: cfchelala@gmail.com

Danilo Augusto Oliveira de Barros: Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. E-mail: danilo.barros.6464@gmail.com.

Eloane de Jesus Ramos Cantuária: Arquitetura e Urbanista; Engenheira Civil; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutora em Urbanismo; Professora da Universidade Federal do Amapá, curso de Arquitetura e Urbanismo; Líder do Grupo de Pesquisas Memórias Urbanas. E-mail: elocantuaria@gmail.

Filipe Guimarães: Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional pelo PNPd/CAPES, vinculado ao PPGMDR da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. E-mail: filipeoligui@gmail.com.

Higor Raillan de Jesus Pereira: Historiador; Doutorando em História pela Universidade Federal do Fluminense. Professor Substituto na UNIFAP. E-mail: higor.raillan@gmail.com..

Izildinha de Souza Miranda: Bióloga; Mestre em Ecologia; Doutora em Botânica; Professora Titular da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Docente do Mestrado e Doutorado nos Cursos de Ciências Florestais e Botânica Tropical da UFRA. E-mail: izildinha.miranda@ufra.edu.br

Jadson Porto: Geógrafo; Doutor em Economia; Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na UNIFAP. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional; em Estudos Sociais e; em Geografia. E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Homepage: www.jadsonporto.blogspot.com.br.

João Wilson Savino Carvalho: Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG; Professor Associado da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: wilsoncarvalho@unifap.br. Site: wilsoncarvalho.com.br.

José de Vasconcelos: Possui graduação em Licenciatura Plena Em Educação Artística; Mestre em Artes Visuais; Professor da Universidade Federal do Amapá, curso de Artes Visuais.

Roni Mayer Lomba: Doutor em Geografia Humana. Docente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Cursos de Graduação em Geografia, Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Geografia e História. E-mail: ronimayer@hotmail.com.

Salustiano Vilar da Costa Neto: Biólogo. Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Brasil. E-mail: salucostaneto@gmail.com.br

Solane Soraia Coutinho Carvalho: Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP, advogada e jornalista. E-mail: solsoraia@yahoo.com.br.

Ao se passar 80 anos, o repensar sobre este espaço é necessário, pois diversos “Amapás” foram se evidenciando nesta temporalidade. Esta obra é uma pequena amostra reflexiva sobre este magnífico espaço, sobre um mesmo ente federativo com duas configurações político-administrativas distintas (Enquanto Território Federal e enquanto Estado).

(Jadson Porto).

Neste livro, caro leitor, se encontra sofisticadas reflexões, não somente sobre as interessantes mudanças territoriais e econômicas ocorridas no período; como também, estudos sobre saneamento básico nesta parte do Brasil; sobre o papel de uma importante institucionalidade nacional - já extinta - a Legião Brasileira de Assistência (LBA); além de revelar as mudanças de caráter mais interno com as transformações urbanas pelas quais a cidade de Macapá passou e vem passando. Não obstante, ainda contém, este livro, o que me parece uma justa homenagem a um dos arquitetos mais proeminentes do Amapá, em especial durante as décadas de 1970 e 1980.

(Adalberto Ribeiro).



Uniedusul

